

ANDRÉIA DA SILVA DALTOÉ DOS ANJOS

**A SUJEIÇÃO AO OUTRO:
O LUGAR-COMUM DA REPRESENTAÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
em Ciências da Linguagem como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre em
Ciências da Linguagem

Universidade do Sul de Santa Catarina

Orientadora: Dr^a. Maria Marta Furlanetto

TUBARÃO, 2003

ANDRÉIA DA SILVA DALTOÉ DOS ANJOS

**A SUJEIÇÃO AO OUTRO:
O LUGAR-COMUM DA REPRESENTAÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO**

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão – SC, 26 de Junho de 2003.

Prof^ª. Dr^ª. Ana Zandwais
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^ª. Dr^ª. Albertina Felisbino
Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof. Dr. Ingo Voese
Universidade do Sul de Santa Catarina

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meu filho Víctor, razão primeira de minhas buscas; à minha família, que sempre valorizou minhas idas ao mundo do conhecimento; à Orientadora Prof^ª. Dr^ª. Maria Marta Furlanetto, que permite aos seus alunos saborearem as maravilhas da linguagem sob o olhar da própria fascinação e quem me apresentou definitivamente ao mundo da Análise do Discurso.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas percorreram comigo o caminho que por ora se acalma...

Na Graduação em Letras, dois nomes ficaram em mim e reaparecem hoje em muito do que sou como professora e ser humano: as Professoras Mariazinha, no seu ensino-poema, e Amaline, na partilha espontânea do conhecer. A elas, mais do que gratidão.

Ainda em Letras, Lacan foi-me apresentado pela sensibilidade da professora Cláudia Espíndola; e o sujeito, com todos os seus mistérios, no prazer dos discursos de Maria Marta Furlanetto, ainda na Especialização. Eis que ambos continuam a me atrair.

Meu filho, meio sem paciência, perguntava a todo momento a quantas folhas ia a dissertação. Minha mãe, aflita com os prazos. Meus irmãos, parentes e amigas, torcendo a uma voz. Deus que me privilegiou com a ansiedade pelo saber.

A todos, estes escritos.

No princípio era eu

*E Deus fez o signo...
eis o signo
aquele que diz pouco, diz pela metade
só e adormecido
repousa junto a tantos
à espera da vida
à espera do inesperado
do esperado
do proposital e
do inexato...*

*É quando o pego
o investigo
de quem é ele?
E na busca do que penso
espero e o roubo
qual o melhor
para a melhor?
Que mistério...
Antes só e signo
agora multidão e discurso
formou-se mulher
encorpado e sofrido
fiel e partilhado.
Meu? Todo não o é
é costela de Adão
emprestado foi
...E Deus criou o homem
não o homem e seu discurso
o discurso com seu homem
o discurso dos tantos homens
que vem e oceana o meu
o meu, pobre fio de água não-transparente
pensa que é caudaloso o inocente
pensa que é mar
mas é somente um fio
que contraria o curso
o DIScurso
porque não alcança seu fim, antes
o mar o invade.
Nesse véu indecifrável
sou suJEITO ainda*

*ou estou sujeito a
à mercê de...
E entre um lapso de língua
a linguagem e o gozo
Ah! incompletude minha
faltar meu
Ah! comunhão de empréstimos...*

*Se o quero todo meu
é busca infinita
então, não espero
arranco costelas disfarçadamente
serei completa parte do Outro
do Outro Adão
do Outro Dom.
Mas, se o nego
em meu dizer
sou uma falta no ser
sou somente um suspiro
e me calo
me calo num silêncio que arrebenta
num silêncio apenas.*

Andréia da Silva Daltoé dos Anjos

RESUMO

Esta dissertação enfoca o Discurso Político (DP) como representação previsível de um processo eleitoral. Com auxílio da Análise do Discurso, através de estudos sobre o sujeito e sua submissão ao dizer, somado a algumas entradas na teoria psicanalítica, o texto reflete sobre a relação de demanda entre o sujeito e o outro, ambos numa constante busca do preenchimento de seus vazios, inaugurados desde a concepção e representados pelo mundo simbólico da linguagem. Para tal intuito, utilizou-se um *corpus* formado por entrevistas num antes (set./2000) e num depois (jan./2003) do processo eleitoral em dois pequenos municípios da Região Sul de Santa Catarina, sob a hipótese de que funcionem em terreno (re)conhecido, marcado pelo lugar-comum, das identificações com o ideal, submetendo o sujeito ao outro numa troca oportuna de “favores”. Então, com o recurso a dois momentos – pré e pós-eleição – foram confrontados os dados da entrevista, apontando-se no DP, não a contradição entre um dizer e outro, mas a necessária adaptação ao outro, todos sofrendo o condicionamento do contexto sócioideológico.

Palavras-chave: sujeito, análise do discurso, psicanálise, discurso político

ABSTRACT

This master's work focus on the political Discourse as previsible representation of an elective process. Counting on the Discourse Analyses, throughout the studies o the subject and its submission on what it is meant, added to some parts of the psychoanalysis theory, the text reflects on the demand relation between the subject and the other both in an eternal search for the fulfilling of its empty blanks initiated in the conception and represented by symbolic world of the language. To do so, it was used a corpus formed by interviews before (Set./2000) and after (Jan. /2003). The elective process in two small south region towns, under the suspicion of working in a known (reknown) ground, marked by the pattern, submitting the subject to the other in a convenient exchange of "favors". Then, with the two-moments resource - pre and post election - the interview data were crossed, showing no contradiction between one speech and another, but a necessary adaptation to the other, all of them suffering the conditioning of the socioideological context.

Keywords: subject, discourse analysis, psychoanalysis, political discourse

SUMÁRIO

1	INCURSÕES INTRODUTÓRIAS	9
2	ASPECTOS TEÓRICOS	16
2.1	O SUJEITO: SUJEITO AO DISCURSO.....	16
2.1.1	<i>a alienação do sujeito do desejo no sujeito do discurso.....</i>	<i>18</i>
2.1.2	<i>os discursos marcados pelo outro</i>	<i>21</i>
2.2	ANÁLISE DO DISCURSO E BUSCAS NA PSICANÁLISE	23
2.2.1	<i>o complexo início de adaptação ao (e pelo) outro</i>	<i>28</i>
2.2.2	<i>a pulsão: início da busca no (e pelo) outro</i>	<i>34</i>
3	A ANÁLISE DO DISCURSO E O DISCURSO POLÍTICO	40
3.1	DISCURSO POLÍTICO: O SUJEITO TEATRALIZADOR.....	45
3.2	O DISCURSO POLÍTICO E SUA TRADIÇÃO POLÍTICA	48
3.3	o ANTES E O DEPOIS DO PROCESSO ELEITORAL	53
3.4	O TERRENO PARA A ANÁLISE DOS DISCURSOS COLETADOS.....	62
4	A ANÁLISE.....	66
4.1	CAMINHOS METODOLÓGICOS	66
4.2	O JOGO DE IMAGENS NO ANTES E NO DEPOIS	69
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
	REFERÊNCIAS	113
	ANEXO – CORPUS DE ANÁLISE.....	115

1 INCURSÕES INTRODUTÓRIAS

Política é a arte de governar a *polis*, ou cidade-estado, e deriva do adjetivo *politikós*, que significa tudo o que se relaciona à cidade, isto é, tudo o que é urbano, público, civil e social. Em acepção ampla, política é o estudo do fenômeno do poder, entendido como a capacidade que um indivíduo ou grupo organizado tem de exercer controle imperativo sobre a população de um território, mesmo quando é necessário o uso da força (BARSA, 1998, p. 402).

A política surge justamente da necessidade de governar a vida em sociedade, logo, está ligada à idéia de Poder desde a sua origem e à idéia de convívio. Não se concebe, comumente, pensar o homem como ser político (politizado) por natureza; político resumir-se-ia, então, àquele que recebe, através do voto, o aval para representar os demais cidadãos, e é para este político, um político-candidato, que está voltado o interesse do presente trabalho. Embora teoricamente todos sejam seres políticos, tratar-se-á o termo fazendo referência a um sujeito representante de um discurso eleitoral na busca do poder, da possível conquista e, posteriormente, da manutenção desse poder conquistado.

Na constituição desse político, vê-se que ele não surge do nada, nem parte, com seus ideais utópicos, por aí a se autopromover; precisa, antes, cumprir rituais: escolher um partido político com o qual melhor se identifique, sondar a quantas anda sua popularidade, com quais pessoas ou empresas pode contar, quais posturas deve tomar para parecer alguém reunidor das qualidades esperadas pelo povo e, principalmente, como agradar a seu eleitor, ou possível eleitor. A partir deste momento, passa a representar não só sua candidatura, mas o

próprio povo, o próprio partido com glórias ou fracassos. Neste estudo, não foi exatamente o resultado das eleições que motivou as análises, mas o objeto de desejo do sujeito político: o poder e tudo o que isso pressupõe no caminho pré e pós-eleitoral, desde a conquista à manutenção, bem como a forma de o discurso político (a partir daqui DP), lugar de onde o candidato fala, mostrar ou dissimular tal percurso, um percurso realizado mediante um discurso que repousa predominantemente dentro dos limites do lugar-comum, numa estrita dependência ao outro (pessoa) e ao Outro (sociedade).

O poder exerce um fascínio imenso aos olhos de quem tem, na política, uma forma de alcançar relevância pessoal e ou social. E, embora o sujeito do discurso profira suas palavras em torno do bem-comum ou de tudo de que abrirá mão em nome do social – e o povo já tenha ouvido isso antes –, ambos, político e eleitor, entram em acordo neste jogo de querer acreditar nas falas eleitorais (como se faz numa ficção), e o sujeito – político candidatável – sabe que tais dizeres, indo ao encontro do povo, abrirão caminhos para o almejado desejo.

Não há como falar em DP sem falar em poder; este é buscado, através de diferentes e divergentes caminhos da linguagem, por aquele. Sobre tal relação, trata Barthes (1978, p. 10-12) ao dizer:

A ‘inocência’ moderna fala do poder como se ele fosse um: de um lado, aqueles que o têm, de outro, os que não o têm; acreditamos que o poder fosse um objeto exemplarmente político; acreditamos agora que é também um objeto ideológico, que ele se insinua nos lugares onde não o ouvíamos de início, nas instituições, nos ensinamentos, mas, em suma que ele é sempre uno. E no entanto, se o poder fosse plural, como os demônios? ‘Meu nome é Legião’, poderia ele dizer: [...] por toda parte, vozes ‘autorizadas’, que se autorizam a fazer ouvir o discurso de todo poder: o discurso da arrogância. Adivinhamos então que o poder está presente nos mais finos mecanismos do intercâmbio social [...] chamo discurso de poder todo discurso que engendra o erro e, por conseguinte, a culpabilidade daquele que o recebe. Alguns esperam de nós, intelectuais, que nos agitemos a todo momento contra o Poder; mas nossa verdadeira guerra está alhures: ela é contra *os* poderes, e não é um combate fácil: pois, plural no espaço social, o poder é, simetricamente, perpétuo no tempo histórico [...]. Esse objeto em que se inscreve o poder, desde toda eternidade humana, é: a linguagem – ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua.

O autor, admirador de Michel Foucault – “a quem sou ligado por afeição, solidariedade intelectual e gratidão” (BARTHES, 1978, p. 9) –, cita, ainda, a opinião de Jakobson, para quem “um idioma se define menos pelo que ele permite dizer, do que por aquilo que ele obriga a dizer” (BARTHES, 1978, p. 12-13) e diz que a língua é condição alienante, porque segue uma estrutura da qual se tem de escolher isto ou aquilo. Sobre ela, afirma:

[...] a língua entra a serviço de um poder. Nela, infalivelmente, duas rubricas se delineiam: a autoridade da asserção, o gregarismo da repetição. [...] o signo é seguidor, gregário; em cada signo dorme este monstro: um estereótipo: nunca posso falar senão recolhendo aquilo que *se arrasta* na língua. Assim que enuncio, essas duas rubricas se juntam em mim, sou ao mesmo tempo mestre e escravo: não me contento em repetir o que foi dito, com alojar-me confortavelmente na servidão dos signos: digo, afirmo, assento o que repito (BARTHES, 1978, p. 14-15).

Barthes vê a linguagem como impedimento à liberdade. Liberdade só haveria fora dela e, como isso é impossível, “só resta [...] trapacear com a língua, trapacear a língua” (BARTHES, 1978, p. 16). Para o autor, o lugar dessa “trapaça salutar” seria a literatura. Não literatura como conjunto de obras, mas como texto no qual a língua deve ser combatida, desviada pelo jogo de palavras de que ela é teatro. Portanto, se o sujeito, no alcance do poder, precisa da linguagem para seu intento, precisa se submeter aos “caprichos” dela no DP.

Para demonstração dessa peça teatral discursiva, analisar-se-á o material discursivo através do *corpus* coletado no antes e no depois das eleições municipais de 2000, em dois municípios do Sul do Estado de Santa Catarina, com o objetivo de se explorar o DP como representante da marca de um sujeito que busca o poder através de uma fala também marcada pelo *sujeito barrado*¹ pelo outro, logo marcada pelo lugar-comum da conquista: fala-

¹ O sujeito é dividido entre o eu e o inconsciente, entre consciente e inconsciente, entre um sentido inevitavelmente falso de *self* e o funcionamento automático da linguagem (a cadeia significante) no inconsciente. Nossa primeira tentativa, então, para definir o sujeito laciano é o seguinte: *O sujeito não é senão essa própria divisão*. A variedade de expressões como “sujeito fendido”, “sujeito dividido” ou “sujeito barrado” cunhadas por Lacan – todas escritas com o mesmo símbolo \$ - consiste inteiramente no fato de que as duas “partes” ou avatares de um ser falante não têm nenhum traço em comum: elas estão separadas de forma radical (o eu ou falso).

se o que se sabe que o outro espera ouvir; o sujeito é, pois, atravessado pelo outro. Um outro que, no que antecede às eleições, demanda certos desejos e, posteriormente, redimensiona-os, conforme o convívio com os demais sujeitos. A análise do antes e do depois dar-se-á não de forma a procurar diferenças nos discursos e, então, mostrá-los contraditórios; servirá, sim, para evidenciar o caráter contextual-ideológico do sujeito submetido à sua linguagem, em constante mudança por dependência existencial à demanda do outro. Cabe, aqui, esclarecer (ou pelo menos se tentar buscar um padrão) as maiúsculas e as minúsculas nos termos que muito aparecerão no trabalho: eu, como sujeito imaginário e ilusão de origem; Eu, como sujeito do inconsciente e marcado pelo processo interdiscursivo do outro e do Outro; outro, como sujeito com o qual se convive e pelo qual se é determinado também; e Outro, como lugar das tantas formações discursivas.

Embora o ser humano – um ser infinitamente insatisfeito – negue buscar constantemente novos objetos de desejo, ele denuncia esta flexibilidade seja em práticas, em falas ou em lapsos de fala, mesmo crendo-se fonte de todos os dizeres e fiel a eles para, numa necessária ficção, achar-se singular (algo necessário já que o *faltar-a-ser* o põe em situação desesperadora de incompletude). O sujeito social sente-se voz ativa de seus ideais, porém é através da mesma linguagem que usa para suas expressões que ele acaba se enquadrando nos discursos da sociedade, discursos já prontos quando inseriu-se nela. Para sondar tal hipótese, a AD constitui suporte teórico importante. Ainda, assim, buscou-se a Psicanálise, a fim de encontrar elucidações que pudessem ser relevantes na questão da dependência humana, desde o nascer, aos desejos do outro, e como isso pode se desenvolver e se prolongar pelo resto da vida. O objetivo é tentar perceber, então, como a AD contaria com os estudos da Psicanálise para coletar pistas de linguagem que indicassem os não-ditos discursivos que servem de pistas para a (re)velação do sujeito do desejo nos ditos do DP, mesmo sabendo que este sujeito não seria o sujeito original (até porque não há), mas um sujeito que só deseja pela

relação eu/outro (trabalhada novamente mais tarde). Este é o propósito, então, para a coleta das entrevistas realizadas com políticos no período anterior e posterior às eleições municipais.

Indagações como: Os resultados mostrarão como os discursos se movem, dependendo do momento, sem estar necessariamente ligados a posturas impositivas? Somente os políticos que se mantiveram fiéis aos dizeres iniciais podem ser identificados de forma coerente com uma ideologia político-partidária – ou seja, com as posições ideológicas que representam? O Outro estará mesmo tão presente nos dizeres do eu assujeitado? Haverá como libertar-se desta “enformação”? e outras surgiram, seja com o próprio estudo do *corpus*, seja com as dúvidas que foram aparecendo. O interesse pelas perguntas não partiu, vale lembrar, unicamente da própria coleta de dados em determinado tipo de eleição. Afloraram, principalmente, das reclamações constantes do povo com as questões políticas, tão remotas quanto o próprio DP.

Desde há muito, o povo confia no político como o grande “salvador da pátria”, aquele para o qual, a cada eleição, deposita-se o voto (de confiança) para que, como retribuição, saiba valorizar e lutar por quem o elegeu. É mister, desse modo, acreditar que o político de discurso, e com discurso, está entre o povo para representá-lo como sujeito de poder social. Mas eleições passam, as reclamações continuam e as decepções que, às vezes momentaneamente, podem parecer remotas acabam se marcando na maioria das expectativas. Embora o DP represente um discurso do qual já se prevê o desfecho, ainda assim o povo renova sua esperança a cada eleição e as experiências se repetem, pois a lacuna entre o político e as esperanças do povo dá espaço à realização de interesses individuais (lê-se individual simplesmente como oposição a coletivo no sentido usual) de um homem que usa o outro para atingir um de seus mais importantes objetos de desejo: o poder.

Marx (referido por MCLELLAN, 1975, p. 70) já mostrava, em seus estudos sobre política, a distância que há entre o povo e o Estado:

O poder político, apropriadamente assim denominado, é meramente o poder organizado de uma classe para oprimir outra... O Executivo do Estado moderno é apenas um comitê para gerir os assuntos de toda a burguesia. [...] Marx buscava a origem do Estado, assim como a de outras instituições sociais e das classes, na divisão do trabalho: o Estado opunha-se aos interesses reais de todos os membros da sociedade, por constituir uma sensação ilusória de comunidade, servindo de cobertura para as lutas reais entre as classes.

Com tais elucidações, analisar-se-á o DP como um dizer marcado pelo outro e encenado pelo sujeito que o profere, como um processo teatralizador, através de estudos teóricos e de entrevistas com políticos candidatos à eleição municipal. A análise acontece numa perspectiva da AD com incursões na Psicanálise – ambas na busca dos dizeres que condensam outros dizeres, oferecendo lapsos de linguagem que ora apontam o sujeito barrado, ora deixam escapar o sujeito do desejo, abrigado no inconsciente humano e estruturado como linguagem, através das imagens devolvidas pelo Outro.

Por ser a busca pelo objeto do desejo – neste caso o poder – tão inerente à natureza humana, é que Leitão (2000, p. 18), psicanalista e político, justifica a incursão da Psicanálise no estudo do DP, dizendo que

[...] percebi logo, [...], a dificuldade quase intransponível de separar o memorial histórico-pessoal, o ensaio político e sua abordagem psicanalítica. Tal imbricação oferecia vantagens e desvantagens, mas permitia uma certa flutuação no meu olhar clínico e político. Isso colocava uma contradição entre duas metodologias: a do psicanalista e a do político. Assim, enquanto a psicanálise busca a contenção do desejo sem anular o afeto e uma certa forma de neutralidade, a política, por outro lado, é abertamente desejante, oscila sempre entre o passional e o racional, usa a sedução e o conhecimento, visando o deliberado propósito de aliciar adeptos e fazer prevalecer um determinado argumento.

Por essas intersecções entre a AD e a Psicanálise e para verificar se e como o sujeito teatraliza um papel político, confrontaram-se entrevistas feitas com cinco políticos candidatos à eleição municipal de 2000, de dois municípios da Região Sul de Santa Catarina, realizadas antes (set./2001) e depois (jan./2003) do pleito, independente de vitória alcançada ou não nas urnas. Quatro dos candidatos concorriam ao cargo de vereador, um ao de prefeito:

dois entravam na vida pública pela primeira vez e três já faziam parte dela como eleitos, ou em cargos comissionados; dentre estes, dois concorriam à reeleição como vereadores; e outros dois, à primeira eleição. Seus partidos políticos, porém, não foram mencionados, de forma explícita, pelo motivo de se pretender, ao término do trabalho, um resultado de pesquisa extensivo a qualquer uma filiação partidária.

Para o proposto, dar-se-á início ao desenvolvimento do trabalho com os aspectos teóricos a respeito do sujeito e sua sujeição ao próprio discurso, a relação de ambos ao objeto de desejo e ainda se verificará de que forma o outro e o Outro interferem na constituição do dizer. Em seguida, buscar-se-ão, na Psicanálise, algumas explicações sobre todo esse processo de adaptação ao e pelo outro, com idas a Lacan e ao termo *pulsão* (este, de acordo com Wine, 1992). Só então é que aparece propriamente o sujeito do DP e seu dizer como um enredo teatralizador. Por fim, chegar-se-á à análise dos dados das entrevistas com uma contextualização a respeito do DP, no antes e no depois do processo eleitoral, que serviu de campo para a coleta de dados em relação ao jogo de imagens que se faz nesta modalidade discursiva.

2 ASPECTOS TEÓRICOS

2.1 O SUJEITO: SUJEITO AO DISCURSO

Entre o sono e o sonho,
Entre mim e o que em mim
É o quem eu me suponho
Corre um rio sem fim.
(Fernando Pessoa)

Os versos de Pessoa caracterizam de forma breve, mas não insuficiente, o abismo do qual se tratará nestas linhas: o abismo entre o sujeito do desejo e o sujeito do discurso, bem como entre o que pensam “ser” e o que realmente “são”.

De acordo com Amora (1999, p. 698): “Su.jei.to *adj.* 1. Dependente; 2. sem vontade própria; 3. obediente; 4. exposto; *sm* 5. indivíduo indeterminado; 6. *deprec* indivíduo qualquer; tipo; 7. *Gram* termo da oração a respeito do qual se afirma ou nega alguma coisa”. Sujeito de 1 a 4 corresponde a adjetivos que denotam submissão e, como substantivo, não expressa força de autor. Na Gramática Normativa, por exemplo, tem-se uma abordagem superficial, distanciada da questão do sujeito como porta-voz de um eu, ou mesmo como representação de um discurso original (se é que existe). Nas frases desconexas propostas para análise na escola, por exemplo, identifica-se o sujeito – termo oracional – perfeitamente

(afinal, é só seguir o modelo), mas quem será realmente o sujeito do enunciado (daquilo que o sujeito enuncia)? A partir de que momento ele o representa finalmente?

Em princípio, o ser humano considera-se sujeito a partir do momento em que se descobre um ser real no mundo e, através da linguagem, percebe-se efetivo sujeito da história por conseguir representar-se através dos signos. Porém, ao pensar a linguagem como libertadora, não sabe ele que ela o aprisionará no discurso, pois o sujeito mascara e representa uma voz, várias vozes, apropria-se de um dizer não seu, do outro e do Outro, desde a sua origem, mas que também não o impede de incorporá-lo como seu. Longe do sujeito do discurso polido, politicamente correto, estaria o sujeito do desejo, por sua vez, como que preso à própria rede, impedido de manifestar-se sob pena de sofrer coação social – seria, paradoxalmente, um sujeito constituído pelo Outro e podado por este mesmo Outro.

O sujeito do desejo encontra-se impedido no processo discursivo pelo sujeito sob a forma do que Lacan chama de “lugar-tenente” (LACAN apud DOR, 1989, p. 121). Dependendo do que o outro espera, do que a situação exige, este sujeito corresponde como uma imagem no espelho, que satisfaz a quem a vê. Dessa forma, o eu que enuncia designa o sujeito, mas não o significa, e o enunciado, por existir para o outro, é a própria alienação do sujeito. O outro passa a ter o poder de alienação, porque, justamente, condiciona o discurso do sujeito, o qual, por estar submisso a este processo, enredado nele, já se distanciou, há muito, do que realmente desejaria ser, ou do que deveria ser.

O comportamento lingüístico do homem subordina-se ao conjunto de seu comportamento em relação ao Outro e ao ambiente. As condições externas, a vida numa perspectiva histórico-social, predeterminam a existência e o reconhecimento do homem como tal. Sendo assim, até que ponto ele é sujeito (no sentido de agir) de sua e de outras histórias? Até o ponto em que este contexto, no qual está inscrito, lhe permitir? O sujeito do discurso

apropria-se de falas de outros sujeitos por não ter outra saída devido ao impedimento de vazar o do desejo? Para isso, assume a protagonização de vozes que se misturam à sua e que podem coincidir ou não com seus interesses? Podem ser tais interesses marcados realmente como individuais?

Tais indagações exemplificam como a comunicação ganha proporções complexas longe da inofensiva troca de informações no dizer e no escutar. O dizer – regulado na condição de determinada representação do eu – e o escutar podem tomar caminhos independentes do que se pretende, submissos à posição do outro perante o discurso; o dizer não é o sentido, é o efeito de sentido.

Em “as diferentes vozes que se fazem presentes no percurso de certos textos misturam-se de tal modo com a do produtor que não se percebe com nitidez os seus limites” (SAVIOLI; FIORIN, 1997, p. 57), há uma voz que se manifesta ao lado de outras vozes participantes de um amplo diálogo estabelecido dentro do contexto em que o texto é produzido. O que os autores enunciam (vale lembrar, o texto é didático) não deixa de se referir ao caráter polifônico do discurso, no qual a presença de diferentes enunciações co-habitam no mesmo enunciado, traço constitutivo de todo dizer; sem, no entanto, serem formalmente marcadas. Remete ainda ao que a AD chama de heterogeneidade discursiva, de certa forma também ao que Bakhtin chama de dialogismo; Foucault, de formação discursiva; Maingueneau, de arquivo e, na leitura lacaniana de Freud, à fala heterogênea com seu sujeito dividido.

Todas essas nomenclaturas, apoiadas em fundamentações teóricas e até etimológicas, denunciam o inevitável processo interdiscursivo a que está submetido o discurso. Ele não é homogêneo – nem por ser um só, nem tampouco o único –, é heterogêneo por reunir vários num só e poder infinitamente juntar-se a outros tantos. O singular é uma

ilusão (narcisicamente necessária); é o plural a constituição do dizer. A voz do discurso que aparece explícita pelas estruturas lingüísticas de representação do sujeito serve apenas como porta-voz, porque o dizer seria um eterno inter-dizer e o sujeito um eterno aculturado.

Enquanto a Gramática Normativa contenta-se com seus sujeitos (simples, composto, indeterminado, oculto e ironicamente inexistente) e a Lingüística se limita aos domínios da estrutura do texto, a AD vê o sujeito como um ser que é mais falado do que propriamente aquele que fala. Mas não é por isso que se vai negar a Lingüística: esta também tem seu papel na busca dos sentidos; o fato, porém, que se quer extrapolar, neste trabalho, é mesmo os limites do código escrito, os limites do que vai além do gramatical ou do agramatical.

Essa idéia de heterogeneidade é tomada, para muitos, como radicalismo quando chega à idéia lacaniana de sujeito, segundo o qual “o sujeito nunca é mais do que suposto” (WINE, 1998, p. 55). O sujeito lacaniano assusta justamente porque não aparece em nenhum lugar do que é dito. Seria o sujeito barrado (tratado novamente mais tarde nestes estudos), um sujeito barrado pela linguagem, alienado no Outro, que constitui seu inconsciente, e desaparecido através do significante o qual, ironicamente, o “representa”. Todavia, é fundamental que essa heterogeneidade, constitutiva do próprio ser, desapareça no dizer para provocar a necessária ilusão de “eu sei o que digo, eu gosto disso, eu afirmo isso...”.

Embora, para Freud, o sujeito inconsciente apareça em lapsos de revelação do inconsciente, a teoria lacaniana “vê” o sujeito como perdido justamente pelo inconsciente. Distanciado de ambos, estaria o terreno firme em que se apóia o sujeito cartesiano (apesar de este também ter um caráter efêmero, como o sujeito freudiano). O “eu penso” de Descartes parece vir como alento à idéia de existir; é preciso, no entanto, reafirmar “eu penso” para o sujeito cartesiano se conceber como sujeito. Assim como para Lacan, para este trabalho

também, o sujeito de Descartes não existe – aproveitando o trocadilho –, apenas pensa que existe.

O DP, por sua vez, faz parecer que a voz do político é a voz do povo, porém isso não tem necessariamente algo a ver com a constituição heterogênea do discurso. Tratar-se-ia de um eu que diz representar os interesses do povo, só que, em seu dizer, há uma formação interdiscursiva que vai além desse povo, motivada pela satisfação do desejo de poder. Independentemente de o portador do DP perceber isso ou mesmo assumir, o eleitor compactua, de qualquer modo, com o jogo eleitoral porque, se o político precisa dele para atingir seus objetivos, também o povo necessita de alguém que, atuando ou não na esfera social, esteja no lugar de quem possa lhe garantir representação política, quer na esfera municipal, estadual ou nacional.

2.1.1 A ALIENAÇÃO DO SUJEITO DO DESEJO NO SUJEITO DO DISCURSO

O egocentrismo do homem o faz pensar que detém a soberania sobre seu dizer: eu acho, eu penso, eu digo, para mim... Expressões na primeira pessoa gramatical marcam, com superioridade, o que se quer patentear: o discurso sobre o qual se pensa ter plena autoria. Quando se escreve um texto, julga-se que se é o próprio “criador”, autor por completo e, ao citar trechos de outrem, causa-se a cômoda ilusão de que, tirando as citações explícitas, o que resta é exatamente obra-primeira de quem o assina.

No entanto, o homem, como se dirá posteriormente, nasce prematuro e, sem o outro, não sobrevive. Vivendo por necessidade físico-biológico-mental em sociedade, condiciona-se, desde o nascimento, aos meios de comunicação dessa sociedade, que já estava “pronta” quando de sua chegada, com discursos e valores também estabelecidos. Cabe ao homem, sendo triângulo, círculo ou pentágono, enquadrar-se à forma geométrica que o meio

social lhe impõe. A ele, resta identificar-se cada vez mais, por condição de sobrevivência, a essa roupagem social, independentemente de “seus” desejos. Para a teoria lacaniana, o sujeito articula discursos de semblante para omitir a verdade de seu desejo. Assim, o sujeito se aliena em seu próprio discurso através do imaginário: “[...] o acesso ao simbólico, que permite ao sujeito libertar-se da dimensão imaginária onde se encontra inicialmente inserido, só o salva desta captura para, em seguida, melhor precipitá-lo ali” (LACAN apud DOR, 1989, p. 121).

Dessa forma, o sujeito do enunciado passa, a cada “identificação” com o meio, com o outro, a esconder mais e mais o sujeito do desejo e, no desejo, seu desconhecimento é marcado. Essa alienação à qual o sujeito se submete leva-o a entender-se de acordo com cada lugar social que ocupa, e somente ali se sente sujeito. O lugar de aluno, de professor, de pai, de profissional, de político marca os dizeres porque é preciso, para a melhor convivência social, corresponder às tantas aspirações do outro, por sua vez também aprisionado em seu desejo.

Lacan delinea a evolução psíquica do ser humano através do que ele chama Estádio do Espelho. Ali, a criança percebe-se parte externa à mãe, não faz mais parte do corpo dela, é um outro ser. É em relação ao outro *mãe* (ou quem quer que esteja ocupando tal lugar) que a criança começa a construir sua identidade imaginária. Eis o grande-primeiro-desafio do sujeito: ser um outro da mãe a partir do outro que é a própria mãe. Segundo Dor,

O drama do sujeito no verbo é que ele faz aí a experiência de sua falta-a-ser; isto é, uma falta-a-ser que deve ser tomada aqui no sentido do ser do desejo, em função do desconhecimento em que este sujeito vê-se instalado em relação a si mesmo através da ordem do significante (DOR, 1989, p. 122).

2.1.2 OS DISCURSOS MARCADOS PELO OUTRO

Para Eugênio Coseriu (citado por BECHARA, 1986, p. 13), a liberdade humana não é arbítrio individual, é liberdade histórica, e, como quer que seja, a língua não se “impõe”

ao indivíduo (embora isso frequentemente se diga): o indivíduo dispõe dela para manifestar sua liberdade de expressão. Na perspectiva, porém, deste trabalho, o “dispõe” não remete a arquivos que podem ser acessados a bel-prazer, e, principalmente, a “liberdade de expressão” é posta em dúvida.

Nessa perspectiva, seria utópico pensar em liberdade de expressão se o sujeito a materializa no discurso, material manipulado e limitado aos elementos de expressão que estão disponíveis para veicular seus dizeres. Pressupõe-se, dessa forma, apenas escolhas dentro de um sistema e de uma estrutura de língua limitativa. O cuidado, então, redobra-se com o que se pode escrever ou não, o que se pode dizer ou não, pois qualquer discurso está comprometido em seu caráter individual por ser resultado da própria interação social. No nível discursivo, o homem está preso aos temas e às figuras das formações discursivas em que está inserido. Confirmam as palavras de Edward Lopes, referido por Fiorin (1997, p. 14): “o discurso tem uma “função citativa” em relação a outros discursos”. Ele não é único, irrepetível – que o digam os famosos chavões –, na medida em que é determinado por ideologias. Um discurso cita outros discursos. O sujeito se perde em meio a tantos sujeitos. É o processo da interdiscursividade evidenciando os sentidos.

Dessa forma, questiona-se a liberdade discursiva. O dizer é limitado, ou mesmo coagido, pelo dizer do outro e pelo dizer do Outro, é uma reprodução de ideologias, uma coerção social. “Combinando uma simulação com uma dissimulação, o discurso é uma trapaça: ele simula ser meu para dissimular que é do outro” (FIORIN, 1997, p.14). Isso poderia resultar em crise existencial se não fosse condição própria de sobrevivência, condição própria de afirmação social, de existência para mim e para o outro.

Se o sujeito do discurso é suporte do sujeito desejante, o dizer daquele é suporte de vários discursos. O falante, ao (re)construir o discurso, adequa-se a estruturas sintáticas

que, materializadas no processo enunciativo, reproduzem valores, desejos, racionalizações de acordo com formações sociais. Haveria o agente do enunciado num discurso? Se o discurso representa a materialização das ideologias das classes sociais, em especial da dominante, seria justamente este o agente discursivo? A origem do dizer encontraria muitos “pais da criança” e, pela inerente característica plural, perderia o grau de individualidade, de imaginada subjetividade, como algo único, singular.

2.2 ANÁLISE DO DISCURSO E BUSCAS NA PSICANÁLISE

Embora a Psicanálise volte-se predominantemente para o indivíduo e a AD para o todo que o constitui, nele e fora dele, busca-se, de cada uma das áreas, aspectos delas que se encontrem ou se completem, pisando no terreno da Psicanálise até onde se permite ir, e estendendo-se mais no campo da AD – em que o sujeito do inconsciente se dá como uma dimensão que atravessa o discurso e a ideologia.

Sendo o ser humano prematuro ao nascer, nasce já na insuficiência como gente, por uma incoordenação motora que o insere, definitivamente, na dependência ao outro. O amadurecimento deste corpo se dá, por sua vez, também precocemente graças à imagem que o outro oferece do eu; no entanto, é neste mesmo outro que se pensa garantir a “libertação” que o eu se aliena. Assim, do meu desejo, apenas sei o que o outro me revela; o desejo não é meu, é desejo do outro: caminho prescrito que o sujeito seguirá como condição de sobrevivência no mundo com o qual cada vez mais se identificará.

Assim como a Psicanálise oportuniza um papel ao outro no entendimento do próprio sujeito, a AD também o faz. Para esta, o centro não está nem no eu nem no tu: o sujeito só se completa na relação eu/tu, e se o sujeito é descentrado, o é porque não se

constitui origem dos sentidos. Inscreve-se aqui e ali numa determinação, numa inscrição que mostra o quanto ele é atravessado por formações discursivas. Não é o precursor da linguagem, é o efeito dela, só existe nela e nela vai se perdendo pela forma como a linguagem (re)produz a demanda do outro, pela forma como ela representa o real de forma plástica.

Segundo Guirado (1995, p. 65-68), a AD e também os lingüistas levantaram as “pontas” de uma divisão no que é dito e parecem se contentar com isso, e talvez esteja aí o caminho aberto ao sujeito da Psicanálise, supostamente dividido entre a consciência e o inconsciente. Logo, a autora defende a idéia de que a psicanálise daria o socorro a tais incursões. Propõe certa solução porque, se o sujeito é sujeito quando aceita a imagem de si dada pelo outro, identificando-se com isso, passa a produzir sentidos por sua vez, acreditando-se dono deles. Assim, a Psicanálise daria ao sujeito maior condição de tolerância interna aos conflitos. Ora, o homem vive em sociedade e não há, em situações costumeiras, como negar nele a presença do outro, um outro que aceita/deseja o sujeito barrado. Cabe à Psicanálise fazer esse sujeito se reconhecer sendo aquilo que é, não negar o outro, e fazer vir à tona, na medida do possível, o sujeito do desejo para conviver com esse outro da melhor forma possível, conquista desejada em todo fim de análise (se é que há um fim).

A própria Psicanálise admite que não há autonomia absoluta do discurso. Para a AD, mesmo não havendo consciência individual e soberana atuante, os sentidos permitem determinada interpretação; já a Psicanálise lutará com a possibilidade, muitas vezes, de dizeres do sujeito mascarado e não do sujeito do desejo, pois também contará com as pistas dadas pela linguagem, “contaminada” por excelência.

Da Psicanálise, busca-se o inconsciente como linguagem (ou melhor, estruturando-se da mesma forma que a linguagem), o “lugar” do sujeito do desejo, um sujeito que não tem passagem livre por imposições externas, imposições dos outros e, seja o universo

simbólico ou o outro com o qual convive, a ambos se submete. Da AD, traz-se o sujeito que se reconhecerá a partir de seu lugar na ordem discursiva e que se reconhece também por corresponder a esses outros em práticas discursivas. Os partidos políticos, por exemplo, se reconhecem nos discursos políticos. Um discurso caracteriza um partido político, diferenciado dos demais, e nele identificam-se falas partidárias, posturas, dizeres que seguem uma espécie de rito particular, assim como seguem ritos o discurso religioso, o familiar, o didático. Trata-se de uma encenação com fim previsível, porque os papéis se repetem, com personagens que desempenham, bem ou mal, a peça.

Nesse jogo político, o previsível é o lugar privilegiado da aceitação, o lugar menos perigoso; o povo conhece determinado DP e o aceita como tal. Veja-se o que aconteceu com o presidenciável Luís Inácio Lula da Silva. Há muito, concorre a eleições, fiel a seu partido e aos ideais deste. Hoje, atribui-se a ele uma nova “cara”, uma nova imagem de político, ou, pelo menos, diferente da anterior, tanto pessoal quanto politicamente. Lula mudou. Sem acertos políticos e coligações, lutava antes, incessantemente, pelo poder desejado, a Presidência do Brasil, sem alcançá-la. Nesta última eleição presidencial, sentava-se à mesa com antigos rivais e não escondia o interesse em alianças partidárias. Lula tornou-se, para a posição governamental, uma ameaça, pois estava, de certa forma, adequando-se aos ideais e valores que o brasileiro atribui a um candidato para nele votar. Possivelmente, só neste contexto, alcançaria o desejado e, para isso, precisou corresponder às aspirações de seu outroleitor; afinal, sua imagem precisava mudar, ninguém votaria numa figura que lembrasse ainda idéias radicalistas, o comunismo, “bicho-papão”, greve...

Sobre este fato, Mainardi demonstra, em tom irônico, seu parecer no artigo *Noves fora, deu nisso*:

Lula também tem problemas com números. Enrolou-se todo ao propor uma alíquota máxima para o imposto de renda de 50%. Como a idéia foi mal recebida pelos eleitores, o PT imediatamente tratou de sugerir outra cifra: 40%. Depois mudou para

35%. Até que Antônio Palocci, coordenador do programa de Lula para a Presidência, explicou que aqueles 50% divulgados inicialmente eram apenas “ilustrativos”. Tudo bem. [...] Esse novo PT é muito sem graça. Toda vez que um milagre lança uma palavra de ordem socializante, logo aparece outro dizendo que é só faz-de-conta. Num dia Lula exalta Fidel Castro e o investimento público da China comunista. No outro, veste gravata italiana, tenta armar aliança com o Partido Liberal, apóia o ensino da Bíblia nas escolas e chora assistindo a O Clone. [...] Assistir a novelas era coisa de direita. Assim como fumar maconha era de esquerda. Agora é o contrário. Lula chora com novela e a Europa direitista discute a legalização da maconha (MAINARDI, 2002, p. 119).

Sabe-se do radicalismo do colunista como marca em suas contribuições semanais à Revista Veja, mas espera-se que ele conheça o porquê de tais mudanças valorativas na história do alvo da ocasião. Em seu aguçado senso-crítico, ele próprio cobra do candidato a preservação do lugar estereotipado. Interpretando, a seu modo, a incoerência nos dizeres de Lula, o colunista exemplifica-se como um outro que precisa se identificar à figura de Lula com a qual estava acostumado, pois não consegue reconhecer o atual papel do candidato que há pouco abandonou, necessariamente, as vestes de líder sindical.

O objetivo de citar o “caso Lula” não é também fazer com que se mostre o quanto Luís Inácio é incoerente em seu discurso. Numa hora, ou numa época, faz um discurso de esquerda radical; noutra, de esquerda *ligh*t. Não é a contradição que se vê em sua postura – como faz parecer Mainardi –, mas a lógica adaptação ao outro-eleitor que precisa reconhecer o candidato dentro dos padrões nos quais se está acostumado a ver o poder. Não é a contradição de Lula, é a adaptação ao lugar-comum do DP, motivada constantemente pelo outro.

Justamente este fato serviu para a exploração da mídia no desgaste da figura do presidenciável na época. A Revista Veja (edição de 25/09/2002, p. 38 à 45) em reportagem intitulada *Cristãos-novos do capitalismo*, no Quadro 1 a seguir, compara o discurso de antes e de agora de Lula com a nítida intenção de mostrar as contradições que marcam os dizeres de alguém que pretende ocupar cargo tão importante; no entanto, desconsidera o fator histórico-social, tão decisivo entre um dizer e outro.

Dois problemas são evidentes na análise superficial da Revista Veja em relação à fala de Lula: primeiro, porque são fragmentos discursivos, recortes propositais, logo não se sabe com clareza a possível direção de todo o dizer; segundo, porque nenhum sujeito permanece inerte às mudanças à sua volta, adapta-se a elas por condição de existência.

Apesar da imagem que se supõe que a Revista queira formar de Lula, para desmerecê-lo como candidato e mostrá-lo incoerente, a evidência, aqui, não é a contradição, e sim a adequação a cada contexto que se impõe sob novas influências e, principalmente, a um outro que “perde o chão” quando não se identifica a lugares já marcados².

A mesma revista traz ainda, nesta edição, uma entrevista com os candidatos à presidência da República, na qual Lula assume, com suas próprias palavras (sem se questionar o “próprias” novamente): “Eu mudei. O Brasil também” (VEJA, 2002, p. 88-89). Talvez, hoje, o presidente pudesse ter falado: “O Brasil mudou. Eu também”, ou melhor dizendo: Ambos mudamos, mas o discurso continuou no terreno sólido e aceitável do lugar-comum.

Lula antes	Lula agora
FMI	
“O pacto com o FMI vai engessar as ações do próximo governo.” Julho de 2001	“O acordo com o FMI pode dar tranquilidade para o Brasil conseguir respirar.” Agosto de 2002
REFORMA AGRÁRIA	
“No Brasil, as coisas só são feitas na marra, como a reforma agrária, que existe há 200 anos, mas só andou durante as Ligas Camponesas, há 30 anos, e agora, com o Movimento dos Sem Terra.” Dezembro de 1997	“Se tem alguém que tem condições de segurar o MST, sou eu.” Setembro de 2002
SUBSÍDIOS	
“O que me surpreende é o governo dar 1 bilhão de dólares aos usineiros, quando poderia usar esse	“Temos um compromisso com o Proálcool, e nossa idéia é dar incentivos para que o consumidor troque o

² Aquilo que não se torna evidente para o leitor, considerando que a contradição é uma categoria analítica fundamental para a AD, está evidenciado no Quadro 1: aí, pela seleção feita, os aspectos contraditórios do discurso de Luiz Inácio Lula da Silva, ao longo de seu percurso político, estão bem marcados.

<p>dinheiro em obras de saneamento, gerando milhares de empregos e distribuição de renda.”</p> <p style="text-align: right;">Maio de 1993</p>	<p>carro velho por um novo, a álcool, a preços populares.”</p> <p style="text-align: right;">Junho de 2002</p>
ITAMAR FRANCO	
<p>“Itamar é um funcionário de luxo de FH.”</p> <p style="text-align: right;">Março de 1997</p>	<p>“Sarney e Itamar foram melhores do que outros presidentes.”</p> <p style="text-align: right;">Agosto de 2002</p>
PLANO REAL	
<p>“Esse plano foi feito à custa do trabalhador.”</p> <p style="text-align: right;">Julho de 1994</p>	<p>“O Plano Real foi um sucesso, mas FHC não soube aproveitá-lo para retomar o crescimento do país.”</p> <p style="text-align: right;">Setembro de 2002</p>
PT	
<p>“O PT é o único partido amado ou odiado. Não há meio-termo. É por isso que o PT é um grande partido.”</p> <p style="text-align: right;">Fevereiro de 2000</p>	<p>“Em política, é preciso ter disposição 24 horas por dia para conversar com quem quer que seja.”</p> <p style="text-align: right;">Junho de 2002</p>
MILAGRE	
<p>“É preciso analisar o que é possível fazer num governo em quatro anos. Não tem de ficar vendendo ilusão. Não tem milagre.”</p> <p style="text-align: right;">Junho de 2001</p>	<p>“Vamos precisar fazer um verdadeiro milagre e, com a competência de vocês e nossa disposição política, conseguiremos.”</p> <p style="text-align: right;">Julho de 2002</p>
INFLAÇÃO	
<p>“Não tem uma meta ideal. Não podemos mais ficar com a economia atrofiada por um controle inflacionário, à custa do cerceamento do desenvolvimento econômico.”</p> <p style="text-align: right;">Junho de 2002</p>	<p>“Ninguém precisa me ensinar a importância do controle da inflação.”</p> <p style="text-align: right;">Junho de 2002</p>
ALIMENTOS	
<p>“Primeiro vamos combater a fome, depois vamos exportar. O que não dá é exportar vendo as pessoas morrendo de fome aqui dentro.”</p> <p style="text-align: right;">Outubro de 2001</p>	<p>“O Brasil precisa é exportar alimentos para a Europa e o Japão.”</p> <p style="text-align: right;">Julho de 2002</p>

Fonte: Revista Veja, n. 38, ano 35, 25 de Setembro de 2002.

Quadro 1 – Diferenças do Discurso de Lula

2.2.1 O COMPLEXO INÍCIO DE ADAPTAÇÃO AO (E PELO) OUTRO

2.2.1.1 A noção de eu em Lacan e o sujeito no discurso político

Lacan, citado por Fink (1998, p. 58-59), no final da década de 1950 e começo de 1960, empenhava-se em caracterizar de forma precisa o sujeito, acreditando encontrar um significante de um sujeito naquilo que fosse dito. Com este intuito, busca na Lingüística possíveis pistas; entretanto, o único sujeito que se consegue encontrar é o sujeito do enunciado nas representações do eu, elemento do código lingüístico. O sujeito lacaniano, porém, não é este sujeito consciente. O eu lacaniano aparece como senhor de seu dizer apenas como uma sedimentação de imagens ideais. Neste contexto, entra o papel do outro na própria

constituição do sujeito, aquele que serve como reflexo das possíveis imagens. Por isso, o sujeito não aparece como ativo no alto de sua “própria” linguagem; o inconsciente, internalizador das tantas imagens, assume este papel, o que permite dizer que o sujeito lacaniano não aparece em nenhum lugar do que é dito.

Além das imagens deste outro do qual o sujeito rouba as “costelas disfarçadamente” (recuperando a Epígrafe), tem-se o desaparecimento do sujeito a partir do aparecimento do significante. O significante o substitui e ele desaparece. É o sujeito representado pelo símbolo \$, de Lacan: S de sujeito e / de barrado, impedido pela própria linguagem, alienado por condição existencial. Contraditoriamente, a linguagem, que lhe dá o caráter de ser, ela mesma o anula na manifestação lingüística. Assim, para Fink,

O sujeito do inconsciente manifesta-se no cotidiano como uma irrupção transitória de algo estranho ou extrínseco. Em termos temporais, o sujeito aparece apenas como uma pulsação, um impulso ou interrupção ocasional que imediatamente se desvanece ou se apaga, “expressando-se”, desta maneira, por meio do significante (FINK, 1998, p. 63).

Ao mesmo tempo, este Eu do inconsciente nada tem a ver com um eu falso: é o discurso do Outro, passageiro, efêmero, a única maneira de o sujeito se ver como um “igual”. O sujeito do inconsciente seria um Eu que aparece de vez em quando como um ato falho, um lapso de língua, com medo de que o identifiquem como uma falsidade constituinte. Para Fink (1998, p. 74), o sujeito lacaniano é falta-a-ser, “o sujeito fracassa em se desenvolver como um alguém, como um ser específico; no sentido mais radical, ele não é, ele é não-ser. O sujeito existe – na medida em que a palavra o moldou do nada, e é possível falar ou discursar sobre o sujeito – embora permaneça sem-ser”.

Ainda conforme Fink (1998, p. 71-72), nessa alienação da linguagem que a criança sofre em relação ao outro, trava-se uma luta de forças desigual, mas mesmo assim compensatória, pois a criança submete-se ao outro e, como recompensa, ganha o grau de sujeito de linguagem. Nessa sujeição, ela permite, sem possibilidade de escolha, que o

significante a represente. A escolha de sujeição é necessária para que o indivíduo advenha como um sujeito. Portanto, no conceito de alienação postulado por Lacan (citado por FINK, 1998, p. 72), é possível entender a criança, de certa forma, como tendo escolhido a sujeição à linguagem e concordado em expressar suas necessidades através de um meio distorcido, ou através da camisa-de-força da linguagem, a ser representada por palavras.

O eu representa a racionalização consciente da tentativa de se legitimar enquanto identificação de uma imagem ideal. O sujeito barrado de Lacan divide-se em consciente e inconsciente, o primeiro falso e o segundo manifestado automaticamente na cadeia de significante, no inconsciente. Tal divisão equivale, então, à alienação do sujeito na e à linguagem, o que a teoria lacaniana chama de “clivagem do eu”. Esta clivagem no eu e no inconsciente aponta um que é exposto e outro que é escondido: o eu como outro e o inconsciente como o discurso do Outro.

O Eu assume a responsabilidade pelo inconsciente, sem a intervenção de qualquer coisa parecida com um sujeito; o sujeito do inconsciente é efêmero, aceita a responsabilidade por aquilo que o interrompe, uma espécie de comportamento ético. Lacan não nega, no entanto, que o sujeito alienado possa superar essa divisão – uma divisão que seria sua própria condição de existência, mas cujo deslocamento parece ser sua realização, e isso acontece num segundo momento: a separação.

A linguagem é condição alienante; já se nasce submetido a ela e, paradoxalmente, é graças a ela que se moldam os múltiplos desejos. Nessa luta desigual entre a criança e o outro, o sujeito perde e ganha, fica “sujeito a” para tornar-se “sujeito de”. Depois da alienação, vem a separação: um sujeito alienado com o outro, não como linguagem, mas como desejo, embora este precise daquela.

A vinda da criança ao mundo já pressupõe um desejo que alguém (ou tantos) sentiu em tê-la. Assim, a alienação é causada pelo desejo do outro e a separação seria a tentativa, por parte do sujeito alienado, de lidar com esse desejo do outro. Esta fase é, por natureza, literalmente complexa, uma vez que a criança só procura identificar quais os outros objetos de desejo da mãe, ou de quem quer que ocupe tal lugar, porque descobre não ser mais o único objeto de desejo dela. Este “fracasso” em não corresponder ao único desejo materno leva-a à expulsão, à separação.

Ao mesmo tempo em que essa separação parece desumana, é justamente por esse ato, aparentemente desolador, que a mãe leva a criança a tornar-se sujeito, um sujeito também barrado, mas sujeito; afinal, a mãe também o é. A partir daí, começa o ritual vitalício de ir em busca do preenchimento dessa falta no outro materno. Lacan explica, por isso, que a fase dos porquês, pela qual a criança passa, não se dá por simples curiosidade de conhecer as coisas, mas para tentar encontrar indícios que mostrem, no outro, como ela pode preencher o vazio dele; é o desejo da criança subordinado ao desejo da mãe. A satisfação seria algo impossível de se dar: o sujeito é barrado na tentativa de ocupar o espaço em branco do desejo do outro.

Após se perceber como não mais parte do corpo da mãe, a criança é um outro, agora sob o olhar de aceitação da mãe; sofre daí o segundo corte, ao perceber-se não mais objeto de desejo dela. Entra, por sua vez, o terceiro termo lacaniano, o Nome-do-pai. Isso não tem nada a ver com o pai, biológico ou não, mas com qualquer um que se coloque como um interesse a mais da mãe além do filho. A mãe que faz da criança sua única atenção impede este terceiro termo, interrompe um processo que mais cedo ou mais tarde terá de acontecer. O Nome-do-pai dificulta o contato facilitado entre mãe e filho, e este vai buscar, então, o prazer através daquilo que é aceitável à figura paterna e/ou ao outro materno. Segundo Fink (1998, p. 79), nos termos freudianos, a ordem simbólica é um correlato do princípio da realidade, que

não nega por completo os objetivos do princípio do prazer, mas os canaliza para caminhos socialmente estabelecidos.

Aí é que a criança sai das mãos do outro-mãe e cai nas garras dos outros com os quais conviverá. A linguagem entra como meio de proteger a criança através da substituição do desejo da mãe por um nome. Se o desejo da mãe é pelo Nome-do-pai, este será protetor porque nomeará o desejo do outro materno. Uma proteção porque permite à criança uma espécie de espaço próprio, garantindo-lhe um lugar como sujeito, não mais um mero marcador simbólico, esperando preencher o vazio da mãe, mas um sujeito também desejante, embora o desejo do outro esteja funcionando como o motivo do desejo da criança. Assim, o desejo do sujeito é que o outro o deseje. Toda criança gostaria de ser o único objeto de desejo da mãe, porém a mãe alimenta desejos para além dela. É justamente este corte, aparentemente frio, que inaugura na criança a ilusão de totalidade por também, a partir de agora, apegar-se aos “seus” objetos de desejo. Constitui-se o que Lacan admite como “ser”.

Em síntese, a separação tratada até aqui resulta na divisão do sujeito em eu e inconsciente, um outro falante e um outro desejante. Na essência, então, não existe o verdadeiro eu, pois, se o primeiro é traduzido imprecisamente pela linguagem em seus significantes – que o simbolizam, mas não o refletem no real –, e o segundo possui desejos apenas em vista do outro, a condição humana nega, por natureza de convívio, esta possível individualidade, ou verdadeiro sujeito, verdadeiro eu, seja lá como se queira chamar este que só é por não ser.

Na psicanálise lacaniana, o Eu (*moi*) é, justamente, a instância de um desconhecimento, de uma ilusão, ilusão que não se restringe aos casos de paranóia estudados, mas à manifestação no homem daquilo que ele considera como sendo mais propriamente seu, um estranho, um outro (*autre*). O que o sujeito desconhece é que o eu é um outro. Isso leva

Lacan a perceber a subjetividade através da história desse sujeito, da maneira como ele reproduz marcas e direções. Lacan insere-se na Psicanálise ao fornecer elementos para articular o que possa ser a questão do eu, a questão do sujeito, pois não há um sem o outro. Tal noção é considerada a partir do que ele chama de “Estádio do Espelho”: um desdobramento do eu, através da imagem reduplicada no outro, o ideal.

A essência do que Lacan formulou no Estádio do Espelho foi descoberta, vale dizer, com os casos de paranóia observados. Em Lacan, a dialética no Estádio do Espelho apresenta-se pelo reconhecimento da criança no olhar do outro, que confirma a imagem que ela percebe como sendo sua. A imagem, neste caso, não é o outro, mas está no outro, noutro lugar, onde o sujeito nunca habitará. É a separação do sujeito. De qualquer modo, o eu não é, como se poderia pensar, uma coisa meramente “adaptativa”. Vive o paradoxo de, ao mesmo tempo que se acredita sendo, estar mais alienado, mais outro. A condição de existir é a alienação. O psicanalista francês pretende mostrar que a subjetividade não está no Eu, assim como também não está em lugar algum, não há uma subjetividade “verdadeira” a ser buscada. A verdade é a discordância.

Lacan (citado por AUROUX, 1998, p. 256) revaloriza o instrumento da fala aos olhos dos psicanalistas. Afirma que a essência da verdade está apenas numa prática que se situa em relação a outro discurso e procura em Heidegger (apud AUROUX, 1998, p. 260) não uma filosofia da linguagem qualquer, mas um pensamento da verdade e um sentido a que faz apenas referência, através da fala do analisando, que deve ser separado e distinto da significação, do dito gramatical. Volta-se Lacan, então, à doutrina freudiana na busca da relação de um discurso a um outro que o toma como suporte.

Lacan defende a equivalência entre o inconsciente no sonho e as formas lingüísticas da metáfora e da metonímia. O inconsciente seria estruturado como uma

linguagem, porém não é a linguagem. Lembra que um fato só se confirma pela distinção entre o significante e o significado; na fobia, por exemplo, nenhum dos significantes tem um único sentido, nem equivale a um único significado. O valor de um significado está nas combinações, e só assim é que o sujeito aparece dividido por seu próprio discurso.

2.2.2 A PULSÃO: INÍCIO DA BUSCA NO (E PELO) OUTRO

A psicanálise também é uma experiência do sujeito com a linguagem. O homem é um organismo afetado pelo discurso, como se um sintoma passasse falando por ele, fazendo a curva pela palavra. Nessa imersão do sujeito na linguagem, surge a “pulsão”. Segundo Wine (1992, p. 12), o termo *pulsão* aparece bastante cedo na obra de Freud, mas só em 1914 Freud começa a conferir-lhe um estatuto de conceito, embora ainda como hipótese especulativa.

O termo, cuja tradução no inglês é “instinto”, é de origem alemã, indicando uma tendência numa direção pré-determinada. Freud inventou este conceito para a repetição percebida na fala de seus pacientes. Ele via que algo insistia e pulsava na mesma direção do discurso, o que, apesar de mudar as palavras, era, no fim, o mesmo. Algo se impunha nos dizeres, como se a pulsão fosse uma pressão interna. Não se trata de uma pressão igual à fome ou à sede – que, ao serem saciadas, se calam, uma vez que no encontro com o objeto de necessidade se satisfazem -, não é na cópula com o objeto que a pulsão encontra alívio momentâneo, e sim no percurso que essa busca faz. Se a pulsão cede em algum momento, não é porque encontrou um objeto adequado, é porque algo se articulou no discurso e fez com que essa ansiedade se acalmasse. Mas voltará a pulsar, mais tarde.

A pulsão se satisfaz na sublimação. Escrever um texto, pintar um quadro, são ações em que a realização não está no encontro com o objeto, mas na articulação com ele. O objeto é o que menos importa. Na pulsão oral, por exemplo, o saciar não está no objeto, está

na própria boca. Na amamentação, a pulsão se dá não pela união entre seio e boca, mas pelo sentimento mútuo de ambos estarem preenchendo seus vazios: a mãe oferece o leite ao filho e também demanda satisfação de ser aceita por ele. O grande ato de poder é se fazer amar pelo filho. Alves (1999, p. 73-79), em *Se eu fosse você...*, ao trabalhar a dificuldade de o ser humano saber escutar o outro, em contrapartida, mostra a facilidade que se tem com a fala e, entre as metáforas pelas quais o autor passa para ilustrar seu tema, uma é a da boca de um bebê sugando o seio da mãe:

A boca é um vazio. Sem nada saber ela já sabe sobre os encaixes. Suga o vazio. Seus movimentos rítmicos são a primeira forma de oração, sem palavras. Oração é o vazio que espera. A boca vazia ora pelo “pleno” que a satisfará: o seio da mãe. Mas o “pleno” do seio da mãe é também oração: quer uma boca que o sugue. Quando boca e seio se encontram o encaixe acontece. É a felicidade. O vazio de um é o pleno do outro. O vazio de um é a felicidade do outro (ALVES, 1999, p. 73-79).

Logo, se a pulsão se funda no sujeito a partir da demanda, o objeto é o que menos importa, qualquer um serve: o importante é o percurso, o *tour* em torno dele. Os objetos só serviriam para tal circuito, marcando a natureza de uma eterna busca a partir do primeiro objeto, o objeto perdido. Perdido porque a busca situa-se por causa dos objetos pulsionais que chegaram primeiro, de forma inesperada, deixando um “eu quero mais”, não outras vezes da mesma coisa, mas uma eterna busca daquela primeira coisa, que se perdeu e nunca mais voltou. E só quando não voltou mais é que se espera que ela volte. A pulsão é esse “mais da mesma coisa”, ou seja, o impossível. O objeto pulsional se perdeu para sempre e este lugar vazio o ser humano vive preenchendo com chamarizes: “parece, mas não é”. O seio da mãe é um chamariz, atrai, no entanto, não é o seio perdido. Mesmo assim, o homem precisa desses chamarizes para lidar com a falta, o inventa porque o vazio é insuportável.

É no vazio que o homem se insere no simbólico, já que é impossível apalpar o real. Segundo Wine (1992, p. 16-17), o enunciado de Parmênides – “Pensar e ser são a mesma coisa” – é recuperado pela psicanálise como pertinente à relação entre o real e o simbólico.

Com a psicanálise, e seus três registros: real, simbólico e imaginário, os conceitos de sujeito, ser, saber e verdade articulam-se de uma nova maneira. O ser e o saber não são mais duas coisas que se distinguem, nem mesmo como os dois lados da mesma moeda. Na psicanálise, o saber é consequência e efeito do ser. Ou seja, a representação, aquilo que se inscreve no “psíquico”, é representação da pulsão que emana de uma fonte no corpo [...]. O saber aqui não é o saber sobre o ser, mas saber que emana do ser. Este ponto de articulação entre o ser e o saber é aquilo que a psicanálise chama de sublimação: o ser-corpo se faz saber-psíquico. A pulsão consiste na sua exterioridade ao saber, e o saber só poderá obedecer ao ser da pulsão deixando-se afetar e dominar por essa exterioridade. A verdade da pulsão não fornece nenhuma imagem ou idéia de natureza organizada do corpo. Só depois dessa verdade ser situada e articulada no campo simbólico, o saber dá uma forma àquele corpo, que o informa das suas exigências, sempre outras. Quem opera a sublimação é o sujeito, o sujeito da psicanálise, que está entre o ser e o saber, entre o corpo pulsional perverso e o inconsciente estruturado como uma linguagem. Por ser sempre verdadeiro, o sujeito apresenta as exigências e as mutações do corpo ao psiquismo (WINE, 1992, p. 16-17).

Por tais aspectos, o corpo do falante se representa como linguagem, submetido sim, mas representado. Assim, o ser, voltando à teoria lacaniana, não pode mesmo se concretizar, pois corpo e psíquico estarão sempre em devir. A sublimação está, então, quando a pulsão consegue se verbalizar como idéia: é o próprio destino da pulsão. Coube à pulsão instigar o sujeito falante na busca pelo objeto, pressupondo a linguagem e a entrada ao mundo simbólico. O homem se faz em palavra, onde se inscreve a função simbólica. Se a pulsão impulsiona sempre o sujeito à eterna busca do objeto, o sujeito será sempre um devir numa operação de alienação constante. O sujeito é um “faltar a ser” e vai se colocando na falta do outro. Na angústia, falta a falta, falta o sujeito barrado que responde com sua própria falta. Quando questiona o outro com suas perguntas, por exemplo, o sujeito está buscando mais um lugar no discurso do outro do que propriamente uma resposta.

Para Wine (1992, p. 11), o sujeito está onde o real é representado no simbólico, e aquilo que Lacan denomina como sujeito do inconsciente está, em termos freudianos, no lugar da articulação entre pulsão e inconsciente e, em termos lacanianos, na intersecção entre o real e o simbólico.

Diferente do instinto, a pulsão tem origem no corpo, mas não encontra sossego na cópula com o objeto, como o instinto da fome, por exemplo. A pulsão precisa do objeto

apenas para o percurso. Cada falta que se instala no ser humano o pressiona como uma ordem, um significante que busca como signo um objeto que preencha esse vazio. Porém, sabe-se que o homem vai além da busca pulsional ou instintiva. A criança, depois de mamar, continua com os dedos na boca, o que mostra que o prazer daquele momento foi além da satisfação pelo leite. Nesse sentido, o animal seria constantemente pleno, satisfaz seus instintos e se acalma, já o homem tem algo mais que pulsa frequentemente na busca pelo prazer, estará sempre a preencher o vazio fundado pelo primeiro prazer, perdido para sempre; assim, para tal tarefa, elabora significantes que possam suprir tais lacunas.

Lacan (cf. WINE, 1992, p. 31) chama de *falo* o significante inaugural da ordem dos significantes. Em sua obra, a função fálica representa a função do simbólico que tem como condição uma impossibilidade, a castração. Entre três e cinco anos, surge na criança o dilema em ter ou não ter o órgão reprodutor masculino; o falo é a representação da criança em ter ou não ter. Essa diferença constitui a falta e esta falta está relacionada ao perder. A partir dessa perda, o homem também se constitui sujeito. É por isso que, assim como Freud, Lacan vê em tal aspecto o quanto a questão sexual é traumática.

No campo da linguagem, a relação do homem com o objeto, também afetada pela falta, funcionará na ordem do significante e não na ordem do signo. Certos animais possuem certa organização sígnica, mas só o homem trabalha a linguagem nas relações entre os significantes. Tudo o que o homem elabora no simbólico ganha corpo na linguagem e, sendo o homem um corpo sempre pulsando, estará sempre em busca de um novo significante. Tais significantes vão, em princípio, direcionando esse pulsional. Em princípio, porque descarregam a tensão, mas não completamente.

A pulsão, como já exposto, não se satisfaz no contato com o objeto, e sim no trajeto que faz por ele, voltando transformada num significante da ordem da linguagem. Seu

objetivo não é encontrar satisfação plena: é transformar-se, após o percurso, em linguagem. O sujeito, em relação ao objeto, para fazer tal viagem, pode também colocar-se como objeto e pensar sobre si. Em Wine (1992, p. 36), “Freud chega à conclusão de que a voz gramatical própria da pulsão não é simplesmente a voz ativa pura, nem a passiva. É uma terceira, que engloba as duas numa nova unidade: a voz reflexiva”. É o que Lacan chama de clivagem. A voz da unidade clivada representa, ao mesmo tempo, ação e passividade. Nossa atividade de significar está nesse ir e voltar a si mesmo. Se fosse como na fome, a vontade iria e se satisfaria no encontro com o objeto, mas, como a pulsão não tem esse endereço fora do eu, ela vai, passa pelo objeto e volta não plenamente realizada, só acalentada; logo, haverá sempre um “restinho” de tensão. Tal circularidade faz do homem um ser que se estrutura como linguagem, constituído em significantes.

Pelo fato de o homem ser um animal que chega prematuramente ao mundo, sua capacidade de representar as excitações através do simbólico será sempre deficiente, pois, a cada pulsar, algo novo sai e volta contaminado pelo outro, logo os signos sofrem mudança na volta. A linguagem é a própria representação dessa volta. Quando bebê, o homem não sabe que objetos preencheriam suas faltas e nem como fazer para consegui-los, por isso já nasce na submissão à ajuda do outro. Essa ajuda não é, nem pode ser, descompromissada: o outro já foi iniciado no mundo simbólico. A “ajuda” que vem demanda também cobrança, buscará um grau de persuasão. Oferece-se algo, porque se espera também algo em retribuição.

Por esse motivo, o Estádio do Espelho lacaniano aparece como momento dual na vida do sujeito. A partir dele, a criança, mesmo prematura, identifica-se com a imagem que vê de si e, por isso, entende-se não mais como parte do corpo da mãe; é outro corpo, um corpo impossibilitado de sobreviver sozinho, mas um corpo; ao mesmo tempo, a criança passa a ocupar o lugar de desejo da mãe, está sujeita ao outro-mãe. A ausência da mãe mostra à criança que outros são também os objetos de desejo dela, que apenas a criança não os

preenche. Na busca em saber o que o outro quer de mim, aparece o sujeito significante e o outro significante; entre ambos, aparece o sujeito dividido, barrado entre um e outro. A fim de anular esta barra, o sujeito usa a fantasia para criar um objeto no lugar do que lhe falta. Se, a cada falta, o sujeito se funda como perda do objeto, o sujeito funda-se como um faltar-a-ser contínuo. O desejo sustentado pela fantasia faz com que o homem se engane, achando que é o que não é, e surge porque o real não dá conta de tudo.

3 A ANÁLISE DO DISCURSO E O DISCURSO POLÍTICO

O discurso em si, aqui o DP, objeto desta análise, dá-se pela relação entre a língua e os sujeitos e as situações em que se produz o dizer. O jogo político se satisfaz momentaneamente neste encontro. Mais do que a preparação do discurso no papel, antes de um comício, por exemplo, é no momento da manifestação pública que a emoção se manifesta no sujeito-político. Não é ler o planejado ou falá-lo, mas tudo o que acontece no percurso dessa pulsão. O dizer do político conta com a aceitação da platéia e, por expectativas desta, pode, mesmo, fugir ao planejado e tomar rumos que levem a aplausos previsíveis.

A AD trata do DIScurso, do dizer em curso, da língua em movimento. Ela não trabalha a língua como sistema abstrato, mas como materialização discursiva fazendo sentido. Levando em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem. Então, neste trabalho, pode parecer que o DP, visto como um dizer que se mantém mais ou menos igual no decorrer do tempo, deveria ser abordado em outras teorias que se contentassem com o estudo de sua estrutura gramatical, em teorias nas quais se alcançassem, dentro dos limites da margem textual, os fatores necessários a uma análise do dito, do enunciado. Mas não é porque se hipotetize o DP como um lugar-comum, que a AD, por tratar a língua em movimento, não poderia se interessar por tal aspecto.

Nos anos 60, Orlandi (2000, p. 19) situa a AD como interrogação às discussões no campo da Lingüística, do Marxismo e da Psicanálise, questionando: a lingüística, porque a língua tem sua ordem própria, mas é só relativamente autônoma; o marxismo, porque a história afeta a linguagem, e os fatos reclamam sentidos; e a psicanálise, porque o sujeito de linguagem é descentrado, é afetado pelo real da língua, não tendo o controle (absoluto) sobre o modo como elas o afetam; então, funciona pelo inconsciente e pela ideologia.

Enfim, a AD interroga a Lingüística pela historicidade, o Marxismo pelo simbólico, e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. Não se exclui uma ou outra; busca-se, em cada uma, o que for necessário à análise dos vários discursos, circunscrevendo um domínio específico de pesquisa. Neste trabalho, entretanto, focar-se-á, principalmente, a AD e a Psicanálise, levando-se em consideração a AD como interdisciplinar.

No texto político, não há como se satisfazer com o que nele é explícito. Isso não dá conta de tudo quanto ele pode dizer. De qualquer maneira, a AD não pergunta “o que este texto quer dizer?” – pois a linguagem não é transparente –; põe, de outro modo, escutas no dito e no não-dito, buscando as filiações discursivas do que emerge dos textos. Toda essa preocupação se justifica, ainda mais, pelo motivo de as palavras já chegarem até qualquer dizer carregadas de sentidos. Não se sabe ao certo como se constituíram, mas já significam nos sujeitos e para os sujeitos.

Na AD, a língua não é apenas um código, que um emissor utilizaria para passar uma mensagem a um receptor que, por sua vez, a decodificaria. O processo é mais complexo. Os interlocutores realizam, ao mesmo tempo, um processo de significação e ressignificação. Não é mensagem o que produzem, é discurso – porque a linguagem serve para comunicar e

para não comunicar, para dizer e para não dizer. O discurso emerge, então, como efeitos de sentido entre sujeito e interlocutor. E, se, conforme Pêcheux (citado por ORLANDI, 2000, p. 17), “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”, os sentidos são determinados pelo ideológico, historicamente formado no imaginário social. A ideologia, aqui, não será vista como algo que aparece em algum texto de DP e em outro não, mas como constituinte de qualquer formação discursiva. O DP, como qualquer discurso, é lugar, no qual se pode observar a relação entre língua e ideologia, discurso e sujeito, sujeito e outro.

Naquilo que é enunciado, as marcas lingüísticas são pistas, não evidências. Os sentidos não estão nas palavras, nem no sujeito, embora ele se creia fonte deles. Nessa perspectiva discursiva, a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história, não nasce a todo momento, de maneira virginal, em quem a profere. Está, por assim dizer, já comprometida com o caráter histórico, logo, com o caráter ideológico.

Segundo Orlandi (2000, p. 26-28), pode-se pensar que a AD seja uma interpretação pela qual, através de uma chave, chega-se ao outro lado. Não há chave, há método de análise, há pistas. Os dizeres são efeitos de sentido, produzidos em condições determinadas, e estão, de alguma forma, presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista do discurso busca apreender. São pistas que põem em relação o dizer com sua exterioridade; logo, tais sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, com o que é dito e com o que poderia ser dito e não foi. As margens do dizer do texto (cruzamento de formações discursivas) fazem parte dele, complementam-no na busca pelo todo – se é que existe o todo.

Todo discurso é atravessado pelas condições de produção – determinadas pelo contexto no qual se dá o dizer – e pela memória, vista como processo interdiscursivo, aquilo que fala antes, o já-dito. O interdiscurso possibilita dizeres já experimentados por alguém, em algum lugar, em outro momento, que têm efeito sobre um “novo” texto. São sentidos convocados.

Trazendo para o DP, há uma espécie de contrato do “faz-de-conta”. Os dizeres recuperados dos outros discursos podem aparecer, aos olhos dos eleitores, como originais. Não são transcrições *ipsis litteris*, mas contam, a cada eleição, com sentidos convocados pelo mundo do já-aceito, enquanto deixam na sombra outros dizeres. Têm nova roupagem, podem trazer novos enfeites, porém, em princípio, pouco mudam. Mudar o estereotipado implicaria cair num terreno desconhecido no campo político, ou, pelo menos, num terreno não explorado, sem garantia nenhuma, e, por uma eleição não representar, tradicionalmente, um momento de politização do povo, não se quer semear nada; o objeto pretendido é o alcance do poder já com seus frutos imediatos.

Apesar de o interdiscurso se tornar uma espécie de possível garantia do dizer, acaba também por atuar como armadilha. Ora, se as palavras já chegam carregadas de sentido, nem sempre se tem noção das ressonâncias de sentido que elas podem convocar e ou provocar. As armadilhas do dizer aparecem justamente por algo mais forte que vem pela história e atropela o sujeito em suas intenções, pelos sentidos de outros dizeres, de outras vozes, um jogo que vai se armando, marcado pela ideologia, e atingindo o sujeito apesar de sua vontade. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle pleno sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. Quando ele diz alguma coisa, é preciso que as palavras já façam sentido e que o que foi dito se apague na memória para que possa fazer sentido nos “novos” dizeres. Assim atua o interdiscurso, e todo discurso o presumirá ora como aliado, ora como inimigo.

Quando discursa, o político se filia a redes de sentidos, mas não tem um saber explícito sobre eles. A AD se propõe a explicitar a relação com esse “saber” que não se aprende, todavia que produz seus efeitos. Esse tipo de leitura considera o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito, como a presença de uma ausência necessária. Embora o político se veja como a origem de seu discurso e o povo queira acreditar nisso, o DP acaba retomando sentidos já experimentados.

Ao nascer, os discursos já estão disponíveis, e o sujeito é que entra nesse processo. Há certa singularidade, no que diz respeito aos arranjos com as “contribuições” dos outros. Mesmo não sendo o sujeito o início deles. Tal ilusão não é um “defeito”, mas uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos. É assim que os sujeitos se significam, retomando palavras já existentes, é assim que sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de diferentes formas. Os mesmos dizeres (re)aparecem de formas diferentes.

No jogo de os discursos se relacionarem entre si, o sujeito tem a possibilidade de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor “ouve” suas palavras. É com isso que o político conta para traçar suas propostas de governo, contratando seus assessores ou “marqueteiros” para tal investigação, apesar de haver a extensa margem de lugar-comum na postura diante de um candidato ou eleição. Antecipa-se ao eleitor para investigar o sentido que as palavras poderiam produzir, a forma como seriam aceitas, dirigindo o processo de argumentação com vista no outro – um outro “que precisa acreditar em mim, porque preciso dele para conquistar meu objeto do desejo: o poder de ganhar as eleições”.

Além dessa antecipação, um fator determinante do dizer é a relação de força. Cada qual fala de um lugar: a sociedade estrutura-se hierarquicamente, constituindo relações

sustentadas pelos diferentes lugares que se fazem valer no ato comunicativo. O sujeito fala do lugar de aluno, do lugar de professor, do lugar de pai, do lugar de presidente da república, do lugar de candidato, e tais lugares lhe conferem determinados poderes que funcionam como uma espécie de garantia de alguma verdade.

Além do “lugar de”, o sujeito também fala em determinado “momento”. Isso faz parte das condições de produção da linguagem. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura histórico-ideológica. Tem-se a imagem da posição sujeito-locutor, a posição sujeito-interlocutor, e também a do objeto do discurso. Por isso que a força política de um candidato não conta unicamente com suas condições pessoais para o cargo, antes, sim, com toda sua constituição como sujeito histórico-social. É, pois, todo um jogo imaginário que preside a “troca” de palavras, o próprio fazer discursivo.

3.1 DISCURSO POLÍTICO: O SUJEITO TEATRALIZADOR

Tradicionalmente, o DP caracteriza-se basicamente por ser de direita ou de esquerda: ou é conservador, ou é revolucionário. Aí, poder-se-ia dizer, também por influência do já-dito, que a identificação/correspondência com a imposição do outro se dá apenas nos discursos conservadores, uma vez que os revolucionários cumpririam realmente o prometido e não incorreriam nos mesmos erros dos demais. No entanto, não está em jogo dizer que somente os conservadores são submissos à demanda do outro-eleitor. O que se quer, neste trabalho, é mostrar como um discurso se ancora na relação com o outro, seja ele classificado como de esquerda ou de direita. Não é porque o discurso de esquerda paute-se em ideais de justiça e de possível igualdade, que não se prenda também às aspirações de seus “companheiros”, também ao lugar-comum da aceitação. Vê-se, então, no DP, uma grande

encenação social, com personagens em diferentes atuações em enredos repetidos, independente de filosofias partidárias.

Os filiados ou eleitores enquadram-se em determinados partidos porque se identificam com as propostas apresentadas – o inverso não acontece – e dispõem-se a assumir os mesmos ideais. Ora, se eu sou um político e não há como me desligar de um partido, cabe a mim, já de começo, vestir esta roupagem e encenar o papel que me é designado, ou me tornarei personagem sem papel, sem enredo a decorar e, conseqüentemente, sem aplausos.

Poder-se-ia, ainda, insistir na idéia de que esta dissertação serve muito bem a políticos sem ideologia – isso se ideologia fosse vista como “coisa” que se pudesse simplesmente adquirir –, ou a políticos corruptos que se dedicam a servir a seus próprios interesses e usam o povo para apenas fazer o *tour* da pulsão. Ora, não se pretende radicalizar a ponto de fazer do falseamento a característica única de todo DP. Mas algo há que se impõe, que insiste em aparecer nos discursos dessa natureza, que se repete, de que se esquece e que se repete novamente a cada eleição.

O sujeito (ingenuamente?) busca na linguagem seu discurso de liberdade quando é ela própria que o aprisiona. A linguagem acaba sendo uma grande representação, tanto no sentido denotativo, quanto no sentido figurado da palavra. É ela que representa o real através do simbólico, e este realiza uma cisão entre a coisa representada e sua representação. A imagem acústica (usando a terminologia saussureana) /m – a – ‘s – ã/ representa a fruta, porém não é a fruta. “É preciso que a coisa se perca para ser representada” (LACAN, apud DOR, 1989, p. 106). A linguagem representa, então, o real, sem ser este real: “pela palavra, que já é uma presença feita de ausência, a própria ausência vem a se nomear” (LACAN apud DOR, 1989, p. 106). Assim, para Dor, a relação do sujeito com seu próprio discurso se sustentará pelo mesmo efeito de divisão, ou mesmo defeito de representação, ou seja, ele

desaparece como sujeito, para ali se encontrar representado unicamente na forma simbólica. Por isso, Miller (citado DOR, 1989, p. 106) nomeia o sujeito como aquele que figura como elemento que falta, na qualidade de um “lugar-tenente”.

Apesar de acontecer a falta, há como o sujeito se simbolizar. Nem precisa usar seu nome de “identidade”, basta enveredar para um eu, um mim, um nosso, e consegue-se não deixar dúvida, ou pelo menos enganar muito bem, sobre quem assume o dizer naquele momento. No DP, tem-se uma variada escolha a fazer. Vejam-se os exemplos corriqueiros em muitas eleições, citados a seguir:

1º) *Considero este governo que aí está uma afronta à população.*

2º) *Eu colocarei comida na mesa dos menos favorecidos.*

3º) *Nós fiscalizaremos o dinheiro público como se fosse nosso.*

4º) *A gente sabe do problema do desemprego.*

5º) *Juntos chegaremos à vitória.*

No primeiro exemplo, a terminação verbal indica a 1ª pessoa do discurso num verbo que particulariza bastante a opinião a respeito do arquiinimigo. No segundo, seria possível usar apenas a desinência verbal, mas o “eu”, com todo o poder que se atribui, aparece para enfatizar a idéia pretendida por um político que se posiciona como o único capaz de, pessoalmente, garantir alimentação aos desprovidos economicamente – aproveitando-se também do eufemismo. No terceiro, o pronome “nós” coloca político, correligionários e eleitor em pé de igualdade para cuidar das finanças do governo; o pronome em 1ª pessoa do plural divide o trabalho, chama o povo para a responsabilidade, assim como também divide a culpa pelo emprego indevido do dinheiro “público”. Esse mesmo dizer não deixa de (não) dizer que: se é preciso cuidar do dinheiro público como se fosse particular, é porque se cuida

diferentemente dos dois. Já o quarto enunciado aproxima-se da grande massa populacional com o coloquial “a gente”. É a ele que fala mais fortemente a questão do desemprego, e a expressão aproxima de forma familiar eleitor e político, mesmo que enganosamente, pois o político inclui-se nesse dizer sem estar ou vir a estar inserido, provavelmente, no problema suscitado. Por último, o “juntos” evoca o sentimentalismo, a solidariedade (a união faz a força), algo por vezes efêmero, no entanto necessário para a demanda de desejo do sujeito político.

Assim como a linguagem concretiza-se através de uma simbolização do real, maquiando-o, o sujeito só está presente em seu discurso porque o assume como um lugar “próprio”, um discurso que mascara seu desejo, mas que se presta para representá-lo. Está, desse modo, alienado ao simbólico; e o eu, preso ao discurso, acaba, portanto, suprimindo o sujeito do desejo e identificando-se cada vez mais aos múltiplos lugares. Logo, “O drama do sujeito no verbo é que ele faz aí a experiência de sua falta-a-ser” (LACAN, apud DOR, 1989, p. 122).

3.2 O DISCURSO POLÍTICO E SUA TRADIÇÃO POLÍTICA

A política, vista como uma rede de identificações dos sujeitos envolvidos no seu processo, manifesta uma realidade da qual eles não se podem desprender, o que também acontece em outros tantos segmentos da sociedade, mas, aqui, caberá tratar do contexto político por excelência. Mesmo atendendo ao campo político, a idéia da sociedade como um todo merece destaque, e pode estar, justamente na cultura de fragmentação de suas partes, o descrédito há tempo enraizado na realidade social.

Para Capra (1982, p. 37), herdou-se da cultura cartesiana, e mais tarde da newtoniana, uma visão fragmentada da realidade. Descartes (citado por CAPRA, 1982, p. 37) enfatiza o pensamento racional, o que levou os indivíduos ocidentais a se identificarem com sua mente racional e não com o organismo como um todo. Da divisão corpo e mente, espírito e matéria, o universo passa a ser entendido como um sistema mecânico composto de partes distintas, como se fosse um grande relógio.

Capra (1982, p. 57-58), na metáfora do sistema mecânico, mostra que

A fabricação de relógios, em especial, atingira um alto grau de perfeição na época de Descartes; o relógio era, pois, um modelo privilegiado para outras máquinas automáticas. Descartes comparou o corpo dos animais a um “relógio [...] composto [...] de rodas e molas” e estendeu essa comparação ao corpo humano: “Considero o corpo humano uma máquina. [...] Meu pensamento [...] compara um homem doente e um relógio mal fabricado com a idéia de um homem saudável e um relógio bem-feito”. A concepção de Descartes sobre organismos vivos teve uma influência decisiva no desenvolvimento das ciências humanas. [...] A abordagem cartesiana foi coroada de êxito, especialmente na biologia, mas também limitou as direções da pesquisa científica.

Tal visão mecanicista fundamenta boa parte do mundo das ciências. Nosso sistema acadêmico organiza-se de forma fragmentada, trata os conteúdos programáticos em disciplinas isoladas; a medicina especializa-se cada vez mais em partes e perde a importância do organismo como um todo no tratamento das enfermidades; o meio ambiente é visto como frações a serem exploradas por diferentes grupos de interesses, como se o desgaste ecológico não interferisse na vida dos seres vivos; a política, por sua vez, presa a objetivos individuais, perde a direção de seu papel coletivo, de seu papel de responsabilidade social com as necessidades da população.

Segundo Capra (1982, p. 22-23),

Um sinal impressionante do nosso tempo é o fato de as pessoas que se presume serem especialistas em vários campos já não estarem capacitadas a lidar com os problemas urgentes que surgem em suas respectivas áreas de especialização. Os economistas são incapazes de entender a inflação, os oncologistas estão totalmente confusos acerca das causas do câncer, os psiquiatras são mistificados pela esquizofrenia, a polícia vê-se impotente em face da criminalidade crescente [...].

No jogo do mundo político, há uma fragmentação, motivada por interesses particulares (lê-se particular como não-coletivo) tanto dos políticos quanto dos eleitores. Ocultando tal “individualismo”, o DP teatraliza uma preocupação coletiva. O bem da nação, o bem do estado, o bem do município – acima de qualquer outro objetivo – motiva e/ou enfeitiça o eleitor em, a cada eleição, renovar-se de esperança e acreditar num possível “salvador da pátria”. Conseqüentemente, o DP se mantém com pouquíssimas mudanças, até por tradição no identificar-se com o outro no processo eleitoral. Os envolvidos identificam-se, assim, com os lugares-comuns do DP e fazem parte da encenação cujos papéis cada um já “decorou”. E, mesmo que a trajetória política do país seja constantemente flagrada em incompetências, continua o político com seu teatro e o eleitor em sua participação de figurante, ou de espectador sem muitas expectativas.

Com resquícios do legado cartesiano, a política atual vê o mundo em partes, bem como seus problemas. Prestam-se a uma postura mascarada disso os tantos discursos de globalização. MERCOSUL, ALCA e outros blocos econômicos desejam uma interação comercial principalmente; mas, na verdade, os países “aliados” esbarram nos interesses individuais de nações poderosas, participantes de um todo que não consiste, infelizmente, na soma das partes. Ainda assim, o DP mundial, na sua superficialidade, enaltece as forças conjuntas da globalização, a preocupação mútua com a paz e a hipocrisia do bem-estar social. O poder político e econômico é exercido por uma classe dominante e a hierarquia social é mantida, muitas vezes, com base em violações éticas e culturais. Desse modo, o todo é negligenciado e suas partes não atendidas nos anseios da população.

Nessa menção ao todo, para Capra (1982, p. 87),

O universo é visto como uma teia dinâmica de eventos inter-relacionados. Nenhuma das propriedades de qualquer parte dessa teia é fundamental; todas elas decorrem das propriedades das outras partes do todo, e a coerência total de suas inter-relações determina a estrutura da teia.

Embora o enfoque, nesta dissertação, seja o DP e não a política em todo seu grau de complexidade, há de se analisar de certa forma esta, porque ambos estabelecem dependência, apesar de que, nem sempre, o DP represente o real dela. Isso porque é um real que sofre a tradução da linguagem, das escolhas dos significantes, um real apenas simbolizado, uma vez que, com palavras, só é possível simbolizar a realidade, não traduzi-la com transparência. Mas, mesmo criticando os lugares-comuns, a começar pelo título, diga-se: teoria e prática nem sempre correspondem.

Teoricamente, a situação político-social, no DP, enfatiza o benefício comum nas propostas/promessas apresentadas. Frases como “Vou representar todos vocês em meu mandato”, “Serei porta-voz da população no poder legislativo”, “O que é bom para o povo será bom para mim” marcam-se no terreno do lugar-comum, no terreno da própria aceitação do DP como tal.

Todavia, as práticas, após uma eleição, esbarram em valores já enraizados em posturas viciosas, seja da máquina administrativa, seja da ansiedade de muitos eleitores em cobrar o voto (de confiança) em favores individuais. Ao jogar pedras nessa atitude, cai-se, obviamente, em contradição com a criticada idéia de fragmentação dos problemas sociais. Verificando o todo, chega-se à base política de qualquer sociedade, de qualquer cidadão: a educação – uma educação fragilizada pela própria inoperância do sistema político nacional, por sua vez, um sistema social cujos interesses colidem com uma sociedade esclarecida. Afinal, como oferecer educação de qualidade ao povo para que, depois, esta se torne uma arma contra o próprio poder estabelecido? Criticar o desempregado que vendeu o voto pelo pagamento da conta de luz, ou por um caminhão de terra, implica analisar apenas uma parte do problema.

Esta dissertação exemplifica as discussões até aqui estabelecidas com entrevistas realizadas apenas em nível municipal, porque é onde os aspectos positivos ou negativos de um processo eleitoral, bem como do próprio governo subsequente, tornam-se mais evidenciados do que em âmbitos maiores. Entretanto, os processos políticos, sejam estaduais ou nacionais, também endossam tal aspecto vicioso, pois os interesses ganham proporções equivalentes. Não são mais tijolos ou cestas básicas que estão em jogo.

Capra, com seu livro *Ponto de Mutação*, inspirou o filme de mesmo título. Num antigo castelo medieval, Saint-Michel, na França, três visitantes – uma cientista, um político e um poeta – travam um sério e contagiante diálogo (ou melhor, triálogo) a respeito da crise por que passa o mundo e a necessária transição para uma nova perspectiva de pensar o universo. Centro da polêmica, a cientista assume a defesa da visão, que pretende transpor a concepção cartesiana de mundo e alcançar uma postura holística em todos os aspectos. Já o poeta observa mais os outros dois no duradouro embate.

O político, no seu momento, reluta em aceitar as concepções da cientista, fundamentando-se, justamente, no jogo social estereotipado de seu meio. Embora concorde com a mulher, resiste a desprender-se de seu lugar, assumido como representante de um povo, com o qual já possui um acordo formalizado pela tradição política. Seu discurso é fidedigno à representação de seu papel social, por isso refuta, contra-argumenta a cientista a respeito da necessária transformação cultural. Ela, além de apresentar argumentos coerentes, exemplifica suas idéias, seja com o grande relógio que há no castelo e ainda funciona – graças a substituições de peças quebradas –, seja com a rica natureza que compõe o cenário do filme. A resistência do político a tais idéias dá-se não tanto por discordar da cientista, mas porque o meio político já o fez identificar-se com seu papel de dirigente: precisa corresponder a distintos interesses, lugar ao qual necessita se adequar para que o outro-eleitor possa também se encontrar no enredo.

Dessa maneira, parece que o filme, como este trabalho, mostra uma perspectiva bastante negativa da situação política, se não fosse pelo final, quando os três, mesmo defendendo suas posições, aproveitam-se do evento discursivo (termo redundante, uma vez que todo discurso é um evento) para repensá-las e, provavelmente, a partir dali, reorganizá-las. Portanto, não se marcam as deduções feitas como uma mera constatação pessimista. De qualquer maneira, nenhuma grande transformação social se dá de imediato. Assim, se fosse para encontrar culpados, não seria nem o político, nem o eleitor, e sim a relação que envolve ambos e toda a sociedade. Uma relação, há de se considerar, marcada inevitavelmente por buscas do objeto do desejo de cada um. Como se trata de uma mudança extremamente complexa, que não se restringe a o político ser honesto e a o eleitor não vender seu voto, é cada vez mais cômodo identificarem-se, ambos, a seus lugares marcados socialmente.

E, se ainda se for apontar a visão cartesiana como a grande culpada do caos social, tanto o filme quanto o livro não desconsideram a importância do pensamento de Descartes para a época, como base de muitas ciências, embora acrescentem a necessária adaptação à nova aspiração mundial: tratar a realidade holisticamente. Capra enfatiza isso ao dizer que:

O método de Descartes é analítico. Consiste em decompor pensamentos e problemas em suas partes componentes e em dispô-las em sua ordem lógica. Esse método analítico de raciocínio é provavelmente a maior contribuição de Descartes à ciência. Tornou-se uma característica essencial do moderno pensamento científico e provou ser extremamente útil no desenvolvimento de teorias científicas e na concretização de complexos projetos tecnológicos. [...] Por outro lado, a excessiva ênfase dada ao método cartesiano levou à fragmentação característica do nosso pensamento em geral e das nossas disciplinas acadêmicas, e levou à atitude generalizada de reducionismo na ciência – a crença em que todos os aspectos dos fenômenos complexos podem ser compreendidos se reduzidos às suas partes constituintes” (CAPRA, 1982, p. 54-55).

3.3 O ANTES E O DEPOIS DO PROCESSO ELEITORAL

O leitor poderia deduzir que as entrevistas selecionadas são escassas para exemplificar boa parte do que se disse até aqui, porém não se trata puramente de um método

indutivo pelo qual, a partir de alguns entrevistados, se chegou a constatações um tanto generalizadas. O que motivou o trabalho foi justamente o jogo histórico da formação discursiva, considerando suas formas de legitimação na maioria dos discursos políticos, um discurso estereotipado, comungado e que, infelizmente, pouco há de ser diferente, a não ser que as raízes do pensamento humano e a forma como ele vê o mundo sejam repensadas.

A sujeição ao outro: o lugar-comum da representação do discurso político, que nomeia este trabalho, procura relacionar psicanálise e política na análise do DP, cabendo à primeira parte apenas as entradas leigas que se poderiam fazer. O DP é contextualizado e tratado em relação direta às eleições referidas no que diz respeito ao antes e ao depois delas. Então, fugindo do sentido amplo que possui a palavra *política* e vista como fenômeno representado por um discurso teatralizador, chega-se às manifestações discursivas que se dão neste “cenário”, representando aquilo ao qual todo ser humano aspira, mesmo que não admita: o poder. Este, num misto de egoísmo e paixão latentes no inconsciente, marca-se do individual ao coletivo das organizações político-partidárias e acaba por colocar em risco o que se almeja entender com caráter científico, com objetivismo e imparcialidade – a política.

A fim de provar que, no interior da política, a psicanálise explica fatos consideráveis, Leitão mostra

O entendimento de que os fenômenos psicológicos estão na intimidade da práxis política de há muito foi estabelecido pela ciência política moderna e contemporânea, e sua confirmação temos em filósofos como Platão, Aristóteles e Locke. A República platoniana é uma montagem ético-psicológica que só terá equivalente na Utopia, de Thomas Morus. [...] Tais desenvolvimentos tinham até então o escopo da sociedade ideal e pensavam psicologia e política em termos de harmonia e normalidade. Entretanto, nem uma nem outra é harmônica ou “normal”, mas funcionam tendo como alvo o equilíbrio possível. Este fato somente pode ser compreendido quando admitirmos que política e psicologia resultam da interação entre destruição e construção, bondade e crueldade, amor e ódio, paixão e razão (LEITÃO, 2000, p. 24).

Por trás dos discursos políticos, pretensamente coletivos, está a paixão pelo poder, inerente ao homem. Se antes é a sua conquista que justifica tantas atitudes, inclusive ilícitas,

depois de uma eleição, a manutenção do poder ameaça o homem de mesmo modo pelos tradicionais empecilhos pós-eleitorais, conforme se apontarão adiante. Torna-se, desse modo, intrigante pensar em DP como uma das manifestações da ciência política, pois, visto sob o prisma da busca pelo poder, por sua vez motivado pela emoção, como ficaria o caráter científico que se preza há séculos pela busca da razão, se é o poder um desejo tão intrínseco ao homem?

Preservar a razão da “inconseqüente” emoção vem, há muito, despertando interesse, seja em manter a distância necessária entre ambas, seja em considerá-las indissociáveis. Nesse sentido, Leitão diz que

O desenvolvimento da teoria em torno deste tema vem produzindo uma vasta literatura, na qual a paixão e o desejo, a crueldade e a violência são examinados, tendo como alvo a tematização política. Entre os fenômenos que compõem o universo dessa discussão, é fundamental colocar o desejo como um dos pontos de inflexão nos aspectos dialéticos da relação objetividade versus subjetividade no contexto da história e da política. A maioria das reflexões produzidas por filósofos e pensadores da história, da política e da ciência em geral via a participação das emoções, afetos e desejos numa óptica negativa e inteiramente deformadora. O ideal estóico da filosofia grega de Sócrates-Platão era o controle das paixões que obscurecem a razão e desmantelam o pensamento, comprometendo a busca do bem e da verdade (LEITÃO, 2000, p. 25).

O caminho racional procura desviar-se da paixão-desejo. Tal desejo, conforme tratado anteriormente na parte sobre a pulsão freudiana, alimenta o percurso que se faz até alcançar o objeto a ser buscado, e, como para a psicologia toda manifestação pulsional não pode nunca ser satisfeita, a incompletude constitui parte desta busca pelo poder: a incompletude constitui parte do próprio sujeito. Já se disse, aqui, não é o objeto em si que satisfaz o sujeito desejante, mas o turismo que se faz em torno dele. Pode-se, então, “elastificar” o exposto ao possível vai-e-volta dos mandatos político-governamentais. Durante o percurso, sujeito-político e sujeito-eleitor se regozijam na grande encenação; depois, as sucessivas decepções reaparecem. Afinal, o percurso já se completou e resta ao poder se

sustentar mediante as ameaças da “hora de se acertarem as contas”, enquanto outros objetos de desejo se sobrepõem.

Um dos fatores que motivou tais estudos foi justamente essa espécie de hipnotização, vista não tanto como um defeito a ser solucionado, mas como uma condição inerente ao ser humano, e ao ser social, que poderia ser evidenciada. Entretanto, mesmo que a preocupação não seja apontar receitas para resolver tal entrave, instigam-se, no decorrer do trabalho, possíveis discussões – parece politicamente correto. Na verdade, trata-se mais de uma sugestão que aponta um tipo de olhar: o da psicanálise – até onde for possível – e o da AD no discurso político, do que uma solução propriamente dita.

Sabe-se que os poucos politizados, no sentido crítico da palavra, conseguem perceber que o país continua, eleição após eleição, a não oferecer soluções para os múltiplos problemas enfrentados pela população. É contraditório que um país com condições agrícolas comprovadas para, pelo menos, matar a fome de seu povo represente ainda índices desumanos de miséria. A falta de incentivo à agricultura leva famílias à cidade e as favelas crescem como palco de violência dentro e fora de seus muros.

Do Brasil para o nível local, como é o caso do contexto em que se deram as entrevistas com os candidatos, percebe-se que o período de quatro anos de um mandato acaba pouco fazendo em nome do coletivo, porque é cerceado por um povo que nem sempre reconhece ações do bem-comum a longo prazo, ou que apenas se satisfaz com favores individuais.

Tal processo vicioso impede que a política, seja como ciência social, seja como propulsora de mudanças, cumpra seu percurso de comprometimento com o bem-estar da população, uma vez que muitos preferem um faz-de-conta do governo e somente assistem ao espetáculo, contentando-se com o bônus do ingresso. Optam por acreditar nos princípios de

seus representantes governamentais e ambos, num acordo alienante, não se exigem muito – o que entrava as perspectivas, pois, para que um processo de transformação política se desse, seria necessário contar com cada um que se diz cidadão e não só esperar o “salvador da pátria” na pele do político eleito. Pouco se faz e pouco se exige: eis uma justa troca. Além disso, considere-se o medo que as mudanças trazem consigo por todo um conjunto de sentidos convocados pelos anos de alienação por parte do poder estabelecido. O certo, pior não pode ficar, e o duvidoso pode ser arriscado.

Apesar do que a tradição política exemplifica, na raiz da ciência política, a busca pela razão ocupa lugar importante. Descartes, Marx, o próprio Iluminismo a idealizaram como condição para o alcance da verdade. Porém, essa luta pelo domínio da razão como condição única para o saber científico cegou-se de certa forma para as transformações que o homem e sua sociedade sofreram. Parece que as áreas do conhecimento negam qualquer tipo de subjetivismo³ no intuito de preservar o caráter de ciência; desse modo, vê-se somente o que se quer ver.

O desejo de contemplar uma realidade racional oculta, muitas vezes, a própria constituição humana, emotiva e racional, bem como uma realidade apenas explicada até o ponto em que pode ser objetivamente controlada. Talvez a parte que os métodos científicos

³ Embora o conceito de subjetividade não seja uniforme nas ciências da linguagem, elege-se aquele que se aproxima das linhas da AD, uma subjetividade histórico-social. Pensa o sujeito que só ele tem acesso à subjetividade, enquanto a objetividade do mundo externo é acessível a todos. Todavia, vale lembrar, esta objetividade é representada por significantes e, conforme Lacan (apud AUROUX, 1998, p. 267), o significante, do ponto de vista do inconsciente, não representa o real significado. O sujeito só é sujeito através de um significante para outro significante. Ainda para o autor, o significante degrada continuamente o sujeito, até porque não há relação unívoca e direta entre significante e significado. Bem, se o objetivismo está comprometido por sua representação pelo significante, poder-se-ia pensar que esse papel sobrou para o subjetivismo. Neste estaria o verdadeiro eu. Mas, como se pretende apontar para um eu que se perdeu pela e para a própria linguagem, não haveria uma idéia de subjetividade que representasse o que o homem realmente pensa, um arquivo do qual só ele tem a chave. Seria, então, mais apropriado usar o termo intersubjetividade, o homem subjetivo de que se fala seria o homem intersubjetivo. Entretanto, voltando à palavra que sugeriu este roda-pé, quer-se tratar a palavra subjetivo como aquilo que motiva muitas das ações do homem e, mesmo que seja um subjetivo já partilhado, há de se levá-lo em conta para entender muitas das atitudes do sujeito.

experimentais não alcançam representem a oportunidade para uma mudança de visão de mundo – um mundo no qual a busca pelo poder (aqui o poder político) restringe-se cada vez mais a interesses particulares (oposto de coletivo), quer de nações, quer de grupos, quer de sujeitos.

O sujeito político, por mais que esteja dotado de boas intenções, é enredado por uma sociedade individualista, reducionista e, alimentado por sua natureza egoísta na pulsão dos desejos, choca-se com outros sujeitos também marcados pelo mesmo processo, também desejanter. Parece tratar-se de uma eterna luta de “iguais”.

Todo esse embate ocorre porque, conforme Leitão,

A vontade de um grupo político sempre se choca com a vontade de um outro grupo, antagônico, um corpo de idéias enfeixadas numa doutrina confronta-se com outro sistema conceitual, num embate perpétuo onde medram emoções contraditórias, neuroses e loucuras. A política é, portanto, o lugar no qual os valores e desejos têm um acoplamento privilegiado para, então, partirem rumo ao encontro do antagonista, cuja derrota e superação é equivalente do gozo. É exatamente, neste ponto, que julgo estar a fronteira entre subjetivo e objetivo na vida política, ou seja, aquela linha divisória imaginária que, como membrana osmótica, é atravessada permanentemente em dois sentidos: da consciência e da inconsciência, da paixão e da razão, da lógica e da loucura política (2000, p. 27-28).

Para Leitão (2000, p. 28), os frankfurtianos da escola psicanalista convocarão o inconsciente freudiano não mais para explicar as aberrações políticas, mas para fazer parte dela. A postulação agora é que a paixão, o desejo, a violência e a crueldade são inerentes a esse processo, assumindo, então, uma dimensão de inerência cultural e histórico-estrutural, o que equivale ao esgotamento dos ideais ocidentais que tratam alternadamente o desejo-paixão como intruso e cúmplice.

É interessante observar que Hegel e Marx tratam do tema desejo de forma subsidiária. É que ambos estão empenhados em afastar do cerne de suas formulações o sensível-afetivo porque, no primeiro caso, o interesse está centrado na marcha do espírito para a concretude e constituição do saber absoluto e, no segundo, porque a paixão era um estorvo no caminho da teoria científica da economia política e da luta de classes. Apesar disso, a estrutura psíquica do desejo foi alvo das inquietações doutrinárias de Hegel, quando lhe atribui a base para a formação da autoconsciência e, para Marx (1963), a paixão ativo-passiva foi utilizada para compreender a relação sujeito-objeto nos Manuscritos de 1844. Estes delineamentos filosóficos são importantes porque mostram a impossibilidade de separar emoções e valores da

teoria política, do fenômeno do Estado e da organização do Poder (LEITÃO, 2000, p. 29).

A precaução em manter os sentimentos inerentes, acima mencionados, fora da situação eleitoral, leva os discursos a percorrem algumas fases que se faz importante mencionar. Antes, desde o início de uma campanha, já se lançavam ao público atacando os adversários, principalmente como acontece em cidades pequenas. Hoje, percebe-se que tais ataques se tornaram cansativos, nada éticos, e seria politicamente correto apenas apresentar propostas e promessas. Porém, quando o fim de uma campanha eleitoral se aproxima, esquece-se da polidez e resta a políticos, partido e simpatizantes lançarem mão de quaisquer artifícios como última cartada para a conquista do poder: ofensas, críticas fundadas ou não, acertos lícitos ou ilícitos. E mesmo que o DP queira deixar transparecer sobriedade, segurança, mostrar que o adversário não constitui ameaça, o contrário se marca com frequência no dito e no não-dito, tanto nos discursos improvisados como nos elaborados pelos “também sujeitos”⁴ assessores. Uma marca não como reveladora do próprio eu (mesmo de existência ficcional), mas uma marca de razões individuais narcísicas pela manutenção do que é “seu”.

Na intimidade das organizações políticas, principalmente partidárias, as ameaças representadas pelas falas e ações do oponente instauram a idéia de conspiração, e partidos políticos e políticos tendem a fechar-se cada vez mais a fim de impedir ações que entrem a busca pelo poder. Tudo isso impõe radicalismos não só aos partidos, por exemplo, de esquerda, aos quais se atribui tal estigma, mas a todos. Talvez até a esquerda, por representar tanta ameaça ao poder cristalizado, realmente sofra maiores ataques inibidores e, por isso,

⁴ Expressão que pretende recuperar o que já se falou sobre como o *sujeito é* e como *está sujeito a*. Interpelado por uma formação discursiva atravessada por outras tantas, precisa se despir de sua roupa, também cingida por outros sujeitos, e imaginar-se no figurino do candidato para o qual elabora um dizer que soará artificial por dois motivos – se não mais –: primeiro, porque se fosse proferido pelo próprio político já se identificaria com os lugares-comuns próprios do DP; segundo, porque, mesmo imaginando-se o candidato, o assessor não o é.

precise se defender e assumir o estereótipo de intransigente, radical, baderneira – e, a estender os sentidos convocados pela palavra, vai-se longe.

Eis o emocional aglutinando-se ao racional. Eis as traições políticas que aguçam o medo constante dos sujeitos políticos e aumentam a decepção do povo. Eis o círculo vicioso da representação teatral de que o DP é porta-voz.

Ainda, na tentativa de mostrar que o assunto não é restritamente contemporâneo, Leitão afirma que

O positivismo em ciência social e política tem afirmado que o desejo e a paixão têm uma função impulsionadora imediata e que, alcançado o nível organizativo, estas emoções tornam-se incompatíveis com a vida política. Evidentemente, caso tomemos a questão somente na linearidade da lógica consciente, a política-paixão é o universo simétrico e oposto da política-razão. Entretanto, mesmo tendo em conta que estas emoções não se dirigem para a integração-organização e permanência, sendo assim contrárias à configuração do corpo partidário que é uma estrutura racional, integrada e permanente, podemos admitir que haverá uma grande mudança de enfoque se introduzirmos nesta elaboração a dimensão do funcionamento inconsciente na práxis sociopolítica. Esta é a única maneira plausível de entender por que a tomada de decisão política – uma ação racional e baseada na análise da realidade concreta – está sempre tão sujeita a interferências emocionais do tipo paixão, ou de qualidade francamente persecutório-paranóide (2000, p. 34-35).

A práxis política deforma-se quando o percurso para atingir o poder ganha o grau de paranóia incontrolável. Segundo o autor, a paranóia fundamenta-se na presença constante de ameaça temida pelo soberano não só externamente à sua organização política, mas também internamente. Não é raro perceber brigas internas de partidos políticos; as convergências ficam inconvergentes, um acordo entre tantos interesses que pretendem “partilhar” do poder torna-se extremamente conflitante. Nesse sentido, o autor cita também, na referida obra, o narcisismo que há por trás da busca pelo poder e que ultrapassa a paranóia, comprometendo ainda mais o fazer político, pois o soberano só enxerga sob sua ótica.

No mito grego, Narciso é incapaz de amar porque é cego para o outro. Assim, o governante deseja mais obter prestígio do que ser amado, e o outro seria visto simplesmente

como um espelho, impossível de ser “querido”. Então, eleito e eleitor mantêm, de longe, o que aparece no DP: uma relação de cumplicidade. O povo é importante, mas para refletir e confirmar a grandeza de seu soberano, um instrumento para se chegar ao poder. Em ambos os casos, desprezam-se ou perseguem-se os que não comungarem das mesmas idéias, e mesmo os correligionários perdem a chance de serem ouvidos, uma vez que também constituem ameaça aos interesses da posição.

Paranóico ou narcisista, o segmento político contribui cada vez mais para o esvaziamento crítico do cidadão e compromete-o em sua participação social. Esse é um bom motivo para não se desconsiderar o subjetivismo (de que já se falou) num todo, em particular, neste momento, o governamental – um subjetivismo que tem a ver com o que cada um busca, narcisicamente, na política e que tem a ver com a cumplicidade que envolve o povo e seu líder político na famosa hipnotização referida anteriormente.

O intrigante questionamento que motivou o presente trabalho é justamente esse cenário no qual as injustiças sociais saltam aos olhos e, mesmo assim, os sujeitos alienam-se em seus papéis de figurantes e contemplam seus eleitos. Trata-se de uma fidelidade que, em alguns casos, aproxima-se, por analogia, à devoção religiosa.

Leitão (2000, p. 61), ao privilegiar as idéias de Bion em relação às de Freud sobre a identificação da massa com seu líder, afirma que, para Bion, o condutor político é investido de energia e força da massa popular, o que para Freud é o contrário. Assim, exemplifica com Lenin, Hitler, Fidel Castro e outros, que tais líderes perderiam sua capacidade político-carismática quando desinvestidos da energia do povo.

Na agonia de ser incapaz ou na ociosidade, o povo julga-se impotente para resolver os problemas sociais e econômicos sem uma justa representação política e atribui a esta suas aspirações e confiança. Quanto pior for o contexto em que se encontra, seja de

miséria ou submissão, maior será o poder que o “salvador” exercerá sobre seus “fiéis”. É aí que o DP encontra portas abertas no acolhimento de suas palavras e, de saída, uma via livre de alienação, pois já chega aos ouvidos da população com um aval “acordado”, o famoso acordo prévio entre os sujeitos. Dessa forma, as palavras não encontram barreiras, apenas reafirmam o ciclo marcado e estereotipado, encontrando em terreno fértil respaldo para seus lugares-comuns.

3.4 O TERRENO PARA A NÁLISE DOS DISCURSOS COLETADOS

O trabalho inicial com as entrevistas foi, após comparar o antes e o depois, verificar se as manifestações discursivas continuavam a se afirmar sobre os mesmos ideais e se, independentemente do cargo ao qual os candidatos concorriam ou da posição político-partidária, estes sujeitos comprovariam o que foi expresso no tema-título deste trabalho: *A sujeição ao outro: o lugar-comum da representação do discurso político*.

Como já se explicitou, não se trata de apontar marcas que demonstrem a contradição do político em posicionar-se num dizer no antes diferente do dizer no depois eleitoral. Mas em apontar, em seu discurso, a presença do outro, sob o envolvimento do político na busca pelo poder.

O discurso pré-eleitoral acentua-se pelo anseio da vitória. Percebe-se que os candidatos, além de fornecerem o que seriam provas de sua honestidade de intenções, procuram prever os efeitos de sentido que seus discursos podem alcançar – põem-se, então, como uma espécie de analista do discurso, aplicando escutas em seu próprio dizer –; afinal, tudo o que disserem poderá se voltar contra eles. Neste momento, a busca pelo objeto do desejo, a “pulsão” pelo prazer da conquista, assume teatralmente o desapego aos anseios

peçoais em proveito de objetivos puramente sociais. Assim, num jogo de imagens, a idéia que todos compartilham é a de que o político-candidato só está ali, concorrendo a uma eleição, por haver atrás dela uma missão maior, uma missão que nada tem a ver com a realização pessoal e – com proximidade ao discurso religioso – está-se ali para simplesmente servir, atendendo a um chamado do povo; é quase uma vocação (política, mas uma vocação).

O jogo ilusório, então, de que há um ser predisposto a ajudar o povo adquire adeptos de forma espantosa; uns, relativamente conhecedores de sua responsabilidade como eleitor, outros nem tanto, mas muitos comungando do objetivo dos candidatos pautado, teoricamente, sobre o bem-comum. Desse modo, o processo eleitoral instaura uma espécie de acordo: o candidato só está ali porque o povo pede por ele; ao mesmo tempo, se não se obtiver a vitória nas urnas, partilhará com o povo também a derrota. Não é o candidato que perde, são todos os seus eleitores, num sentimento que nem sempre passa perto do patriotismo, mas que os leva a congratularem-se na “dor”.

Em cidades interioranas, como as duas que serviram para as entrevistas, essas cenas são freqüentes. Antes de uma eleição, o município geralmente se divide em dois pólos, e a impressão é que cada um dos votantes está plenamente convencido do seu papel de cidadão em saber escolher o melhor para todos. Paralelamente, interesses individuais se materializam em telhas, estradas, pagamento de contas de luz, botijões de gás. Depois do processo eleitoral, o município, ainda dividido, agora se parte em o grupo dos vitoriosos e o dos derrotados. A posição grita “vingança”, claro que politicamente disfarçada nos eufemismos, e a oposição torce para a previsível insatisfação do povo em relação ao governo, que sofrerá o desgaste natural em assumir um cargo com tantas “manhas” históricas.

Pode parecer simplista pensar ou resumir o processo eleitoral desse modo, no entanto é exatamente esse olhar, por mais desagradável que seja, que se pretende realçar no

presente trabalho. O que se deseja é abrir as cortinas de uma peça bastante conhecida e despertar um olhar necessário a ela, uma vez que não se evidenciam, comumente, todos os disfarces de que se está tratando aqui. É, ainda, nesse espantoso olhar “do comum”, que o compromisso de participação cidadã é denunciado por se encerrar no período pré e pós-eleitoral, corroborando com a falta de perspectiva de mudança e desconsiderando as muitas vozes que, a princípio, falavam em nome do coletivo, pois comungavam dos mesmos ideais do político e dos ideais de bem-comum, mas que logo arrefecem ao voltar à vida “normal”.

Todo esse sentimento incomoda a quem pretende entender o processo político como algo muito mais complexo. A espécie de anestesia, de hipnotização que move tais atitudes, num tempo depois do período eleitoral, pode não ser admitida, mas antes fazia muito sentido. Significava porque, naquele momento, os candidatos, na busca pelo poder, martelando em pulsão, convocavam, através de seu discurso, os simpatizantes pela causa e com eles se regozijavam. É um discurso que, se o elegível não pretende correr riscos por caminhos lingüísticos desconhecidos (do povo ou dele mesmo), continuará a se “renovar” a cada eleição com base em um lugar-comum de identificações já marcadas pela posição de candidato e eleitor. Todavia, por mais que se pense no lugar-comum como um empobrecimento textual, no DP, ele representa o papel natural que as pessoas assumem, em que confiam e com o qual já se identificam, pois o novo causa insegurança e, a essa altura, em termos políticos, não se pretende correr o risco de experimentar propostas inesperadas.

Quando se pensou nas perguntas que seriam formuladas nas entrevistas para este trabalho, a expectativa era confirmar que os discursos de antes não seriam os mesmos que os posteriores, mas que cada um, dentro de seu contexto, garantiria a permanência dos dizeres comuns no período pré e no pós-eleitoral. Esses dizeres comuns se respaldariam numa aceitação já prevista, assim, os discursos coletados exemplificariam um texto que não encontra forças contrárias em seus eleitores e, embora a coleta de dados não seja de um

discurso de palanque – aí as evidências do lugar-comum seriam provavelmente mais notáveis –, a relação de interlocução acontece com a mesma preocupação no fazer discursivo: convencer um eleitor e/ou possível eleitor.

Há de se lembrar que a entrevista em si, e tudo que ela pressupõe, interfere na coleta de dados. A entrevistadora aparece como um eu (de um lugar específico) para eles como um outro-eleitor, o que interfere na direção do dizer. E, além da imagem da possível eleitora, os políticos a ultrapassam ainda mais para atingir a imagem do outro-povo, a quem também seria endereçado o discurso. Como se não bastasse, existe ainda a situação de ameaça pelo fato de serem gravadas as entrevistas, material utilizado para uma dissertação de mestrado, um mestrado em Ciências da Linguagem, além da preocupação que cada um teria com as dimensões do seu dizer (luta vã). Enfim, uma série de fatores que precisam ser levados em conta.

Passa-se, então, aos resultados.

4 A ANÁLISE

4.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS

O discurso do outro surge, de certa forma, como imposição ao discurso do sujeito, a quem, comumente, não resta outra saída a não ser ocupar o lugar esperado. Para tal discussão, partiu-se de pressupostos da AD para, depois, buscar na psicanálise aquilo que interessasse ao objeto em estudo e que também permitisse uma exploração de fatos discursivos que não exigisse um conhecimento específico e formação institucional nesta área. Nela, então, buscou-se material sobre a pulsão de acordo com Wine (1992, p. 29-44), o qual estuda as relações entre sujeito, pulsão e inconsciente na perspectiva de Lacan. Por sua vez, o estudo sobre o sujeito em Lacan, na visão de Dor, Fink e Miller, contribuiu para compreender a alienação do sujeito no seu “próprio” dizer ligado ao outro desde a origem.

Com isso, pretendeu-se apontar no DP dois fatores: a necessidade que o sujeito possui de identificação com o outro para suprir a demanda do sujeito do desejo e a representação de um discurso que, embora fale em nome do coletivo, denuncia-se como luta pessoal em prol da pulsão pelo objeto do desejo.

Pretendia-se entrevistar candidatos de diferentes partidos, de situação e de oposição; entretanto, como a vida eleitoral lhes tumultua a agenda, a seleção obedeceu mais à oportunidade de encontrá-los do que, propriamente, a uma escolha determinada.

As entrevistas foram realizadas independentemente de partido político, uma vez que o objetivo foi mostrar como o DP, independente de sigla, aparece representado no lugar-comum “confortável” para qualquer candidato. Assim, também omitiram-se os nomes dos candidatos e dos municípios onde aconteceu a eleição. Cabe saber, no entanto, os seguintes dados sobre os entrevistados: três são do sexo masculino e dois do feminino; os três homens já estão na vida pública há algum tempo, seja em outros mandatos como vereadores, no caso de dois deles, seja em cargos comissionados, pelos quais também os três já passaram; destes, dois concorrem ao cargo de Vereador e um ao de Prefeito; já as mulheres estão pela primeira vez concorrendo numa eleição municipal à cadeira de Vereador.

As perguntas diziam respeito, de maneira geral, aos seguintes aspectos:

Por que candidatar-se?

Quais eram as expectativas em relação ao cargo pretendido e ao eleitor?

O que é pior num processo eleitoral?

De que forma o povo participaria do governo após a vitória do candidato?

Mesmo não vencendo as eleições, o candidato continuaria a fazer o bem pelo povo que não o elegeu?

Como o candidato via o antes e o depois numa eleição?

Como o candidato analisa o jogo de interesses na hora de votação dos projetos na Câmara dos Vereadores?

O material relativo às entrevistas encontra-se, *ipsis litteris*, no Anexo deste trabalho, dividido em Entrevistas no antes (1ª fase) e Entrevistas no depois (2ª fase). Ainda, para localizar as perguntas e respectivas respostas, elas foram enumeradas numa seqüência direta envolvendo as duas partes, da pergunta 1 à 71, usando P para pergunta, A para antes e D para Depois.

Não houve preocupação com a aplicação de um rol de perguntas idênticas a cada candidato. Havia uma direção comum a todos, mas permitiu-se a flexibilidade de acordo com o rumo das respostas. As perguntas, na primeira etapa, partiram dos caminhos que as respostas iam tomando e da própria história política do candidato até aquele momento, empregou-se isso no trabalho por se conhecer o contexto político dos candidatos entrevistados. Na segunda etapa, as perguntas variaram entre o que havia mudado no próprio contexto da época da candidatura até o presente momento e as lembranças apontadas sobre os dizeres anteriores à eleição municipal, na primeira fase da entrevista.

O *corpus* foi coletado através de gravação de fita cassete e transcrito posteriormente, obedecendo à fala do candidato, sem interferências na representação da língua em relação à norma culta. Os colchetes indicam omissão de algumas falas que ou identificam o candidato, ou dizem respeito às próprias exigências deles em não registrar uma fala ou outra; em outros momentos, aparecem na hora em que são usadas as falas como exemplo na análise para omitirem partes desnecessárias ao enfoque. Assim, também substituíram-se os nomes dos municípios em questão por X e Y, comunidade por Tal e nomes citados por Fulano, Beltrano, Sicrano.

A análise, além do que já se disse sobre os interesses em foco, apontou marcas do candidato na luta para mostrar-se, ou não, como sujeito do que dizia (no sentido de dono mesmo do que dizia). Seja na forma de *eu*, de *nós* ou de *a gente*, percebe-se seu trabalho em atender às expectativas do outro, driblando as palavras que denunciariam o sujeito desejante – embora este também estaria na reflexo que vem do outro.

4.2 O JOGO DE IMAGENS NO ANTES E NO DEPOIS

No Seminário 23, Lacan (citado por FINK, 1998, p. 55) diz que o sujeito nunca é mais do que suposto, ou seja, nunca é mais do que uma suposição da nossa parte. Entretanto, isso não tira a necessidade de tal suposição. “Logo que o próprio sujeito chega a ser, ele o deve a um certo não-ser sobre o qual ele ergue seu ser” (LACAN apud FINK, 1998, p. 53).

O eu, conforme Lacan, estrutura-se a partir da imagem do ideal, o que poderia pressupor que, por isso, precisasse estar já amadurecido e consciente de suas escolhas; todavia, essa identificação com o ideal aparece mais cedo do que se pensa. O eu cristaliza-se em relação a algo com o qual, desde criança, o ser humano aprende a identificar-se. Já nas primeiras imagens diante do espelho (seis a oito meses), a criança se reconhece diferentemente do que é. Ainda dependente e descoordenada, no espelho ela se vê como um todo ordenado, semelhante à imagem dos pais: capazes, coordenados, poderosos. Além dessa imagem, a criança continua, à medida que cresce, a identificar-se com as imagens refletidas no outro, a de “boa criança”, “criança rebelde”... Todo o conjunto de representações dadas, seja pelo espelho, seja pelo outro, são estruturadas lingüisticamente e passam a designar um eu, mas não o refletindo em sua “originalidade” – não há mais originalidade. É por isso que o eu lacaniano não é ativo, seria o inconsciente (dado pelo Outro) o agente; então, ao eu caberia, para Lacan, o lugar de fixação e de ligação narcísica, o eu não é origem, é efeito.

Narciso, ao deparar-se com sua imagem na água, segundo uma das versões da lenda, embriagou-se no retorno dado pelo reflexo, um retorno físico apenas, superficial, sem os defeitos que um bonito rosto ocultava. Mais do que ele viu, ele viu o que queria ver. Ao espelho é dado o poder de expor, no entanto não se pode negar que é apenas uma revelação superficial; uma boa maquiagem pode ser mostrada por ele como o reflexo de boa aparência, o que não passa, como o nome diz, de uma imagem, não o real, mas a imagem do real.

Essas imagens ganham, assim, o caráter inevitável de uma certa “mascaração”, o retorno de uma espécie de falsidade. Então, também a organização lingüística de tais imagens poderia ser analisada com a mesma suspeita. Afinal, são imagens de um ideal internalizadas e estruturadas lingüisticamente, o que leva a pensar num eu que, assim como no seu constituir, já é uma distorção e, na sua linguagem, refletirá um conjunto de mal-entendidos. Refletirá o conjunto de imagens ideais com os quais, desde criança, buscou uma identificação. Por esse motivo, em Lacan (cf. FINK, 1998, p. 59), o sujeito não aparece em nenhum lugar do dito, ele pode representar o enunciado, ser o eu do enunciado, o eu das imagens refletidas, mas não um eu diante do espelho independente do retorno.

As falas dos candidatos, analisadas aqui, representam justamente um discurso preso ao ideal de político, não necessariamente preso à imagem que cada um tem de si – por sua vez, também apenas um reflexo –, mas, principalmente, à imagem que o outro (eleitor) faz do candidato. Do ponto de vista da AD, essas manifestações discursivas estão associadas à imagem estabelecida no espaço, ainda que heterogêneo, da formação discursiva que regula esse dizer. Perceber isso em tal material chega a aproximar-se da constatação do óbvio, já que, utilizando-se esse tipo de fala como *corpus*, pode-se comprovar o lugar-comum dessas idealizações. De fato, a intenção não é mesmo mostrar algo que ninguém saiba, e sim, de certa forma, realçar o evidente, nem sempre percebido pelos interpelados sujeitos discursivos, em especial, do DP. Um evidente que não tem a ver apenas com o momento social e com as

relações interpessoais, mas com a própria natureza humana, dependente, desde o nascimento, a identificações ideais.

Essa falta de consciência individual de que se fala poderia levar a dizer que não há então o que interpretar na coleta, mas a AD considera que todos os sentidos permitem determinada interpretação. O dito seria apenas indício para procurar entender os efeitos do que se disse. Se a psicanálise vê o sujeito como efeito da linguagem, à AD interessa o efeito que a linguagem produz na relação do sujeito com o outro, envolvidos em condições de produção, formações discursivas e, principalmente, no processo interdiscursivo – de qualquer forma é desafiador pensar que a AD não impõe contornos rígidos. Apesar dessa dependência discursiva do sujeito, não se deseja (mesmo que em determinados momentos a psicanálise lacaniana leve a pensar) ver o sujeito reduzido a um mero lugar, anulado diante da presença do outro. Para isso, poder-se-ia usar o termo sujeito estrategista – conceito desenvolvido por Michel de Certeau (apud MARQUES, 1998, p. 117) – cuja atividade discursiva seria um trabalho com os produtos que lhe foram oferecidos. Corroborando com isso:

É certo que o sujeito é interpelado pela(s) ideologia(s) e afetado pelo inconsciente e que seu discurso se inscreve no interdiscurso. Mas isso não anula nem torna necessariamente automático seu trabalho, possibilitando, eventualmente, até mesmo escolhas estratégicas (obviamente, condicionadas). [...]

Melhor admitir que esses sujeitos são dotados de uma certa capacidade, pois selecionam itens lexicais e estruturas sintáticas, ainda que essa seleção seja limitada pelas relações entre discursos, isto é, pelo interdiscurso e, obviamente, pelo próprio sistema lingüístico. Em suma, as condições de produção condicionam, não determinam (MARQUES, et al, 1998, p. 118).

Por mais que os discursos coletados se pareçam com tantos outros anteriores, há de se levar em conta a atividade de o DP montar o quebra-cabeça com as peças de que se dispõe. Vejam-se os candidatos entrevistados e as precauções que tomam em determinados momentos do seu discurso. Mesmo que o sujeito esteja, por sua existência, condicionado ao outro, seria confortável encontrar nele indícios de um sujeito que, de certa forma, atua, sob vigia através de um roteiro, mas atua. Porém, concorda-se em partes com Marques (et al,

1998) até porque, durante o texto dela, o sujeito parece ganhar cada vez mais poder à medida que a autora fala, inclusive, em consciência do sujeito. Há de se ressaltar que Marques prende-se, de certa forma, à questão lingüística para tentar encontrar um indício de sujeito, do mesmo modo faz Possenti, no referido artigo: não nega a dependência ao outro, mas enfatiza um certo papel ativo de responsabilidade do que diz o eu.

Como resultado do que se viu até aqui, elege-se não o assujeitamento (melhor dizendo, sujeição) por completo, nem a parte criativa que faz o sujeito conseguir se diferenciar dos demais. Fica-se entre os dois: o sujeito é e fala em relação ao Outro e até consegue organizar seu discurso, porém só com o material dado por este Outro.

Nas entrevistas colhidas, por mais que se lembre do lugar-comum comum ao DP, este não se dá de maneira idêntica a todos os políticos, há marcas que se repetem, no entanto o que se difere de um para o outro é justamente o diferencial constituído pela história social de cada um. Mesmo que o DP trabalhe com chavões, os políticos se diferenciam não por serem um sujeito-autor, mas por serem um sujeito fruto de formações discursivas diversas.

A seguir, apresentar-se-ão as perguntas e respectivas respostas, confrontando simultaneamente o antes e o depois eleitoral nos interesses já mencionados. Nas falas abaixo, percebe-se o caráter de identificação com o ideal de candidato imposto pelo outro-eleitor e pelo outro-meio social – identificação que também tem caráter ideológico.

Segue-se, então, a elas:

PA1: *Por que se candidatar?*

C1: Porque... eu tenho um propósito, ideal comigo que é... continuar ah, esse trabalho que foi iniciado na minha região, propriamente dizendo que beneficia não só a região, mas a todo o município porque na minha, na minha localidade as pessoas que estudam

mais um pouco eles geralmente saem pra trabalhar fora em outros municípios e assim por diante. Eu tive a oportunidade de me adaptar, comerciante também e uma função não atrapalha a outra, então eu posso ser comerciante, político ao mesmo tempo. E... claro, também, é acima de tudo pelo trabalho que tem de ser desenvolvido por, pelo, pela pouca estrutura que nós temos, então precisamos de políticos que tenha uma visão é... até grande, pode-se ainda dizer que eu ainda não me considero com uma visão, mas já tenho uma boa base pra mim desenvolver um bom trabalho e, ou melhor dizendo, pra continuar esse trabalho que já foi iniciado por mim.

PA8: Como vê o município no contexto regional e nacional?

C2: Bem, o município X no contexto estadual é uma cidade que se destaca pela produção agropecuária, é sendo um grande produtor de arroz, de mandioca, é o quarto rebanho de bovinos [...]. Então, a sua economia está alicerçada na agricultura. Mas, tem um grande potencial pesqueiro e turístico também. E no cenário é nacional é a sua vocação agrícola também a se destaca também pela sua vocação agrícola. Mas acreditamos que temos que investir mais no turismo.

É mister fazer uma pequena pausa para localizar o leitor com observações importantes para a seqüência. Embora essas primeiras respostas direcionem-se para o ideal de candidato esperado pelo outro-sociedade, há já uma considerável diferença entre C1 e C2.

Na fala do C1, a preocupação local é mais evidente, afinal, era candidato a vereador; já na fala do C2, candidato a um cargo mais proeminente, a primeira preocupação foi demonstrar conhecimento do município como um todo, entretanto ambos colocam o ideal de luta acima de tudo. Em nenhuma fala, encontrou-se algo aproximado de “sempre foi um sonho pessoal me candidatar” ou “a vitória será resultado de minha busca por um poder maior”... Mesmo assim, o sujeito desejanste, que não quer (ou não pode) aparecer, é realçado

de certa forma. O C1 usa a 1ª pessoa do singular para referir-se às suas qualidades como político e usa apenas a 1ª pessoa do plural quando denota algo negativo “*pela pouca estrutura que nós temos*”; em seguida, uma 1ª pessoa do plural para juntar-se ao povo “*precisamos de políticos que tenha uma visão é... até grande*”. Já o C2 previne-se do egoísmo ao dizer que “*temos que investir mais no turismo*”. Tanto o C1 quanto o C2 denunciam um sujeito do desejo, mesmo precavendo-se em pessoas gramaticais diferentes.

PA13: *Por que se candidatar?*

C3: Porque acredito que os dois mandatos que estou completando, eu dei uma boa contribuição para o município Y e considero que ainda posso contribuir mais durante o tempo que nós estivemos trabalhando com todas as dificuldades que temos, trabalhando contra o governo federal e o governo estadual, conseguimos encaminhar muitas situações importantes pro nosso município e eu quero acreditar que ainda há muito que fazer e, dentro do muito que fazer, as minhas potencialidades vão permitir que eu possa estar contribuindo mais uma vez com o nosso município.

A marca da personalidade, 1ª pessoa do singular, acaba aparecendo em certos trechos, no entanto ainda assim há uma antecipação momentânea ao dizer, e o político consegue disfarçar isso novamente em prol do bem-comum na 1ª pessoa do plural. O que chama a atenção é que esse disfarce nem é convincente, mas, mesmo assim, funciona como um pacto de aceitação, mostrando a fragilidade das margens do dizer, onde aparece o lugar-comum do desapego à realização pessoal numa eleição, mais ou menos como: se tenho qualidades para servir ao povo, faça-se de mim um instrumento...

Continuando com a mesma pergunta aos outros candidatos:

C4: Me candidatei pra concorrer a uma cadeira na Câmara de Vereadores para dar continuidade ao trabalho comunitário, já que o lema do partido X é trabalho comunitário.

C5: Primeiro porque eu achei que nós tínhamos que ter a uma grande representação de mulheres. Visto que no nosso município, as mulheres na política estavam muito distantes e também porque área do magistério, nós não tínhamos na Câmara de Vereadores representantes. Então, por isso, ah..., foi um dos motivos e outro também por estar junto com Fulano e Beltrano por serem candidatos competentes, organizados, isto também se daria uma força ter representante vereadores também ao nível deles né, por isso foi um dos motivos que me candidatei.

O sujeito do discurso é o sujeito politicamente correto. Fala-se o que se supõe que o outro quer ouvir. No caso da entrevista, como pesquisadora, eu atuava como este outro (imediato). Mesmo assim, era como se a fala do político-candidato fosse direcionada para além de mim, projetada para muito mais do que poderia representar meu voto, atravessando a minha figura para vislumbrar toda a população votante. Era um dizer comprometido decisivamente com o contexto de vencer a eleição, demonstrado no período anterior à eleição, e de manter-se no “mesmo” lugar de fala, o da não-contradição, depois dela. Em determinados momentos, isso marcava-se em evidência como “Ah... você sabe como funciona”, e, depois de uma pausa, a frase era reorganizada para aquilo que poderia ou não ser dito, para o fim ao qual eu me destinava: entrevistá-los sobre suas intenções, objetivos políticos... Enfim, um jogo de pode-não-pode, marcado, em vários momentos, por uma aparente desestruturação lingüística, quebras de raciocínio, pausas. Um jogo em que o sujeito negocia com o espaço do discurso ao qual se filia.

PD33: *Antes das eleições, havia o desejo de continuar os trabalhos dos mandatos anteriores, isso está sendo possível?*

C1: É, em parte está sendo possível, mas é, há uma situação que considero o trabalho de vereador é, um trabalho de participação para poder ele representar o povo e transmitir ao responsável direto, né, dependendo da área, o que realmente a gente tá pretendendo, a experiência política que a gente adquiriu durante ao longo do tempo faz com que, muitas vezes, a gente consiga ter uma visão mais ampla, é dos trabalhos que pode atribuir dentro de uma secretaria, por exemplo, mais é no momento em que assume um novo secretário, assume pessoas novas, lideranças novas, cabeças novas, é o trabalho do vereador fica meio comprometido, porque, porque de repente, uma falta de paciência, às vezes da própria pessoa ou que está no poder naquele momento é o secretário, de repente não, não se sente afinado com o vereador, esquece que o vereador como pessoa é uma coisa e como representante do povo deve ser respeitado, e acaba sendo ignorado e a gente acaba se sentindo triste e frustrado porque o tempo nos ensinou algumas coisas, pelo fato, no meu caso que é uma reeleição. [...] Então o meu o meu trabalho como vereador, ele ficou muito assim, achei que como fui secretário da administração, e como já fui vereador da outra vez, tenho uma base de conhecimento das leis do município [...] e a gente veio pra tenta melhorar isso daí, mas, não sei, acho que não melhorou.

Nessa fala, o candidato, antes em harmonia com seus “iguais”, agora dá sinal de insatisfação. E por mais que enfatize que apenas deseja continuar o trabalho social a que se dispôs, sem ser podado, é possível perceber em seu discurso aquele eu narcísico, naturalmente egoísta, querendo defender-se não em nome do social, mas em nome do “individual” mesmo. Ocorre, portanto, um conflito: percebe-se que a aparente tentativa de manter a homogeneidade do discurso não é completamente bem-sucedida, emergindo aí o efeito de “singularidade”.

Ainda na fala do C1, enfatiza-se o “*a gente*”, pois esta forma pronominal não aparece nas respostas como simples marca da oralidade lingüística. Para comentar o uso do termo, precisa-se realçar que o texto remete claramente a outros textos (qual não faz?) num

possível descontentamento do político no que diz respeito à quebra das expectativas que tinha. Numa preocupação com o efeito das palavras, ele usa o “eu” e os três primeiros “a gente” para elencar qualidades, e os demais “a gente” para representar o candidato nas suas decepções após a eleição. Emprega ainda “vereador” em: “*o trabalho do vereador fica meio comprometido, porque, porque de repente, uma falta de paciência, às vezes da própria pessoa ou que está no poder naquele momento é o secretário, de repente não, não se sente afinado com o vereador, esquece que o vereador como pessoa é uma coisa e como representante do povo deve ser respeitado*”. Sugere-se, então, aí dois pontos: a fala marca-se como resposta a um outro discurso e a palavra vereador representa o C1 em seu desabafo, numa tentativa de vereador como uma 3ª pessoa do singular, não para particularizar, mas para generalizar.

Poder-se-ia, mas aí parece cruel e nada ético (se bem que o assunto permite), apontar o porquê de uns, após as eleições, mesmo descontentes, ainda medirem cautelosamente as palavras e outros não. Deixa-se isso para a consideração do todo.

Todo esse jogo simbólico de imagens parece, num primeiro momento, inerte – até pelo que sugere uma primeira leitura do título desta dissertação –; depois, percebe-se sua mobilidade contextual. Nesse sentido, as entrevistas foram propositalmente feitas antes das eleições e depois das eleições para conferir e mostrar a eventual mudança no dizer, não uma mudança de sair da imagem refletida e buscar a verdadeira imagem – até porque isso é impossível –, mas uma mudança que representa a adaptação que o contexto automaticamente provoca em relação a outras imagens que agora aparecem como *background* e que se sobrepõem a qualquer intenção anterior.

O que aponta para isso é que os candidatos entrevistados, antes das eleições, apresentavam-se coesos ao ideal do partido por eles representado, aos demais companheiros de chapa e, principalmente, aos interesses da população. Após as eleições, dado um período

de tempo suficiente para a chegada dos possíveis desgastes “administrativos” – isso porque, se as entrevistas fossem colhidas em seguida às eleições, seriam contaminadas por sentimentos polidos ainda de gratidão ou de emoção pelo *tour* bem sucedido em torno do objeto do desejo –, as falas marcaram-se por um esforço de não se contradizer, mesmo influenciadas pela adaptação natural do discurso.

No antes, o C1 diz: *“deveria existir alguma legislação, alguma coisa que obrigasse o cidadão que quer, um dia ingressar na vida pública, ele tem que ter pelo mínimo conhecimento antecipado, hum... aprendizado antecipado do que que é legislar, do que é né pra a responsabilidade ao vereador, o que que são leis, né, e quais são essas leis, e qual a nossa função, porque hoje está muito invertida, devido ao processo político partidário né, o que que é que o vereador deve fazer, então muitas vezes se vai defendê uma causa partidária, defende interesses próprios e se esquece de fazer aquilo que é a função do vereador, que é fiscalizar e legislar”*.

No depois, o mesmo candidato expõe: *“Então, eu senti essa dificuldade, secretários novos que se fecharam, foram só é, digamos assim, companheiros na campanha e após chegarem no cargo ignoraram qualquer idéia que a gente pudesse dar, pensando talvez, é, se a gente participasse, talvez a gente poderia ter uma elevação pessoal em nome da gente, mas, na verdade, o que a gente tinha dentro da gente é acima de tudo, era um compromisso com o povo até pra poder tu, corresponder aquilo que o eleitor te pediu na campanha, assim por diante. [...] a gente acaba querendo ser voluntário em todas as secretarias e gostaria assim que tivesse a secretarias a visão de que o vereador, independentemente do partido, ele pode ser um carregador ou ele ter junto dele uma série de idéias que ele também capta no meio do povo”*.

Aquilo que se defende no antes, que o vereador não deveria atuar em causas próprias, escapa no depois com a mágoa de ele não poder fazer sua política em cargos comissionados do município. Ele faz uma crítica por estar sendo podado por aqueles que desejam o que, na verdade, ele também deseja. Aponta-se, nesse dizer, um sujeito do desejo escapando entre uma fala e outra que, agora, depois do objeto do desejo momentaneamente conquistado, menos há de cuidar do disfarce dessas vontades.

Novamente vê-se aí uma adaptação ao outro, por ora, refletindo, também, a imagem de político que não correspondeu à expectativa de mudança, de promessas não cumpridas, de alianças desfeitas e ou de traições político-partidárias. Então, no momento em que tal representação é devolvida, o sujeito, narcísico, não a aceita, pois acostumado está às imagens ideais. Cabe a ele defender-se novamente em seu discurso e aí se percebe uma espécie ainda de luta entre o que se quer dizer e o que se poderia dizer. É por isso que, nesta hora, acrescenta-se, paradoxalmente, uma liberdade tolhida do dizer.

O sujeito é submetido a uma nova situação e, mesmo continuando modelado pelo que pode ou não pode fazer aflorar em seu discurso, consegue deixar vazar, pelo viés de seu dizer, parte de uma reorganização do já-dito de que dispõe, do que sente, ainda que seja um sentir baseado em um ideal dado pelo Outro. Não há originalidade, também não apenas um simples macaquear: há uma espécie de reorganização do material simbólico recebido, natural do ser humano, que precisa dos sentidos já internalizados e representados lingüisticamente para, de novo, fazer sentido. É justamente aí que se pode pensar um sujeito um pouco menos submetido (aparentemente) do que o sujeito lacaniano.

Assim, nas perguntas realizadas após as eleições, constataram-se respostas que sofreram a adaptação à nova imagem que se tem do político neste novo contexto. Novamente, reforça-se o que foi dito antes no presente trabalho: não se trata de mostrar as contradições

entre o pré e o pós-eleitoral, mas a “natural” adaptação ao outro que agora reflete imagens não tão agradáveis aos olhos narcísicos dos candidatos. Nesse sentido, em uma das perguntas, em que se interpelava o candidato a respeito de se os objetivos pretendidos às vésperas das eleições foram alcançados, obtiveram-se as seguintes respostas:

PD42: A população conseguiu se conscientizar do papel de participação ativa em seu governo comunitário?

C2: Na minha avaliação sim. Claro que isso é um processo gradativo e evolutivo que precisa de um amadurecimento maior, mas pelas parcerias que têm surgido, pela vontade das organizações, pelo fortalecimento das organizações que quando nós assumimos, que estava desativada, nós conseguimos ativar ou criar oito novas entidades. [...], então na minha avaliação, a população está se conscientizando até de maneira muito rápida.

PD49: Você conseguiu dar andamento aos projetos anteriores à eleição?

C3: É. Com certeza, o que nós começamos, nós demos seqüência, mas é evidente que de um ano pra outro, é, surge situações que acabam levando as necessidades de uma adequação, ou até mesmo de uma inadequação. E, essas situações que vão surgindo, é obviamente interessante, porque permite que a gente aprofunde e amplie a visão, o que permite também trabalhar com mais consistência aquilo que já vinha trabalhando.

Em certos momentos, o discurso não esconde o descontentamento do político:

PD56: O magistério tem sido atendido como você gostaria pelo atual governo?

C4: Em partes sim. Em parte sim. Eu digo que em parte porque eu ainda vejo muito o interesse próprio, o discurso é uma coisa, mas a prática acontece de forma diferente.

Na parte do magistério ainda tem falta na no legislativo a desejar uma grande representação nesta área.

No C2, o “*nos assumimos*”, trata-se do eu C2, mas a 1ª pessoa do plural provoca aí um tom de modéstia à ação (resultado explícito do outro ou no discurso diante dele); por outro lado, “*na minha avaliação*”, a particularização não teria problema em se explicitar. Na sua vez, o C3 também usa “*nós começamos*” e “*nós demos seqüência*” com o mesmo valor do nós no C3 e, no final, usa “*a gente*”, que abre para uma generalização, mas na mesma frase parece voltar ao eu que fala. Já no C4, o texto remete ao “*eu digo*”, “*eu ainda vejo*”, sem medo da 1ª pessoa do singular que surge para enaltecer a posição do eu-candidato diante do assunto.

Nas próximas falas, independentemente dos rachas partidários, o povo, antes aliado incondicional, agora, por não refletir mais a imagem narcisicamente desejada, começa a sofrer no discurso também os retornos defensivos e ofensivos:

PD64: *Como você vê o antes e o depois numa eleição?*

C5: O antes é danado. É uma correria, é uma busca de votos. Ih! Eu vi na televisão a ignorância de muitas pessoas. É a troca de votos, por exemplo, né. Que não é uma coisa de responsabilidade de cada cidadão. E eles acham que nessa, nas eleições tem que ser aquela troca de votos, por qualquer coisa. Então, eu me decepcionei muito na busca de votos, foi, foi, e o depois não ter me eleito, ter sido eleita é, o que eu poderia fazer? Por essas pessoas eu não consegui, porque eu não fui, né, nessa, nessa de compra de votos. Então eu perdi muito voto por causa dessa, nesse obstáculo, nessa barreira que eu encontrei, eu não aceitei.

PA4: *O que é pior num processo eleitoral?*

C1: O pior hoje numa eleição é... diríamos assim, depende, isso depende de cada, de cada momento, de cada região. [...] eu consegui despertar em muitos companheiros a necessidade da união, de um partido. [...] Tudo depende do candidato a vereador ou do vereador, que é o meu caso que ainda sou. É desde carro, telefone, os contatos tu não tem ninguém que esteja também imbuído ou com algum interesse político né na pela comunidade, pelo partido, porque resta o que resta uma eleição que se elege vereador, elegeu esse depois vai ser ter o seu subsídio, sem vencimento dali e o cara que quiser sobreviver vai ter que voltar pro seu trabalho normal então, não há o que se ter de retorno no caso até pessoal de quem participar. Mas, no entanto, aqui no centro, é diferente. Ah, os cargos de confiança do prefeito, então muitas pessoas acabam às vezes com interesse naquilo ali, assim e se juntando ao grupo e trabalhando eu sinto hoje o mais difícil pra mim é conseguir sensibilizar as pessoas de ir pra rua e defender e acredito num projeto de um político, de um candidato e simplesmente... retorno coletivo.

PA12: O que é pior num processo eleitoral?

C2: Pior é a politicagem. Na verdade, o conceito de política nada mais é do que o conjunto de ações de fazer o bem coletivo, mas este conceito não é empregado, onde a politicagem toma parte do todo da política e acaba manchando aquilo que devia ser o brilho da política, acaba manchado a apresentação de propostas, acaba mascarando e o povo esquece, muitas vezes, de analisar o candidato, a proposta, aí entra o dinheiro ilícito e confunde o eleitor, então campanha eleitoral no país, eu acho que serve para prestigiar aqueles que têm mais poder, poder que eu quero dizer, mais poder aquisitivo, então, o país está muito longe de uma verdadeira política.

Em relação a isso, os comentários remetem à falta de conscientização do povo, o que recai diretamente no problema educacional – e não se quer evidenciar onde está a raiz do

problema para não pesar a ironia no trabalho. O paradoxo disso é: ao mesmo tempo em que, discursivamente, se prega a necessidade de um povo crítico, sabedor de seus direitos, ter-se-ia isso como uma ameaça, caso acontecesse, aos interesses eleitorais dos políticos, mesmo assim culpar o povo da falta de consciência política é declaradamente um lugar-comum:

PA18: O que é pior num processo eleitoral?

C3: É a falta de consciência do eleitor que pressionado pela dificuldade econômica, acaba trocando seu voto. É, infelizmente, por mais que se faça campanha na televisão, por mais que algumas instituições estejam engajados e de fazer esse esclarecimento, há ainda uma faixa grande do eleitor que ele faz do seu voto não uma arma pra melhoria da coletividade, mas ele faz do seu voto uma arma pra resolver alguns problemas seus imediatos, e quando se trabalha no sentido de resolver o imediato acaba se perdendo o coletivo, infelizmente isto ainda é muito ruim, muito difícil de convencer o eleitor que é que atua dessa forma, é mas pra isso só tem uma justificativa, como eu falei, é a pressão, a pressão é pelas dificuldades financeiras econômicas, ainda é o eleitor que está com a sua luz cortada, porque não deu pra pagar o talão da luz, aquele que não deu pra pagar o talão da água, aquele que ganha pouco e uma cesta-básica faz diferença no orçamento dele e, nessa hora, não titubeia em dar o seu voto pra aquele que lhe satisfaz necessidade imediata. Isto é péssimo, isto é, isto é ruim, isto faz com que determinadas pessoas que não têm a menor condição estar na Câmara de Vereadores acabam se elegendo por se, se tiver um bom poder aquisitivo pra fazer essa troca com esta faixa de eleitor que ainda se sujeita a fazer esse tipo de negócio com o seu voto.

PA22: O que é pior num processo eleitoral?

C4: A pior coisa numa eleição, que eu tive muita dificuldade, foi a troca de voto, isso deveria mudar na cabeça de cada eleitor, porque eles querem a coisa já, troca já pelo

voto, então isso daí tinha que ser uma coisa trabalhada com a cabeça de cada um, mas é... nas telecomunicações em tudo que a gente tem é nós deveríamos aproveitar isso pra mudar a cabeça do nosso eleitor brasileiro.

PA30: *O que é pior num processo eleitoral?*

C5: Olha, o que eu sinto hoje o pior numa eleição é que as pessoas, os candidatos hoje com grande potencial de mostrar um grande trabalho né, pessoas responsáveis, pessoas honestas, pessoas preparadas pra desenvolver um grande trabalho no município. Muitas vezes deixam de ser eleitas porque não têm uma grande representação nas comunidades, cabos eleitorais, né, não ter forças de empresários, não ter até mesmo situação financeira, porque, aí, eu observei que há um gasto muito grande e a aquele candidato que de repente gastou bastante dinheiro em diversas propagandas e cabos eleitorais e até mesmo em ajuda financeira, né, e é em determinadas pessoas, isto leva essa pessoa até vir de repente se eleger, então eu senti pior coisa foi essas as pessoas muitas com bastante condições por não terem esses determinado itens, recursos, deixarem de ser eleitos. E até me senti assim, muito frustrada, também na política porque ainda encontramos pessoas que procuram vender seu voto, procuram trocar seu voto por determinadas objetos, determinadas coisas, ainda está existindo muito aqui em X. Eu pensei que já havia mudado, mas ainda está acontecendo e deixando, muitas vezes, de analisar o nível da cultura, o nível de desenvolvimento que a pessoa poderá depois caso eleita, poderá fazer. Ainda está a desejar em X.

Em “*os candidatos hoje com grande potencial de mostrar um grande trabalho né, pessoas responsáveis, pessoas honestas, pessoas preparadas pra desenvolver um grande trabalho no município*”, o C5 (PA30) usa uma 3ª pessoa quando, na verdade, está falando de si, é mais do que se incluir no conjunto de “*candidatos*”, é encontrar, através dessa forma verbal, uma forma de se colocar como a pessoa honesta que pode, apesar das tantas

qualidades, não se eleger. Depois, em “*eu observei que há um gasto muito grande e a aquele candidato que de repente gastou bastante dinheiro em diversas propagandas e cabos eleitorais e até mesmo em ajuda financeira, né, e é em determinadas pessoas, isto leva essa pessoa até vir de repente se eleger*”, o C5 coloca o “*eu*” para denunciar-se em desvantagem a um “*aquele*” que possui dinheiro. Um “*aquele*” que parece ser desconhecido, mas, na verdade, representa os que com ele concorrem e que possuem maior condição financeira para tal empreitada.

PA29: *A comunidade pode participar de que forma do processo?*

C5: [...] Porque eu penso que enquanto a comunidade, ela participar, a, os interesses, as necessidades vão ser mais fáceis de ser resolvidas [...]. Desde do momento agora da eleição, ele foi na comunidade e sentiu as necessidades da comunidade, participou desses anseios que a comunidade colocou, isso aconteceu nas reuniões em comunidade, então, a partir dali, se caso for eleito, ele já sabe das necessidades de cada comunidade. Então, dali pra frente, caso eleito, ele só deverá procurar lembrar dessas necessidades e procurar atingir, juntamente com os projetos vindo do prefeito. Porque o prefeito, o prefeito, também participou dessas, dessas ansiedades, dessas necessidades, reivindicações que a comunidade fez.

Nas entrevistas, a ênfase que se dá ao sujeito desejante fica mascarada nas intenções politicamente corretas dos candidatos. Os sujeitos não assumem com todas as letras a busca que fazem pelo objeto do desejo – neste caso, o poder após as eleições. O que não quer dizer que isso não consiga encontrar uma fenda no discurso e marcar-se de alguma forma. A marca lingüística da 1ª pessoa do plural e a expressão “a gente” (tratar-se-á esta expressão como tendo nela inserida uma 1ª: eu + ele) aponta um sujeito buscando identificar-

se como desejo do Outro (aquela busca incessante tratada antes), sem assumir o que ele pensa ser seu verdadeiro eu, a marca em 1ª pessoa do singular.

PA3: *Mesmo continuando um trabalho, qual a prioridade após eleito?*

C1: Olha, nós já atendemos bem na área da educação [...]. [...] nós precisamos investir é na área da agricultura e na saúde.

PA13: *Por que está novamente se candidatando?*

C3: [...] conseguimos encaminhar muitas situações importantes pro nosso município e eu quero acreditar que ainda há muito que fazer e, dentro do muito que fazer, as minhas potencialidades vão permitir que eu possa estar contribuindo mais uma vez com o nosso município.

PA21: *Como vê o município hoje no contexto estadual e nacional?*

C4: [...] pelos políticos que nós estamos tendo, ela tá meia é desaparecida, então vamos trabalhar pra que X cresça junto com os candidatos novos que estão surgindo.

PA25: *Por que se candidatar?*

C5: [...] nós não tínhamos na Câmara de Vereadores representantes.

Em “*nós já atendemos bem na área da educação*”, C1 (PA3), e “*nós conseguimos encaminhar*”, C3 (PA13), o verbo na 1ª pessoa do plural denota elogio a si mesmo - novamente o reflexo do outro direcionando o dizer. Já em “*nós precisamos investir*”, o “*nós*” poderia até incluir todo um grupo, cuja responsabilidade também estaria em jogo.

Diferentemente, o “*nós*” do C4 (PA21) “*pelos políticos que estamos tendo*” e o “*nós*” do C5 (PA25) “*nós não tínhamos na Câmara de Vereadores*” fornece uma idéia de

generalização do descontentamento. Depois, o “*vamos trabalhar*”, C4 (PA21), volta para um “*eu*”, o candidato.

Nota-se que o “*nós*” ora marca-se no lugar do eu-candidato, ora no lugar de uma indeterminação do sujeito, ora na junção de um eu + outros sujeitos. O primeiro caso aparece na maioria das vezes; o segundo mais contido e o terceiro justamente quando se busca o comprometimento de todos pela causa social - se houver erros, a responsabilidade não seria só de um, até porque, também, isso cala o discurso de que um só não poderia fazer muito pelo povo (eis um discurso que se cala para que a ideologia dominante fale, sobrepondo-se a ele).

Ao mesmo tempo, tanto “*nós*” quanto “*a gente*” estariam no lugar de um eu (lê-se aquele que o sujeito pensa representar) modesto, tentando fugir do narcisismo fundador. Na fala a seguir, a forma “*a gente*”, usada várias vezes, a princípio, leva à ilusão de não ser a fala representante daquilo que somente o candidato está sentindo, porém percebe-se isso nas quatro vezes que ela substitui um “*eu*” que pensa ser Eu. É irônico pensar, depois do que já se falou aqui, que o sujeito-candidato evita o “*eu*” como se esta forma de 1ª pessoa do singular o representasse em suas próprias intenções. Omite, assim, com um “*a gente*” ou “*nós*”, como aparece em outros tantos exemplos, aquilo que também não deixaria de ser omitido através de uma 1ª pessoa do singular: o Eu.

PD33: *Antes da eleição, você disse que gostaria de continuar o trabalho dos outros mandatos. Está sendo possível?*

C1: [...] a gente tá pretendendo, a experiência política que a gente adquiriu durante ao longo do tempo faz com que muitas vezes, a gente consiga ter uma visão mais ampla, é dos trabalhos que pode atribuir dentro de uma secretaria, por exemplo, mais é no momento em que assume um novo secretário, assume pessoas novas [...] é o trabalho do vereador fica meio comprometido, porque, porque de repente, uma falta de paciência, às vezes da própria pessoa

ou que está no poder naquele momento é o secretário, de repente não, não se sente afinado com o vereador, esquece que o vereador como pessoa é uma coisa e como representante do povo deve ser respeitado, e acaba sendo ignorado e a gente acaba se sentindo triste e frustrado porque o tempo nos ensinou algumas coisas, pelo fato, no meu caso que é uma reeleição.

Esses dizeres fazem parte da 2ª fase das entrevistas, o pós-eleitoral, e neles o sujeito discursivo tenta não assumir seus descontentamentos, precavendo-se com “a gente”, na busca por um certo grau de impessoalidade, mas, como ela pode incorporar um eu + outros eus, pretende ele, se demonstrar, que a insatisfação não é individual, é reflexo de tantos outros pensamentos cuja voz ele representa. De qualquer modo, trata-se de um recurso vão, se se pensar que a 1ª pessoa do singular não representaria essa pessoalidade, levando em consideração que o eu falante organiza-se através de significantes dos tantos Outros com os quais se identificou.

Por outro lado, em virtude de “a gente” funcionar como forma pronominal de indeterminação do sujeito, observa-se que ora remete à 1ª pessoa, ora a um grupo mais amplo, mais difuso. Assim, é possível dizer que o índice pronominal “a gente” corresponde a formas híbridas de imbricação de sujeitos nos enunciados: em alguns casos, tende para “eu”; em outros, tende para “nós”; em outros ainda, marca maior distanciamento do sujeito face ao que enuncia. Assim, mostra-se a assimetria entre forma pronominal e funcionamento discursivo.

Em “*a gente poderia ter uma elevação pessoal em nome da gente*” ou em “*a gente acaba querendo ser voluntariado*” (C1 em PD33), há uma preocupação, por assim dizer, desnecessária, primeiro porque é observável que “*a gente*” está no lugar de um eu-candidato específico, com mágoas específicas; segundo, porque o eu que apareceria, ainda desse modo, não apontaria o verdadeiro eu (verdadeiro entre aspas). Em síntese, se o sujeito se constitui como sujeito só quando deixa de ser e dá lugar à identificação ao Outro, tais manobras

lingüísticas são infrutíferas, porque tanto “a gente” quanto “eu” não exporiam este eu que se tenta esconder mesmo já estando perdido.

Mas, como o discurso é efeito de sentidos entre os interlocutores, percebe-se que os candidatos ora usam o “eu”, ora o “a gente”, ora o “nós”, como pessoas lingüísticas específicas, com certa característica discursiva: o *eu* como representação própria de si, o *a gente*, como indeterminação, ou mesmo como modéstia, já o *nós* aparece, muitas vezes, carregado de convocação do povo pelas causas sociais.

Toda essa preocupação do candidato ou de qualquer outra pessoa que pensa livrar-se da responsabilidade da 1ª pessoa do singular, gramatical – por modéstia ou mesmo para distanciar-se numa 3ª pessoa – está presa ao plano lingüístico, uma preocupação que alcança somente o sujeito do enunciado, aquele que de fato aparece no discurso. De qualquer modo, poder-se-ia pensar aí no limite sensível entre a Lingüística e a AD.

O sujeito do discurso político assume o papel de ideal para o outro-eleitor, e isso pode ser visto de duas maneiras: tenta corresponder àquilo que o outro deseja, ou seja, quer ser o objeto de desejo do outro – e tal atitude poderia reacender a esperança de, então, o candidato se preocupar realmente com seu papel de colaborador social –; todavia, ao retomar a idéia dos preenchimentos de que Lacan fala, o sujeito-candidato apenas busca corresponder ao desejo do outro para que este preencha o próprio vazio daquele, alcançando, por conta disso, o real desejo: neste caso, o poder.

Nas entrevistas anteriores à eleição, o “eu”, pessoa gramatical, aparece em maior número que na segunda etapa. Os candidatos, na ânsia de buscar o voto (a satisfação do próprio desejo), portavam-se como únicos a conseguir realmente ser a melhor opção para o povo, evidenciando-se em suas qualidades, sem muito constrangimento em usar a 1ª pessoa do singular. Não seria necessário aqui lembrar a presença do lugar-comum, mas, como, afinal,

trata-se de um ponto importante neste trabalho, exemplifica-se tal atitude como mais um clichê do DP.

Vejamos agora os “eus” sem muita modéstia em se declararem na 1ª pessoa gramatical do singular:

PA1: *Por que se candidatar?*

C1: [...] eu tenho um propósito, ideal comigo que é... continuar ah, esse trabalho que foi iniciado em minha região [...].

PA2: *É importante que as pessoas retribuam à comunidade com seus estudos?*

C1: Eu acho importante [...].

PA4: *O que é pior num processo eleitoral?*

C1: [...] eu consegui despertar em muitos companheiros a necessidade da união [...].

PA6: *Caso não seja reeleito?*

C1: [...] se eu não for reeleito a vereador, eu sempre vou continuar aquele trabalho que eu sempre fiz [...].

PA15: *A palavra educação é forte em sua campanha. O que pretende em relação a essa área?*

C3: [...] eu vou trabalhar basicamente na implementação dessas medidas para que o professor tenha carreira sólida [...].

PA22: *O que é pior num processo eleitoral?*

C4: [...] eu tive muita dificuldade, foi a troca de voto, isso deveria mudar na cabeça de cada eleitor [...].

PA26: *A formação escolar interfere no papel de um vereador?*

C5: [...] Eu vejo, vi dessa forma, mas na política eu acho muito importante que a pessoa tenha né, um grau de instrução até por sinal, um curso superior [...].

Aproveitando esse tópico como exemplo, em “*eu quero acreditar que ainda há muito que fazer e dentro do muito que fazer as minhas possibilidades vão permitir que eu possa estar contribuindo mais uma vez com o nosso município*” (C3 na PA13), o “*eu quero acreditar*” traz um eu que pressupõe um comprometimento do eleitor em eleger o candidato ideal para fazer o melhor ao município. De certa forma, no ringue em que se trava a luta através do DP, não se tem o vencedor e o nocauteado, há uma troca de favores, ambos os envolvidos querendo preencher seus vazios (o que nem sempre corresponderá ao preenchimento do vazio da fome, do desemprego, das injustiças sociais). Ao soar o gongo, o que se tem são dois desejantes e dois vazios.

O vazio que se pensa preencher com a vitória não se satisfaz – já se disse que não é a cópula com o objeto do desejo, e sim o percurso em torno dele –, apenas se acalma para novamente seguir sua insistente procura, agora, politicamente falando, pela manutenção do poder.

O sujeito político, candidatável ou, principalmente, eleito, vê como inimigo o próprio sistema governamental. Sem dúvida, após a “vitória” nas urnas, o político eleito precisa continuar sua luta, talvez agora mais árdua: manter o poder e tendo de lutar contra o próprio, que o ameaça pela estrutura já viciada. Precisa, ainda, contar com a simpatia do povo, não só de seus eleitores, mas também dos demais; afinal, é necessário fazer jus aos chavões

do tipo: Se eu me eleger, não governarei em nome de meus eleitores, mas em nome de todo o povo, sem discriminação partidária, ou Naquela cadeira, não serei governo de apenas alguns, mas de todos... Tudo isso se processa na tentativa de ofuscar, aos olhos do eleitor, diante do DP, a natural mágoa e as possíveis vinganças contra aquele que não o aceitou como candidato. Contraditoriamente, voltando ao jogo de imagens, o narcisismo fundador o faz cegar para o que for além de sua beleza; logo, não aceitar a imagem negativa, devolvida pelo outro, induz a uma reação que pode aparecer em formas diferentes de ironia, desprezo, vingança.

Desse modo, para manter a unidade do sistema, torna-se necessário não só combater a conjuntura, mas, paradoxalmente, reforçar seus ideais. Eis o combustível mais importante do pensamento paranóico para Leitão (2000, p. 66). É algo que ultrapassa a práxis social e política e ganha quase que um cunho religioso. Como, então, esperar que se dê a separação do sujeito do sujeito político? Pode até haver uma máscara para cada situação, para cada encenação, mas há algo que se mantém e que consegue encontrar furos no papel do personagem, mesmo sendo um individual já questionado neste trabalho.

Tanto nas entrevistas no antes como no depois, verificou-se que é praticamente impossível racionalizar uma separação entre razão e emoção. O que move o político para a “vida pública” é justamente aquilo que pulsa dentro dele para cada *tour* em torno do objeto do desejo – no momento, o objeto *poder*. Assim, a razão trabalha para ocultar a emoção, mas esta, de forma desobediente, encontra vias de se denunciar.

Novamente, marca-se o interesse deste trabalho: buscar uma “evidência” paradoxalmente não vista, manifestada através da fumaça do DP, de que a realização individual motiva qualquer busca disfarçada no benefício coletivo. Não é por isso, todavia, que se pretende dizer que “o povo precise acordar”, “as pessoas precisem se conscientizar de

seu papel político”; isso seria apenas cair em outros tantos lugares-comuns. O povo não é de todo vítima, ele compactua com essa encenação, aceita também o seu papel, pois demanda proteção e, seja como for a peça teatral, a representação política legitimará tal demanda.

Nas entrevistas anteriores à eleição, a luta contra o sistema, contra a situação política naquele contexto, pouquíssimas vezes apareceu no discurso dos candidatos; afinal, críticas ao sistema ampliariam ainda mais a gravidade do problema governamental e poderiam, assim, colocar o próprio candidato como frágil às exigências grandiosas que o lidar com o poder exige. Não é conveniente, nessa fase das eleições, trazer, através das palavras, a carga negativa à tona, pelo menos de forma tão explícita no discurso. Convocam-se, na maioria das vezes, apenas os dizeres que não oferecem risco ao jogo do faz-de-conta. Nas falas abaixo, por exemplo, percebe-se tal preocupação em não se perder em críticas ao sistema, no período anterior:

PA1: *Por que se candidatar?*

C1: [...] eu tenho um propósito, ideal comigo que é... continuar ah, esse trabalho que foi iniciado em minha região [...].

PA6: *Caso não seja reeleito?*

C1: [...] se eu não for reeleito a vereador, eu sempre vou continuar aquele trabalho que eu sempre fiz [...].

PA2: *É importante que essas pessoas retribuam à comunidade com seus estudos?*

C1: [...] tô indo à reeleição porque quero dar continuidade até porque reconheço que tem muita coisa que pode acontecer ainda [...].

PA13: *Por que está novamente se candidatando?*

C3: Porque eu acredito que os dois mandatos que estou completando, eu dei uma boa contribuição para o município de Y e considero que ainda posso contribuir [...].

PA8: *Como vê o município hoje no contexto estadual e nacional?*

C2: Bem, X no contexto estadual é uma cidade que se destaca pela produção agropecuária, é sendo um grande produtor de arroz, de mandioca, é o quarto rebanho de bovinos, inclusive da região da X e o maior produtor de arroz da região X e o maior produtor de mandioca do estado. Então, a sua economia está alicerçada na agricultura. Mas, tem um grande potencial pesqueiro e turístico também. E no cenário é nacional é a sua vocação agrícola também a se destaca, também pela sua vocação agrícola. Mas acreditamos que temos que investir mais no turismo.

No discurso de C1 e de C3, percebe-se a idéia de continuidade do trabalho que os políticos já desenvolvem bem marcada, logo pressupõe-se a manutenção do poder e não a crítica a ele. Vale lembrar que ambos cumprem ainda os mandatos anteriores. Já C2 elenca as qualidades do município que pretende governar. O marcador “*mas*” em “*Mas, tem um grande potencial pesqueiro e turístico também*” e “*Mas acreditamos que temos que investir mais no turismo*” (C3 em PA), com seu valor de mudança de orientação argumentativa, presta-se para a seguinte situação: não nega ainda haver o que se realizar nesta área; ao mesmo tempo, não está posposto a uma afirmação de que isso não foi feito ou de uma crítica de que deveria ter sido. Não deixa de apontar o problema, mas de uma forma a não desgastar a própria imagem com meras ofensas (neste caso, o candidato contava com o apoio da posição).

PA10: *De que forma a comunidade pode participar nas decisões do município?*

C2: Bem, não é que seja somente moderno, mas há uma necessidade de que todo governo tenha uma participação popular e, pensando nisso, nós queremos administrar através

de conselhos municipais, onde o conselho municipal de cada setor vai definir as prioridades e a prefeitura executar, então, em nosso governo, a comunidade vai ter a vez de decidir o que vai ser feito pela prefeitura municipal e nós queremos voltar em cada comunidade a cada seis meses junto com toda equipe da prefeitura, junto com todo secretariado, avaliar o nosso governo, porque se erramos a comunidade vai errar junto. Mas, vai ter esta avaliação para corrigir eventuais erros, mas acreditando que os acertos vão ser muitos.

Nessa última fala, o discurso precavido pressupõe que, se neste governo a comunidade participará, é porque na anterior isso não acontecia, no entanto são pistas nem sempre alcançadas por qualquer eleitor. De qualquer forma, não se desagradou ao povo – cansado de reclamações, ou críticas por críticas. O povo se renova de esperança a cada eleição, precisa acreditar que, em alguma hora, chegará, de fato, o “salvador da pátria”. Criticar a situação é convocar aquilo que o povo faz questão de se esquecer. Já em “*porque se erramos a comunidade vai errar junto*”, a construção condicional convoca uma idéia de possibilidade, mas, caso aconteça, ganha-se um aliado (ou se arruma um alibi) para dividir a culpa por qualquer eventualidade. Para ilustrar isso, poder-se-ia usar a expressão “chamar para o compromisso” (convocação de caráter utópico). Em seguida a essa seqüência, vem “*Mas, vai ter esta avaliação para corrigir eventuais erros*”: de certa forma, coloca o compromisso mais relaxado, já que se pressupõe, agora, não haver punição ao não-cumprimento da participação, quer-se apenas um atuar comunitário como retorno (o das imagens) para continuar o trabalho. Então, no trecho final “*mas acreditando que os acertos vão ser muitos*”, novamente o “*mas*” expressa a idéia de que tudo que se falou anteriormente é só uma precaução – afinal, as chances de acertos são maiores.

Embora haja cuidado em não atacar o sistema, é necessário, em dado momento, criticá-lo, até porque não se pode ignorar a situação e também para se prevenir dos problemas

governamentais causados por uma cultura política viciosa, portanto tão complicada de se resolver. Assim:

PA16: *Como o município é visto em nível regional e nacional?*

C3: O serviço público passa por uma degradação, a nível mundial e hoje a valorização é justamente pra quem é empreendedor, pra quem cria, infelizmente em Y essa questão do empreender, do criar não era uma questão forte [...].

PA18: *O que é pior num processo eleitoral?*

C3: [...] no Brasil nós vivemos praticamente duas décadas de democracia, mas em compensação e desgraçadamente também vivemos duas décadas perdidas com relação ao crescimento econômico [...].

PA9: *De que forma sua formação acadêmica o ajudará em seu mandato?*

C2: A grande dificuldade além da agricultura ter a sua dificuldade, principalmente devido à política agrícola do país não dá tranquilidade do agricultor [...].

PA12: *O que é pior num processo eleitoral?*

C2: Pior é a politicagem. Na verdade, o conceito de política nada mais é do que o conjunto de ações de fazer o bem coletivo, mas este conceito não é empregado, onde a politicagem toma parte do todo da política e acaba manchando aquilo que devia ser o brilho da política, acaba manchado a apresentação de propostas, acaba mascarando e o povo esquece muitas vezes de analisar o candidato, a proposta, e aí entra o dinheiro ilícito e confunde o eleitor, então campanha eleitoral no país, eu acho que serve para prestigiar aqueles que têm mais poder, poder que eu quero dizer, mais poder aquisitivo, então o país está muito longe de uma verdadeira política.

De qualquer maneira, a crítica vai além do território pretendido, abrange o país ou mesmo o mundo, e isso acalma os ânimos locais.

PA14: *Haverá uma continuação dos trabalhos ou há um projeto especial que receberá dedicação exclusiva nesse próximo mandato?*

C3: Olha, a... nós costumamos estar multiantenados, é com a relação a necessidades da comunidade. Nós temos leis, por exemplo, que facilita o transporte do município para os portadores de deficiência visual, nós temos leis que incentiva o turismo de negócio na nossa cidade, é uma importante fonte de renda e também de emprego e nós vamos continuar trabalhando também o, principalmente, com a estruturação da questão legal dos professores municipais, este ano nós demos um passo importante que foi o primeiro esboço já aprovado na Câmara do Plano de Carreira, mas como foi o primeiro esboço há ainda deficiências, então, para o próximo mandato nós vamos procurar corrigir essas deficiências pra melhorar a carreira do magistério e conseqüentemente produzir efeitos positivos na sala de aula.

Nesse caso, o C3 (PA14) já tem em seu currículo feitos na área da vida pública, logo é normal que os convoque como cabos-eleitorais às vésperas da eleição, mais uma eleição. Também, novamente pressupõe a manutenção do que está acontecendo; afinal, ele faz parte da organização do sistema. Embora não negue os problemas – *“há ainda deficiências, então, para o próximo mandato, nós vamos procurar corrigir essas deficiências [...]”*, ele não os elenca, o que fica a cargo do plural da própria palavra.

Necessário ainda se faz mencionar que, nesta fase das entrevistas, no pré-eleição, os candidatos com história na política local mascararam mais as críticas ao sistema; provavelmente já são avisados sobre os efeitos de sentido de suas palavras e dos proveitos que podem tirar delas. Já os candidatos-calouros não ponderaram tanto em apontar os problemas

governamentais vigentes; talvez o façam por ainda não estarem “contaminados” – quem sabe talvez seja politicamente correto usar “inseridos no meio”.

PA21: *Como vê o município hoje no contexto estadual e nacional?*

C4: [...] tem todo o potencial pra ser uma cidade reconhecida nacionalmente, mas pelos políticos que nós estamos tendo, ela tá meia é desaparecida, então vamos trabalhar pra que X cresça junto com os candidatos novos que estão surgindo.

PA23: *Sobre a relação entre o poder Executivo e o Legislativo? Muitas vezes, nota-se um jogo de interesses na votação de determinadas leis. Como vê isso?*

C4: É. É mais um problema, mais uma barreira que eu tenho medo de chegar lá e não conseguir fazer tudo o que eu penso, tudo o que eu quero. É a, os adversários que eu vou encontrar dentro de uma Câmara de Vereadores, e eu acho que se o Prefeito for da oposição e se for um bom projeto, por que não aprová-lo?

PA24: *A formação escolar interfere no papel de um vereador?*

C4: Não, a gente tem que ter um pouquinho de capacidade né, um pouquinho de capacidade, um pouquinho de estudo, mas cada ser humano tem capacidade, tem visão pra não ser manipulado por muitos né, pelos poderosos chefões que hoje estão aí, por isso que nossa política tá assim.

Na fala do C4, o discurso não se priva tanto de criticar o sistema, sendo mesmo ainda ingênuo na escolha do lugar-comum do DP. Tanto é inexperiente que convoca a idéia do medo em “*eu tenho medo de chegar lá e não conseguir fazer tudo o que eu penso, tudo o que eu quero*”. Um candidato, um pouco mais precavido (pela experiência no mundo político) com o alcance de suas palavras, evitaria explicitar tal insegurança. Na mesma fala, ainda,

percebe-se o “*a gente*” como representação de si mesmo numa precaução de modéstia, pois elenca qualidades a mais em relação aos outros candidatos, porém, na mesma seqüência, encontram-se as qualidades extensivas a todo ser humano, um distanciamento maior do que o “*a gente*”, todavia um distanciamento que parece ser do próprio eu que fala.

No período pós-eleitoral, o sistema – a conquista que gera inimigos mais tarde – começa a sofrer ataques mais explícitos, até porque, ironicamente, passa a ser um entrave a mais na vida do político agora eleito, do qual precisa se defender o tempo todo sob pena de ser excluído da tão sonhada conquista, ou mesmo como forma de responsabilizar alguém ou algo longe do eu. É sempre confortável ou conveniente desviar o olhar da possível culpa para um cenário muito maior, sem solução, corrompido demais para que um único vereador, prefeito, senador, consiga resolvê-lo. Assim, os ataques ganham dimensões mais abrangentes:

PD34: *À educação, você disse ter dado bastante atenção nos mandatos anteriores, faltaria, então, saúde e agricultura. Já conseguiu concretizar algo nesse campo?*

C1: Eh, na parte da educação, eu vejo que se manteve, embora eu tenho, eu sinto assim, que há, ainda poderia melhorar muito mais na área da educação. [...] com certeza, a gente poderia tá colhendo mais frutos, mas não considero um trabalho ruim, mas poderia ser melhor. Quanto à questão da, da, da agricultura é, eu ainda nesse campo sou muito crítico [...]. Agricultura como eu tive agora olhando deveria ser um espelho, e exemplo para os demais municípios, mas considero que só se está se fazendo a mesma coisa que sempre se fez. Não tá tendo nenhuma mudança, nenhuma melhora, não há um estímulo para quem é da agricultura [...]. Mas também não tive acesso tanto quanto na educação pra interferir e tentar pelo menos, é, levar algumas idéias novas, né.

Há de se ressaltar que, nesta resposta, o C1 usa o verbo na 1ª pessoa do singular nos momentos de se revelar crítico, a par da situação: “*eu vejo*”, “*eu sinto*”, “*não considero*”,

“*sou muito crítico*”, “*eu tive agora olhando*”, “*considero*”. E, na última vez que o eu gramatical aparece (“*Mas também não tive acesso tanto quanto na educação pra interferir e tentar pelo menos é, levar algumas idéias novas, né*”) é para, de certo modo, isentar-se da culpa ou responsabilidade dos desacertos. O “*mas também*” funciona aqui não como a idéia gramatical de adição, e sim como resignação de não ter sido chamado para participar das ações, ou efetivamente do próprio governo. Já com o “*a gente*” (único neste trecho), encontra-se o dizer de que tanto o candidato, quanto a comunidade poderiam estar mais satisfeitos se ele (C1), além de vereador, fizesse parte de alguma secretaria do governo, por exemplo. Ao finalizar, isenta-se o C1 em “*só se está se fazendo a mesma coisa que sempre se fez*” no uso da 3ª pessoa de um sujeito indeterminado (para a Gramática Normativa).

Interessante perceber como o político-candidato começa a se precaver no uso do *eu*, do *nós*, do *a gente* como formas de ora assumir a fato sozinho (pensando ele que o eu, 1ª pessoa gramatical o revela), assim, ora busca o comprometimento com o *nós* na comunhão do eu + eles, ora o *a gente*, quase ganhando um caráter de nós + 3ª pessoa.

Vale apontar ainda as críticas sobre duas áreas bastante presentes em qualquer campanha eleitoral: saúde e educação, no período pós-eleitoral:

C1: [...] na questão saúde, é, o caso é muito crítico. Porque a saúde na verdade, a nossa região tá muito carente [...].

PD56: *O magistério tem sido atendido como você gostaria pelo atual governo?*

C4: Em partes sim. Em parte sim. Eu digo que em parte porque eu ainda vejo muito o interesse próprio, o discurso é uma coisa, mas a prática acontece de forma diferente. Na parte do magistério ainda tem falta na no legislativo a desejar uma grande representação nesta área.

PD57: *Na época, você falou da necessidade de um candidato possuir algum grau de instrução. Isso tem interferido nos trabalhos do Legislativo?*

C4: Bastante. A gente que tem, eu passei a acompanhar mais de perto, ah, o legislativo, inclusive até levando os projetos da área da educação e, muitas vezes, tem que explicar de forma minuciosa e vendo que muitos não conseguiam entender. Muitas vezes, tendo que estar, hum, mais conhecedor e explicando pra eles pra que pudessem me entender. Então, isso aí me chamou muito a atenção, porque como vão aprovar um projeto se não tem grande conhecimento.

Na segunda fase das entrevistas, percebe-se que os políticos, eleitos ou não, criticaram mais a situação governamental, e na, primeira, o faziam com certa cerimônia. Voltando à pulsão, ao narcisismo e ao jogo de imagens, essa atitude torna-se praticamente natural depois da eleição. Uns “atingiram” o objeto do desejo e precisam lutar contra ele, que os impede, pela conjuntura já arquitetada, de fazer o que pretendem; o sistema passa de conquista para inimigo, um inimigo, porque agora não mais reflete a boa imagem, ilustrado por Caetano Veloso em “Narciso acha feio o que não é espelho” (CD, 20 músicas do séc. XX). Por outro lado, muitos precisam encontrar na sua falta no governo o motivo para os vários desacertos de quem o compõe; subentende-se que, se estivessem lá, a situação seria bem outra.

A análise das entrevistas procurou mostrar como o fazer político, executivo ou legislativo, revela-se vulnerável aos desejos humanos e originais (dado pelo outro) do sujeito: algo colocado em segundo plano na ética política, mas que escapa nos domínios do DP como pano de fundo. Infelizmente, muitas das críticas apontadas nas últimas falas refletem não necessariamente uma indignação do político frente à injustiça ou descaso que atinge o povo, mas uma indignação que tem a ver com os entraves que o próprio sistema impõe frente aos

objetivos “pessoais” de cada candidato depois das eleições, já que não era apenas a vitória o único desejo: haveria outros como consequência dessa conquista, pulsando, pulsando.

Por isso, sob os moldes do DP, tanto antes quanto depois das eleições, pairam interesses, angústias, frustrações individuais, mas todos se regozijam ofuscados pela nuvem de fumaça de um lugar-comum específico, de uma formação discursiva a partir da qual o político encena e enreda o espectador em cada papel no jogo de fantasia. Por sua vez, o eleitor, querendo acreditar nisso, prontamente corresponde, pois também se sente parte da trama, ou necessita fazer parte dela. É político e povo querendo preencher seus vazios: um demanda o desejo do outro.

Em Leitão (2000, p. 69-70), o narcisismo não se confunde com a paranóia, mas não deixa de ser uma grave expansão do eu em quando compromete o fazer político do soberano que só quer enxergar sua ética, o que impede o contato real com o povo e com a própria conjuntura política. No mito grego, Narciso só é capaz de ver na ninfa Eco uma eco-imagem; é incapaz de amar porque é cego para o outro. Assim, o governante deseja mais ser prestigiado do que amado. O outro é visto como espelho simplesmente, impossível de ser amado. Analisando o poder por esse ângulo, a relação amorosa entre governante e povo não se dá. À população cabe confirmar a grandeza de seu soberano, nos reflexos que lhe devolve.

A democracia seria, então, algo utópico, uma ilusão – bem como outras tantas esperanças que se depositam no fazer político –, pois, se cada um visa perseguir seus objetivos pessoais, também é ela um instrumento de manipulação, independente de ser associada a um partido de esquerda ou de direita. Embora o voto geralmente assuma a adesão a uma posição esquerda-direita ou liberal-conservadora, mesmo desestruturadas em seus ideais, ela ainda orienta politicamente o eleitor, ainda marca uma identificação ideológica. Afinal, este precisa encontrar-se em algum papel social.

Durante a comparação das falas dos entrevistados, não se quis analisar o discurso de acordo com a sigla partidária de cada candidato – não que isso não fosse um dado importante para a análise, mas renderia outro trabalho. Apesar de essa identificação político-partidária não ser o objeto de interesse, vele lembrar que aparecia de vez em quando como uma espécie de voz à qual o político devia respeito, direcionadora do que se poderia ou não dizer. Nessa hora, entra algo que os políticos também chamam de ético: não falar de seus correligionários, mesmo que estes errem, por exemplo.

A segunda etapa das entrevistas mostrou que, independentemente de ocupar um cargo na posição ou compor a ala de oposição, o molde do discurso partidário perde para o discurso narcísico em defesa própria, e a sigla partidária fica em segundo plano.

A ideologia partidária parece, desse modo, impor-se como pesada carga para uma opção política que nem sempre requer tanto compromisso como o nome sugere; enquanto o voto, muitas vezes, é determinado por influências mais vagas do que aquilo que o termo aponta. Ainda assim, a indignação pela compra dos votos marca-se nas falas dos candidatos:

PA12: *O que é pior num processo eleitoral?*

C2: Pior é a politicagem. [...] o povo esquece, muitas vezes, de analisar o candidato, a proposta, aí entra o dinheiro ilícito e confunde o eleitor, então campanha eleitoral no país, eu acho que serve para prestigiar aqueles que têm mais poder, poder que eu quero dizer, mais poder aquisitivo, então, o país está muito longe de uma verdadeira política.

PA18: *O que é pior num processo eleitoral?*

C3: É a falta de consciência do eleitor que, pressionado pela dificuldade econômica, acaba trocando seu voto. É infelizmente por mais que se faça campanha na televisão [...] há ainda uma faixa grande do eleitor que ele faz do seu voto não uma arma pra

melhoria da coletividade, mas ele faz do seu voto uma arma pra resolver alguns problemas seus imediatos, e quando se trabalha no sentido de resolver o imediato acaba se perdendo o coletivo, infelizmente isto ainda é muito ruim, muito difícil de convencer o eleitor que é que atua dessa forma, é mas pra isso só tem uma justificativa, como eu falei, é a pressão , a pressão é pelas dificuldades financeiras econômicas, ainda é o eleitor que está com a sua luz cortada, porque não deu pra pagar o talão da luz, aquele que não deu pra pagar o talão da água, aquele que ganha pouco e uma cesta-básica faz diferença no orçamento dele e, nessa hora, não titubeia em dar o seu voto pra aquele que lhe satisfaz necessidade imediata. Isto é péssimo, isto é, isto é ruim, isto faz com que determinadas pessoas que não têm a menor condição estar na Câmara de Vereadores acabam se elegendo por se, se tiver um bom poder aquisitivo pra fazer essa troca com esta faixa de eleitor que ainda se sujeita a fazer esse tipo de negócio com o seu voto.

PA22: O que é pior num processo eleitoral?

C4: A pior coisa numa eleição, que eu tive muita dificuldade, foi a troca de voto, isso deveria mudar na cabeça de cada eleitor, porque eles querem a coisa já, troca já pelo voto, então isso daí tinha que ser uma coisa trabalhada com a cabeça de cada um, mas é... na, nas telecomunicações em tudo que a gente tem, é, nós deveríamos aproveitar isso pra mudar a cabeça do nosso eleitor brasileiro.

PD36: O trabalho fica preso a favores individuais?

C1: Sim, fica muito preso, principalmente isso daí.

PD38: Na primeira fase das entrevistas, você respondeu que o pior numa eleição era a falta de conscientização do povo, que às vezes não pensa no coletivo, mas no lucro individual. Isso continua sendo o pior?

C1: Bem, pior é, na verdade, essa questão fala muito alto. Quem tá no poder, abafa quem não tá no poder e a gente acaba muitas vezes fazendo um bom trabalho e acaba se desfazendo por si só, por essa pressão, por esse tipo de consciência que ainda tem na cultura do nosso povo. Por de repente trocado a iluminação do campo, ver trecho de estrada, drenagem do valo, isso aí, faz com que a pessoa perca a consideração pelo trabalho do, o agente comunitário, do vereador lá que esteja fazendo ou o líder da comunidade e lá foi o bom, infelizmente já vimos como foi agora pra deputado, tem deputado que ninguém nunca viu passar pelo determinado bairro de X e nunca fez nada por aquele bairro e de repente aquele que fez, não levou nenhum voto, levou um, foi bastante, o outro levou, dez, quinze, vinte votos. Então, que é que fez votar naquele deputado desconhecido, simplesmente o trocado do dia, o favor, e assim vai.

PD61: Você disse que se entristecia em ver eleitores que ainda procuram candidatos para vender o voto. Isso continua sendo o pior numa eleição, depois de ter passado por ela?

C4: Ainda continua. Ainda continua. A gente, pre, presenciei mais uma eleição agora, próxima, pra governo e o povo ainda muito vem com esse propósito, de dar o voto em troca de alguma coisa. E o que hoje eu sinto muito na administração é o peso do voto. As pessoas olham muito o valor do voto que deu, cobram, os benefícios próprios, em relação, em virtude daquele voto que ela deu. E isso aí, assusta muita gente que está na administração, porque vê o quanto a população precisa, o quanto o município precisa, o quanto a, o coletivo tem que ganhar e muitas vezes tem que atender o individual.

PD55: Qual o pior numa eleição no antes e no depois dela?

C3: O que é pior numa eleição, é justamente o jogo de interesse particular. O eleitor, por exemplo, que vota se o interesse é particular meu, estiver sendo atendido, se eu

tiver uma perspectiva de ser atendido, ser uma promessa de ser atendido acho que isso é o pior, que possa existir numa eleição, não é? E a partir daí, o voto passa a ter preço, né. A partir daí o voto vale um botijão de gás, o voto vale a galinha [...], o voto vale o interesse particular pessoal, né, das pessoas. Na medida que o voto faz isso aí, o voto valeu também o silêncio daquela pessoa, é a partir do momento que ele recebe um valor pessoal, ele já tem sua necessidade primeira satisfeita, ele mesmo sente que não tem que ir lá cobrar de ninguém, não é? E se ele for cobrar, alguém vai dizer pra ele que já pagou. Que estão, devidamente conversados. Então, no meu ponto de vista, isto ainda é o pior numa eleição, mas também é preciso ressaltar que esse pior ocorre também por causa de tal deficiência que esse povo vive.

Será essa preocupação com a venda ou compra de voto, ou principalmente com a cobrança posterior do voto, uma preocupação social? Política? Ou será que as mágoas em relação ao voto sejam por não ter este recaído a eles mesmos?

Singer utiliza-se de uma metáfora meteorológica na tentativa de explicar o comportamento eleitoral:

Na meteorologia, sabe-se que há um certo número de variáveis, chamemos assim, de longo prazo (uma vez que se repetem), que influem no clima: o movimento cíclico de grandes massas de ar, a direção e a intensidade das correntes marinhas, a maneira pela qual os raios do Sol penetram na atmosfera e a forma como se dispersa o calor que emana da Terra. É conhecido também que um conjunto de elementos de curto prazo ajuda a determinar como será o dia de amanhã (2002, p.15-16).

De modo semelhante, no caso das eleições, nota-se que algumas características de longo prazo, que exigem politização, identificação partidária e ideológica, influem no comportamento do eleitor na escolha do candidato em quem votará. Elas, por sua vez, combinam-se com circunstâncias de curto prazo: a agenda de cada eleição, o desempenho econômico do governo que está encerrando o mandato, as características individuais dos candidatos naquele pleito e a eficiência de suas campanhas, troca de favores, e acabam constituindo um todo previsível nas urnas, ou não.

Para o autor, o motivo de ambas, a meteorologia e as eleições, serem, muitas vezes, imprevisíveis, é que há grande número de fatores que se inter-relacionam a cada momento. É por isso que, embora nas duas se saiba o que determina seu objeto, há tanta dificuldade em se prever exatamente o tempo que fará ou o resultado de uma eleição.

Para o trabalho aqui apresentado, a comparação do autor é ilustração eficaz somente no que tange às inúmeras interferências que sofre o processo eleitoral. Quanto ao resultado de uma eleição com a vitória do partido A ou B, isso não é foco do estudo, nem mesmo se isso tem previsibilidade como na meteorologia. Percebeu-se, na verdade, que, com vitória ou sem vitória, os discursos são previsíveis, trabalham no lugar-comum da disfarçada (ou não) auto-defesa e do auto-reconhecimento. Sofrem variações em relação ao antes e ao depois, e todas, independentemente de suas origens, sociais ou individuais, personalizam-se no sujeito narcisista. O pré e o pós tornam-se prováveis no campo da pulsão em busca do objeto do desejo; antes para consegui-lo, depois para segurá-lo, e, nessa luta para mantê-lo, o embate trava-se com os opositores, com os aliados, e, até mesmo, com o poder, por ilusão alcançado.

Enfim, todo esse sistema parece algo vivo, capaz, a todo momento, de tirar do sujeito o chão ou corrompê-lo de vez às artimanhas enraizadas na tradição política. Um sujeito, à luz dos entrevistados, da seguinte maneira: um eu (sujeito imaginário), como representação própria deles, tanto é que, quando desejam elencar qualidades, fogem pela modéstia da 1ª pessoa do singular gramatical; e um Eu, sujeito do inconsciente moldado ao Outro, encontrando viés no discurso do político para aparecer como sujeito de desejo, por sua vez, formado também a partir da imagem devolvida pelo outro. Um cuidado vão, já que tanto o eu quanto o Eu não revelariam o que se pensa ser a verdadeira cara do sujeito do discurso. Perderam-se ambos a partir da sua própria constituição como sujeitos diante e mediante o outro e o Outro, através da linguagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há tempo, a interferência da emoção no que caberia chamar de campo da razão motiva pensadores e cientistas. A razão seria deformada quando interpelada pela emoção e, de Descartes até hoje, a separação corpo e alma parece ser bastante para muitas das tentativas de se dar a algo um caráter científico. Para o fazer científico, seria necessário olhar o objeto de fora, de longe, para que qualquer influência emotiva (o imaginário, as paixões humanas) não deturpasse o real observado. Por serem homogeneamente marcadas e constituídas pela linguagem, áreas como Direito, Política, Psicanálise, nem sempre são aceitas como ciência, pois, visivelmente, fundar-se-iam, pela própria natureza, com a linguagem, refletindo não o real, mas o que o simboliza. Juízes não podem julgar parentes próximos, políticos devem evitar (nem sempre o fazem) nomear familiares a cargos comissionados. Todas essas precauções se dão justamente pelo risco que supostamente a emoção oferece à razão.

O DP constrói a imagem de um sujeito político justamente para corresponder às expectativas do povo, que não gostaria de ver interesses individuais em jogo, mesmo sabendo que se dão. É por trás do faz-de-conta que o lugar-comum se presta ao papel de encobrir a própria natureza do sujeito: razão e emoção, emoção e razão. A subjetividade tem componentes que não são capazes de ser atingidos por caminhos metodológicos restritivos. Por mais que as idéias positivistas do século XIX tenham se animado com a possibilidade de

explicarem qualquer objeto de estudo pelo raciocínio lógico, essa pretensão inibiu-se frente a fatores indissociáveis da existência humana: emoção, utopia, esperança, paixão, egoísmo, medo. As idéias da psicanálise começaram a ser, de certa forma, valorizadas justamente quando se percebeu, ou quando se começou a aceitar que, em muitas áreas do conhecimento, não se conseguia pontuar dados que escapavam dos domínios da lógica.

Nessa busca, Leitão aproxima política e paranóia: “o fenômeno psicológico que mais freqüentemente desvia ou deforma o curso da práxis política rumo aos fins visados é a paranóia” (2000, p. 84). O político vê-se ameaçado constantemente pela traição dos outros, outros como somente objetos racionalizados e quase nunca afetivos. Trata-se de uma organização mental marcada pelo forte sentimento narcisista – preponderante na constituição do poder. Se antes da conquista do poder era possível separar os aliados dos inimigos, depois, tal distinção fica movediça, todos agora passam a ameaçá-lo na manutenção da conquista.

Não se pretende, com isso, classificar os políticos como “naturalmente” paranóicos, mas as idéias de Leitão, psicanalista e político, ilustram os (paranóicos ou não) políticos por trás do escudo de seus discursos representativos. A preocupação desse autor é com a deformação produzida pela paranóia. Neste trabalho, porém, tentou-se apenas apontar a interferência daquilo que pulsa como desejo: o poder (objeto, aparentemente, conquistado através da vida pública no sentido político do termo), e, para tal, o caminho político mostra-se como uma forma eficaz de se cumprir o ritual de busca. A pulsão, como desejo, abre caminho junto à razão, e a ciência política, como um todo, acaba sendo enredada, ora mais, ora menos, por eles. Eis o percurso que faz a pulsão, no retorno, por ora, acalmar-se.

Enredado por essa preocupação racional em eliminar o subjetivo, o povo acaba contribuindo para a manutenção do *status quo*, concordando em atribuir a aspectos exteriores a culpa pelos insucessos: seria apenas por causa de uma estrutura que tende a manter-se

inalterada que o candidato, por mais boas intenções que tenha, não consegue cumprir o que prometeu. Concomitantemente, a mídia posta-se como benfeitora no processo de politização popular, quando, em parte, também é interessada em manter a despolitização como garantia de encontrar via livre no processo de alienação ao qual corresponde e pelo qual é financiada. Separando a direita, posição, da esquerda, oposição, trava-se um jogo entre desiguais, conforme a metáfora de Leitão (2000, p. 122-123): *um jogo em que o juiz é amigo do adversário, a mídia que transmite a partida também é dele, assim como a bola, as regras, o campo.*

Apesar disso, continua-se a entender o jogo político (como parte do imaginário social) como uma luta entre iguais, da qual sairá vencedor aquele que realmente se mostrar capaz de levar a bandeira da democracia adiante. As pessoas tendem a tornar-se, diante dessa briga desigual, submissas e passivas à instauração do medo que o poder impõe. São aliados fortes com quem se tem de lidar, logo é mais fácil para o cidadão depositar a “confiança” em alguém que o represente nesse jogo.

Na superfície do DP, tal como mostrado na análise feita, ficam realçados certos pontos que nem sempre ultrapassam a nuvem protetora dos interesses individuais. Como exemplo, a preocupação em aproveitar, como fez a Revista citada no início, o material lingüístico do candidato para ver se ele é coerente no que diz, quer em relação à integridade moral, quer em relação ao que disse antes. Fica-se, dessa maneira, preso a aspectos superficiais do discurso, pelo menos para o que se deseja apontar aqui.

Ser coerente ou incoerente no discurso torna-se bastante relativo, principalmente quando se leva em conta as condições de produção de um discurso. Por isso, este trabalho, em mais de um momento, previne-se em explicar que o objetivo com a análise do *corpus*, no

antes e no depois, não se restringia à busca por contradições ou incoerências discursivas, mas em apontar as anteriores e posteriores adaptações ao outro e ao Outro.

“Ser coerente é uma doença”, escreve Fernando Pessoa (citado por FIGUEIREDO, 2002, p. 335), mas em meio a seus heterônimos, tal citação não causa surpresa. Para o poeta português, a transitoriedade faz parte da constituição do próprio ser humano.

O DP, considerando o *corpus* coletado, segue a convenção de certos valores; entre eles, a coerência no que se diz com o que se faz ocupa lugar mestre. O outro espera do sujeito político que este cumpra suas promessas e, certamente, negaria a frase de Fernando Pessoa. Entretanto, o mesmo outro que cobra a fidelidade aos dizeres também é afetado pela circunstancialidade e pelos outros sujeitos com quem convive, e isso passa a impor novas situações, novos discursos e “reparos” no já-dito.

Poder-se-ia, então, questionar as próprias crenças que se imortalizam, para além das suspeitas. A crença religiosa, por exemplo, recebe o aval do público-ouvinte porque este se reconhece como simples receptor de um discurso de autoridade suprema. Os servos aceitam a palavra, e aceitam porque que vem de Deus. Porém, sabe-se que não há discurso sem interação, sem interlocução e, se até mesmo um monólogo repousa num interno (e externo) diálogo, também o discurso religioso se põe em situação de confronto de idéias – afinal, como não questionar dizeres de um tempo que já transmutou? O discurso religioso também pode, aparentemente, apresentar-se como muralha inabalável, mas sucumbe à efemeridade do homem, seja no contexto, seja na interlocução entre os eus e os outros num processo constante de “contaminação”.

“O homem disciplinado e culto faz de sua sensibilidade e de sua inteligência espelhos do ambiente transitório [...]” (PESSOA apud FIGUEIREDO, 2002, p. 336).

Espelhar-se no ambiente transitório é espelhar-se no outro também transitório. Incoerente seria, então, pensar como o DP repousaria numa exigência do “manter a palavra” se é da natureza do homem a instabilidade. E, ainda mais, quando a luta, seja para alcançar o poder, seja para mantê-lo, impõe-se como adaptativa a cada momento.

Tanto político quanto eleitor, no jogo mágico dos espelhos, influenciam-se com as imagens. Se se admite hipocrisia na política, que cega, pacífica e, contraditoriamente, escandaliza, é que não raramente saltam aos olhos os discursos que se contradizem. Essa contradição seria, na verdade, a condição de convívio social, não a condição de dizer e desdizer, de prometer e mentir, mas a condição de reelaborar os dizeres a todo instante permeados pelo contexto e pelas exigências do outro que se impõe como reflexo de sua própria ansiedade, de sua própria expectativa.

Nessa contradição constituinte,

Todas essas teorias, envolvendo filosofia, antropologia e psicologia, só adquirem sentido, para a presente reflexão, se afunilarmos o pensamento rumo ao devir histórico, no qual atua a política juntamente com o ator principal, o homem. Isto, porque é na história que o homem cria e se recria como num teatro, em que a cultura é o *script* e a fala dos atores é o discurso político. A partir deste ponto de inflexão, posso esboçar outros desenvolvimentos resultantes da entrada neste cenário teórico de políticos militantes e revolucionários. É necessário, neste ponto, sair da pura teoria para uma vivência histórico-prática que permita articular os acontecimentos objetivos aos elementos da subjetividade [...] (LEITÃO, 2000, p. 30-31).

A ficção preserva-se no direito autoral de ser, nada mais nada menos, do que mera coincidência com a vida real. Assim protegida, expõe o público ao público seus próprios medos, prazeres, dúvidas. É instigante procurar entender como, “consciente” do mundo fantasioso da obra, o ex(s)pectador, ainda assim, porta-se *na* e *para* a trama como parte dela, aceitando o papel escolhido pelo outro, apesar de que sua prematura origem submissa justifique isso. Ele envolve-se, já adulto, num querer confundir vida e ficção. A cada eleição, lá estão os sujeitos (a/de) novamente dispostos a assumir seu papel num enredo que talvez esteja fadado apenas aos aplausos ensaiados. Um adaptar-se necessário, porque, certa vez...

Deus fez o signo... mais tarde, Adão e Eva dispuseram-se de seus empréstimos entre uma costela e outra. Tudo isso disfarçadamente, pois cada um precisava sentir-se inteiro, dono completo de suas partes, e esconder de si a inevitável nostalgia de que “no princípio era eu”.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. **O amor que acende a lua**. São Paulo: Papyrus, 1999.
- AMORA, Soares. **Minidicionário Soares Amora**. São Paulo: Saraiva, 1999.
- AUROUX, Sylvain. **A filosofia de linguagem**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1998.
- BARTHES, Roland. **Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França**. São Paulo: Cultrix, 1978.
- BECHARA, Evanildo. **Ensino da gramática: Opressão? Liberdade?** São Paulo: Ática, 1986.
- CAPRA, Fritjof. **O Ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.
- CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. São Paulo: Ática, 1998.
- CRISTÃOS-NOVOS do capitalismo. **Revista Veja**. São Paulo: Abril, ano 35, n. 38, 25 set. 2002, p 44.
- DOR, Joël. **Introdução à leitura de Lacan**. Porto Alegre: Médicas, 1989.
- Encyclopaedia Britannica do Brasil: **BARSA**. São Paulo: Melhoramentos, v. 11, 1998, p. 402.
- FIGUEIREDO, Carlos. **100 discursos históricos**. Belo Horizonte: Leitura, 2002.
- FINK, Bruce. **O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1997.
- FURLANETTO, Maria Marta. **Heterogeneidade enunciativa**. Tradução livre e simplificada para uso didático.
- FURLANETTO, Maria Marta. **Notas sobre o conceito de arquivo em Maingueneau**. Tradução livre e resumida. Florianópolis, 1997.
- GUIRADO, Marlene. **Psicanálise e análise do discurso**. São Paulo: Summus Editorial. 1995.

LEITÃO, Valton de Miranda. **A paranóia do soberano: uma incursão na alma política.** Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MAINARDI, Diogo. Noves fora, deu nisso. **Revista Veja.** São Paulo: Abril, v. 35, n. 18, maio 2002, p. 119.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da análise do discurso.** Tradução de Márcio Venício Barbosa, Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MCLELLAN, David. **As idéias de Marx.** São Paulo: Cultrix, 1975.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso.** São Paulo: Pontes, 2000.

MARQUES, Maria Celeste Said Silva et al. O “eu” no discurso do “outro” ou a subjetividade mostrada. **Revista de Lingüística.** São Paulo: UNESP, 1995.

POSSENTI, Sírio et al. Discurso do outro: lá onde o sujeito trabalha. **Revista de Lingüística,** São Paulo: UNESP, 1998.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. **Lições de texto: leitura e redação.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

SILVA, Ana Paula da, SCARPATO, Patrícia. Em nome do pai: a construção do mito Lacan. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 18 abr.2001, Caderno Mais!, p. 4-12.

SINGER, André Vitor. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994.** São Paulo: USP, 2002.

VELOSO, Caetano. **20 músicas do séc. XX.** São Paulo. PolyGram. Coleção Millennium. CD.

WINE, Noga. **Pulsão e inconsciente: a sublimação e o advento do sujeito.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

ANEXO – CORPUS DE ANÁLISE

ENTREVISTAS NO ANTES – 1ª FASE

Candidato 1: concorre ao cargo de Vereador

PA1: *Por que candidatar-se?*

C1: Porque... eu tenho um propósito, ideal comigo que é... continuar ah, esse trabalho que foi iniciado na minha região, propriamente dizendo que beneficia não só a região, mas a todo o município porque na minha, na minha localidade as pessoas que estudam mais um pouco eles geralmente saem pra trabalhar fora em outros municípios e assim por diante. Eu tive a oportunidade de me adaptar, comerciante também e uma função não atrapalha a outra, então eu posso ser comerciante, político ao mesmo tempo. E... claro, também, é acima de tudo pelo trabalho que tem de ser desenvolvido por, pelo, pela pouca estrutura que nós temos, então precisamos de políticos que tenha uma visão é... até grande, pode-se ainda dizer que eu ainda não me considero com uma visão, mas já tenho uma boa base pra mim desenvolver um bom trabalho e, ou melhor dizendo, pra continuar esse trabalho que já foi iniciado por mim.

PA2: *É importante que essas pessoas retribuam à comunidade com seus estudos?*

C1: Não é... Eu acho importante, apesar que eu sei que nem todos têm a oportunidade de um dia voltar e retribuir. Mas, o mais importante é eu, que tive a oportunidade de ficar, tentá pelo menos, criá mais condição, tentá melhorá e criá, da entrada, como eu falei deu início a um trabalho eu quero e a tô indo à reeleição, porque quero dar continuidade, até porque reconheço que tem muita coisa que pode acontecer ainda, que pode mudar e que, de repente, pode abri espaço pra outras pessoas também fique.

PA3: *Mesmo continuando seu trabalho, qual prioridade se for eleito?*

C1: Olha, nós já atendemos bem na área da educação e... a minha participação na área da educação eu, eu avalio que foi bem importante é e aprendi na convivência do dia-a-dia com o povo e pela realidade, e falo isso da minha região sul, é que hoje nós precisamos investir é na área da agricultura e na saúde. Seria as prioridades né, é da nossa administração, do meu trabalho, taria dando apoio ao prefeito que realmente eles desenvolvam um bom trabalho e na área da agricultura e na área da saúde. A educação já foi uma área bem investida, durante os quatros anos, então eu vejo como mais importante hoje seria essas duas áreas, agricultura e saúde.

PA4: *O que é pior num processo eleitoral?*

C1: O pior hoje numa eleição é... diríamos assim, depende, isso depende de cada, de cada momento, de cada região. É o momento que eu vivo lá em X, ele é... bom, porque eu consegui despertar em muitos companheiros a necessidade da união, de um partido, di di um é...de um acima, em torno de um candidato, que venha a nos dar uma estrutura já que a gente continua de título distrito, pouco então, nós precisamos, acima de tudo, ter uma união na Região Sul pra que esse prefeito, ou próximo prefeito, ele consiga estruturá por exemplo, o distrito, é então, digo assim, cada momento, ele tem um... uma situação a ser definida e que, por exemplo, eu hoje, na minha candidatura, a dificuldade que eu vejo é que minha comunidade hoje não tem estrutura nenhuma, não tem a mínima estrutura. Tudo depende do candidato a vereador ou do vereador, que é o meu caso que ainda sou. É desde carro, telefone, os contatos tu não tem ninguém que esteja também imbuído ou com algum interesse político né na pela comunidade, pelo partido, porque resta o que resta uma eleição que se elege vereador, elegeu esse depois vai ser ter o seu seu subsídio, sem vencimento dali e o cara que quiser sobreviver vai ter que voltar pro seu trabalho normal então, não há o que se ter de retorno no caso até pessoal de quem participar. Mas, no entanto, aqui no centro, é diferente. Ah, os cargos de confiança do prefeito, então muitas pessoas acabam às vezes com interesse naquilo ali, assim e se juntando ao grupo e trabalhando eu sinto hoje o mais difícil pra mim é conseguir sensibilizar as pessoas de ir pra rua e defender e acre num projeto de um político, de um candidato e simplesmente... retorno coletivo. É... do resultado desse trabalho.

PA5: *Como vê o município hoje no contexto estadual e nacional?*

C1: Olha eu, o pouco que eu consegui descobri do município, porque o que percebi é que quando eu vejo, considero-me X, que nasci e me criei em X, o que percebo é que a gente não consegue entender o que é X e conhecer o que é X desde pequeno eu vim conhecê muita coisa da X, muitos pontos fortes, muitas, muitas riquezas, muitas realidades, assim, bonitas e, até mesmo, diferentes de qualquer outro município. X há pouco tempo, a gente ficou muito no básico, aprendeu nas escola, na escola eu percebi assim que, desde pequeno, eu

deveria saber melhor sobre o sambaquis, deveria saber melhor sobre os pontos turísticos, deveria saber mais dados sobre desde a parte... do que sobrevive X, desde a agricultura, seja da parte marítima, enfim, uma parte turística que tem de ser explorada, tudo isso aflorou muito depois que eu vim pro, pra política, até então ficou muito desgastado isso, ficou assim muito apagado e eu vejo assim que o município X, é claro que não é a curto prazo, mas a longo prazo, nós temos que realmente trabalhar e despertar na consciência do cidadão X e não só do cidadão X, mas começar primeiro pela estrutura interna pra depois vender pra fora o que é X, o que temos de bom, o que podemos oferecer às pessoas, ah, eu acho que X começa pelo potencial turístico e “enes” outras qualidades então, é ... é um município que tem, né, uma costa marítima muito muito grande, tem também uma situação assim definida que não é um grande centro poluído, enfim fica próxima de grandes centros [...], um lugar assim que realmente precisa de um bom trabalho de conscientização a partir de nós.

PA6: *Caso não seja reeleito?*

C1: Olha, o meu, a minha se eu não for reeleito a vereador, eu sempre vou continuar aquele trabalho que eu sempre fiz, que eu sempre fui muito envolvido em movimentos afins e onde o que é de comunidade, de movimento organizado, hoje sou vice-presidente da APAE, sempre que posso participar das reuniões da APP, CAEP, já fui, enfim, movimentos organizados eu tô sempre participando, o pessoal quer, pela minha facilidade de comunicação, o pessoal pede pra mim abri reuniões, desenvolver, ajudar, desenvolver uma campanha, enfim, e continuo com a área do comércio, é até devo incrementar mais a minha parte de confecção que hoje não tenho, ela tá, é, eu reduzi meu trabalho de confecção, então, no meu comércio, eu, além de revender eu também fabrico, então eu devo investi mais nessa área comercial até porque daí é eu tenho duas opções, no caso, eu posso ser um político e caso eu não seja, eu vou investir nessa outra área que eu também tenho muita afinidade que é o ramo de confecção.

PA7: *Qual a principal responsabilidade de um vereador na Câmara Municipal?*

C1: Olha é... muito grande, muito mesmo, porque são as leis que nós aprovamos que fazem com que o prefeito trabalhe ou fique amarrado, fique, deixe o município a ver navios, né, no tempo, parado assim, então eu vejo a responsabilidade do vereador, ela não deveria, não deveria ficar inclusive assim apenas pra se descobrir depois de eleito, acho até que nós deveríamos ter e deveria existir alguma legislação, alguma coisa que obrigasse o cidadão que quer, um dia ingressar na vida pública, ele tem que ter pelo mínimo conhecimento antecipado, hum... aprendizado antecipado do que que é legislar, do que é né pra a responsabilidade ao vereador, o que que são leis, né, e quais são essas leis, e qual a nossa função, porque hoje está muito invertida, devido ao processo político partidário né, o que que é que o vereador deve fazer, então muitas vezes se vai defendê uma causa partidária, defende interesses próprios e se esquece de fazer aquilo que é a função do vereador, que é fiscalizar e legislar.

CANDIDATO 2: concorre ao cargo de Prefeito

PA8: *Como vê o município hoje no contexto estadual e nacional?*

C2: Bem, X no contexto estadual é uma cidade que se destaca pela produção agropecuária, é sendo um grande produtor de arroz, de mandioca, é o quarto rebanho de bovinos, inclusive da região da X e o maior produtor de arroz da região X e o maior produtor de mandioca do estado. Então, a sua economia está alicerçada na agricultura. Mas, tem um grande potencial pesqueiro e turístico também. E no cenário é nacional é a sua vocação agrícola também a se destaca, também pela sua vocação agrícola. Mas acreditamos que temos que investir mais no turismo.

PA9: *De que forma sua formação acadêmica o ajudará em seu mandato?*

C2: Bem. Como X se destaca pela produção agropecuária [...]. Então, tendo conhecimento prático e teórico é tenho também a grande responsabilidade, conhecer mais e também de fazer mais pela agricultura do município, porque conheço onde buscar recursos, sei das mudanças que deverão ser feitas para que o agricultor seja melhor atendido, mas X não, não é só a questão da agricultura que vai fazer com que X tenha um futuro melhor. A grande dificuldade além da agricultura ter a sua dificuldade, principalmente, devido à política agrícola do país não dá tranquilidade do agricultor, nós temos a questão do desemprego em X, que é muito grave. Então, dentro da proposta de trabalho, nós queremos gerar grande quantidade de emprego, incentivando a instalação de indústrias é, para que tenhamos emprego, oportunidade de trabalho e renda, para o povo que aqui vive.

PA10: *De que forma a comunidade pode participar nas decisões do município?*

C2: Bem, não é que seja somente moderno, mas há uma necessidade de que todo governo tenha uma participação popular e, pensando nisso, nós queremos administrar através de conselhos municipais, onde o conselho municipal de cada setor vai definir as prioridades e a prefeitura executar, então, em nosso governo, a comunidade vai ter a vez de decidir o que vai ser feito pela prefeitura municipal e nós queremos voltar em cada comunidade a cada seis meses junto com toda equipe da prefeitura, junto com todo secretariado, avaliar o nosso governo, porque se erramos a comunidade vai errar junto. Mas, vai ter esta avaliação para corrigir eventuais erros, mas acreditando que os acerto vão ser muitos.

PA11: *Ela, então, poderá propor e fiscalizar?*

C2: Vai cumprir o papel dela. Mas nós queremos a comunidade como co-responsável pelo nosso governo, por isso o nosso lema “por um governo comunitário”.

PA12: *O que é pior num processo eleitoral?*

C2: Pior é a politicagem. Na verdade, o conceito de política nada mais é do que o conjunto de ações de fazer o bem coletivo, mas este conceito não é empregado, onde a politicagem toma parte do todo da política e acaba manchando aquilo que devia ser o brilho da política, acaba manchado a apresentação de propostas, acaba mascarando e o povo esquece, muitas vezes, de analisar o candidato, a proposta, aí entra o dinheiro ilícito e confunde o eleitor, então campanha eleitoral no país, eu acho que serve para prestigiar aqueles que têm mais poder, poder que eu quero dizer, mais poder aquisitivo, então, o país está muito longe de uma verdadeira política.

CANDIDATO 3: concorre ao cargo de Vereador

PA13: *Por que está novamente se candidatando?*

C3: Porque acredito que os dois mandatos que estou completando, eu dei uma boa contribuição para o município Y e considero que ainda posso contribuir mais durante o tempo que nós estivemos trabalhando com todas as dificuldades que temos, trabalhando contra o governo federal e o governo estadual, conseguimos encaminhar muitas situações importantes pro nosso município e eu quero acreditar que ainda há muito que fazer e, dentro do muito que fazer, as minhas potencialidades vão permitir que eu possa estar contribuindo mais uma vez com o nosso município.

PA14: *Haverá uma continuação dos trabalhos ou há um projeto especial que receberá dedicação exclusiva nesse próximo mandato?*

C3: Olha, a... nós costumamos estar multiantenados, é com a relação a necessidades da comunidade. Nós temos leis, por exemplo, que facilita o transporte do município para os portadores de deficiência visual, nós temos leis que incentiva o turismo de negócio na nossa cidade, é uma importante fonte de renda e também de emprego e nós vamos continuar trabalhando também o, principalmente, com a estruturação da questão legal dos professores municipais, este ano nós demos um passo importante que foi o primeiro esboço já aprovado na Câmara do Plano de Carreira, mas como foi o primeiro esboço há ainda deficiências, então, para o próximo mandato nós vamos procurar corrigir essas deficiências pra melhorar a carreira do magistério e conseqüentemente produzir efeitos positivos na sala de aula. Estou me referindo evidentemente à melhoria da qualidade do ensino, mas também ficaram outras coisas que não foram bem trabalhadas, como por exemplo, a chamada da lei da limpeza pública, que é também da minha autoria, teve efeitos importantes na cidade como é o transporte e a coleta e a periodicidade do lixo na nossa cidade, tá vendo que cidade está mais limpa, mas tem outros aspectos também que não foram possíveis trabalhar uma vez que envolve a lei, envolve todos os vendedores de agrotóxicos, o lixo hospitalar, então são coisas que precisam ser melhores trabalhadas. Uma outra lei da minha autoria é a lei que incentiva o, a lei de incentivo ao esporte onde o empresário que quiser investir no esporte amador ele tem descontos no INSS. É uma lei que também precisa ser trabalhada, porque não basta fazer a lei, depois da lei ser feita, ela precisa ser é melhor divulgada e ela precisa ser trabalhada, pra que ela produza seus efeitos práticos. Então, neste segundo mandato, houveram várias iniciativas importantes, mas elas precisam agora dar continuidade, elas precisam daquilo que eu chamo de implementação para que elas produzam efeitos que o legislador pensou no momento de fazer a lei.

PA15: *A palavra educação é fonte em sua campanha. O que pretende em relação a essa área?*

C3: É, a questão da educação, nós colocamos como o pano de fundo, o carro-chefe de todo o nosso trabalho. Porque do nosso entendimento é a educação que abre as portas para o emprego, para saúde, no caso da prevenção, é pra segurança, pra paz, enfim, quanto ao magistério público municipal, como eu falei antes, nós demos um passo muito importante que foi a criação do plano de carreira. A carreira é importante porque motiva o professor a se aperfeiçoar e na medida que o professor se aperfeiçoa há o resultado imediato, em sala de aula. Então, praticamente estou repetindo que já tinha falado antes, então o meu trabalho maior vai se de fazer as correções das pequenas deficiências, que ainda ficaram no plano de carreira. Uma coisa importante, por exemplo, é do plano de carreira e que nós almejaremos, outro passo foi autorizar o executivo municipal a negociar com as instituições de ensino superior que tá mais próximo a UNISUL, pra que os professores possam cursar o curso superior sem custos é uma espécie de projeto Magister do estado. Não precisa ser exatamente nesta modalidade, mas é dessa forma. Então, a Câmara criou a lei autorizando o prefeito a negociar e agora é nossa função também estar ajudando o executivo a implementar a lei pra que não só, pra que cumpra a LDB que diz que até 2007 todos os professores que atuam no magistério têm que ter curso superior, mas pra que isso produza efeitos é, práticos e positivos na melhoria da qualidade do ensino, então eu vou trabalhar basicamente na implementação dessas medidas para que o professor tenha uma carreira sólida, pra que ele se sinta valorizado e uma vez, devidamente valorizado, ele possa também contribuir mais ainda para a aprendizagem dos alunos em sala de aula.

PA16: *Como o município é visto no contexto estadual e nacional?*

C3: O município Y, é tem altos e baixos.[...] Porque nós perdemos uma referência nacional, nós éramos a capital energética do carvão, isso é uma referência, e a referência hoje é uma coisa forte, não apenas a referência, nós também perdemos território, né, e o município ficou menor, perdemos população e, quando se perde território e população, acaba se perdendo renda e também acaba se perdendo os retornos que têm tanto do estado, quanto também da federação, esse foi sem dúvida alguma um período de baixa. Outro período de baixa do nosso município foi quando acabou a fase das estatais. Y era um local onde as pessoas achavam que tinham status. Se elas fossem bem empregadas, se elas fossem bem na Eletrosul, se elas fossem bem empregadas na Estrada de Ferro, se elas fossem bem empregadas é do Banco do Brasil. A época das estatais no mundo inteiro acabou, né. O serviço público passa por uma degradação, a nível mundial e hoje a valorização é justamente pra quem é empreendedor, pra quem cria, infelizmente em Y essa questão do empreender, do criar, não era uma questão forte, por quê? Porque as pessoas, como eu disse, elas consideravam que tinha status, se elas fossem boas empregadas e não boas empreendedoras, depois de empregadas nas estatais e como eu disse a era das estatais já passou. Este foi um período também de dificuldade de Y. Agora a cidade está numa outra fase, numa fase ascendente, numa fase de alta que é justamente este período que Fulano está administrando porque atacou em primeiro lugar as questões de infra-estrutura. É foram feitos drenagens e pavimentados mais de 200 ruas no município em parceria com a comunidade, isto é um serviço que não aparece, mas é de fundamental importância pra saúde dos munícipes. Além do mais, foi criado todo um programa de incentivo pra que empresas é quisessem se instalar em Y e quando nós vamos as margens da BR 101, se pega ali o trevo da, é do Sertão dos Corrêas e até a Polícia Rodoviária, vamos verificar que ali é tem vários terrenos sendo aterrados, vários galpão sendo construídos, são empresas, estão vindo pro nosso município e outras tantas que têm vindo é fazer esta constatação, esta constatação, pra essa possibilidade, de se instalar no nosso município e nós verificamos também é novos, é novos empreendedores, pessoas que não faziam parte de alguns nomes é, famosos da cidade, mas hoje são os novos empreendedores até falando de uma forma um tanto... são os novos ricos, são pessoas que é, descobriram, esses filões de mercados que estão empreendendo, eles estão fazendo novos negócios na cidade e esses novos negócios sem dúvida alguma são novas oportunidades de emprego, então a cidade vive, é um outra fase, vive uma fase de ascendente e que o objetivo é fazer com que é isso não pare, tenha continuidade e que Y se coloque naquele pólo que é convergente da região que é por determinado tempo, mas que acabou perdendo alguns espaços por exemplo, Braço do Norte, hoje se destaca na moldura, sendo a capital Sul Americana, não é que isso seja ruim, isso é bom, mas é Y vai perdendo referência partir do momento que não explora é com eficácia uma determinada área e cidades e seus redores, cidades da vizinhanças e acabam descobrindo os filões e vão, vão crescendo, ma há um clima muito positivo, principalmente é das pessoas que acompanham os números, que lêem a cidade no dia-a-dia, de que há uma ascensão, há um crescimento e o que se quer, agora, com as próximas eleições, é justamente garantir que, que continue o crescimento e não que haja uma interrupção.

PA17: *Sobre a relação entre o poder executivo e o legislativo? Muitas vezes, nota-se um jogo de interesses na votação de determinadas leis. Como você vê isso?*

C3: A relação do executivo com o legislativo em Y, é, atravessa uma fase é que foi criada uma fase que eu considero boa, excelente que foi criada pela bancada do PMDB na gestão passada. Na gestão passada, [...] a

bancada era do PPS, PPB, porque essa sigla vai mudando conforme o vento, conforme a maré que dá lá pro lado do mar, vai mudando então eu já não sei mais como é que era e a bancada do PMDB fazia, era a bancada da oposição, mas nós criamos um sistema de trabalho, que depois acabamos sendo aplaudido pela população, quando nós tomamos a seguinte decisão, aquele que for bom pra cidade, nós vamos votar favorável, nós agimos dessa forma, e hoje nós temos moral, uma vez que nós somos governo hoje, que o PMDB é governo, nós temos moral pra cobrar dos demais vereadores que também, é, atuem dessa forma porque nós agimos também dessa forma, então até agora, nenhum projeto importante do executivo foi reprovado, eu digo isso, até com um certo orgulho, porque eu sou um líder do governo e a minha responsabilidade como líder do governo é não só explicar os projetos do governo, mas convence os demais vereadores a votar favoravelmente aos projetos do governo, então, por isso, eu considero que há um relacionamento responsável é porque há um relacionamento positivo é no sentido de se aprovar aquilo que é bom pra cidade, não quer dizer que não há questionamentos, não quer dizer é que, de vez em quando, não tem um ou outro vereador que queira é faturar, principalmente no período pré-eleitoral, é tá pedindo vistas em determinado projeto pra retardar o, a votação pra que o prefeito tenha dificuldade e, de vez em quando, há alguma tentativa neste sentido, é, mais nenhuma dessa tentativa, elas prosperaram a ponto de impedir que um projeto importante fosse aprovado. Todos eles foram aprovados, então, isso eu considero um relacionamento responsável.

PA18: *O que é pior num processo eleitoral?*

C3: É a falta de consciência do eleitor que, pressionado pela dificuldade econômica, acaba trocando seu voto. É, infelizmente, por mais que se faça campanha na televisão, por mais que algumas instituições estejam engajados e de fazer esse esclarecimento, há ainda uma faixa grande do eleitor que ele faz do seu voto não uma arma pra melhoria da coletividade, mas ele faz do seu voto uma arma pra resolver alguns problemas seus imediatos, e quando se trabalha no sentido de resolver o imediato acaba se perdendo o coletivo, infelizmente isto ainda é muito ruim, muito difícil de convencer o eleitor que é que atua dessa forma, é mas pra isso só tem uma justificativa, como eu falei, é a pressão, a pressão é pelas dificuldades financeiras econômicas, ainda é o eleitor que está com a sua luz cortada, porque não deu pra pagar o talão da luz, aquele que não deu pra pagar o talão da água, aquele que ganha pouco e uma cesta-básica faz diferença no orçamento dele e, nessa hora, não titubeia em dar o seu voto pra aquele que lhe satisfaz necessidade imediata. Isto é péssimo, isto é, isto é ruim, isto faz com que determinadas pessoas que não têm a menor condição estar na Câmara de Vereadores acabam se elegendo por se, se tiver um bom poder aquisitivo pra fazer essa troca com esta faixa de eleitor que ainda se sujeita a fazer esse tipo de negócio com o seu voto. É alguma coisa extremamente complicada até porque, se nós olharmos no nível macro, a democracia da América Latina é alguma coisa muito frágil, é alguma coisa é que parece que não vai se consolidar e isso se dá justamente pela pelo nível de pobreza e também de ignorância da maioria da população. Então, nós vivemos sempre com a corda no pescoço, é, temendo que no Peru, vai dá mais um golpe, que na Colômbia a guerrilha ou o narcotráfico vai tomá conta, no Brasil há toda essa apatia onde não se faz uma discussão política, mas se faz uma discussão a nível de privilégios, corrupções e interesses, enfim, esta, esta, esta situação de extrema pobreza e ignorância de uma parte substancial da nossa população coloca a nossa democracia em risco é, numa situação que não se vê como sólida e, que, de certa forma, também prejudica o país, o seu todo, porque as grandes questões, elas acabam são sendo discutidas, as grandes questões elas acabam não estando na agenda de qualquer que seja a eleição. Por outro lado, há estudos muitos interessantes, é uma coisa que eu gostaria de estar discutindo noutro nível, que são os dados que vêm mostrando que também o período democrático não contribuiu pra melhoria da qualidade de vida das pessoas. É uma, é uma antítese, é uma paradoxo, é alguma coisa que precisa ser melhor debatido é um exemplo bem claro no Brasil nós vivemos praticamente duas décadas de democracia, mas, em compensação e desgraçadamente, também vivemos duas décadas perdidas com relação ao crescimento econômico, Produto Interno Bruto do país não cresceu e isso tem se verificado em outros países também, daqui a pouco, se isso prospera começa vir a seguinte interrogação: vale a pena lutar pela democracia? Se a democracia não melhorou a qualidade de vida das pessoas, então é alguma coisa instigante, alguma coisa que eu acredito que tenha que dar no nível das discussões porque pode significar uma ducha de água fria, pode se significar um desencanto das pessoas pelo regime democrático e até um saudosismo pela volta da ditadura, sejam pelas civis ou militares.

CANDIDATO 4: concorre ao cargo de Vereador

PA19: *Por que se candidatar?*

C4: Me candidatei pra concorrer a uma cadeira na Câmara de Vereadores para dar continuidade ao trabalho comunitário, já que o lema do partido [...] é trabalho comunitário.

PA20: *Como vê a presença da mulher na representação da Câmara de Vereadores?*

C4: Muita diferença, porque antigamente a mulher só servia pra fazer serviços da casa, hoje ela tem seu espaço conquistado e vamos dar continuidade também a esse trabalho da mulher, a esse espaço que a mulher hoje tem na sociedade.

PA21: *Como vê o município hoje no contexto estadual e nacional?*

C4: É, X, ela é quase como, tem todo o potencial pra ser uma cidade reconhecida nacionalmente, mas pelos políticos que nós estamos tendo, ela tá meia é desaparecida, então vamos trabalhar pra que X cresça junto com os candidatos novos que estão surgindo.

PA22: *O que é pior num processo eleitoral?*

C4: A pior coisa numa eleição, que eu tive muita dificuldade, foi a troca de voto, isso deveria mudar na cabeça de cada eleitor, porque eles querem a coisa já, troca já pelo voto, então isso daí tinha que ser uma coisa trabalhada com a cabeça de cada um, mas é... na, nas telecomunicações em tudo que a gente tem, é, nós deveríamos aproveitar isso pra mudar a cabeça do nosso eleitor brasileiro.

PA23: *Sobre a relação entre o poder Executivo e o Legislativo? Muitas vezes, nota-se um jogo de interesses na votação de determinadas leis. Como vê isso?*

C4: É. É mais um problema, mais uma barreira que eu tenho medo de chegar lá e não conseguir fazer tudo o que eu penso, tudo o que eu quero. É a, os adversários que eu vou encontrar dentro de uma Câmara de Vereadores, e eu acho que se o Prefeito for da oposição e se for um bom projeto, por que não aprová-lo? Só que nós temos que com muita capacidade de cada vereador do [...] cobrar isso aí e até o final e até vê cadê o projeto, o trabalho conquistado.

PA24: *A formação escolar interfere no papel de um vereador?*

C4: Não, a gente tem que ter um pouquinho de capacidade né, um pouquinho de capacidade, um pouquinho de estudo, mas cada ser humano tem capacidade, tem visão pra não ser manipulado por muitos né, pelos poderosos chefões que hoje estão aí, por isso que nossa política tá assim.

CANDIDATO 5: concorre ao cargo de Vereador

PA25: *Por que se candidatar?*

C5: Primeiro, porque eu achei que nós tínhamos que ter a uma grande representação de mulheres. Visto que no nosso município, as mulheres na política estavam muito distantes e também porque na área do magistério, nós não tínhamos na Câmara de Vereadores representantes. Então, por isso foi um dos motivos e outro também por estar junto com Fulano e Beltrano por serem candidatos competentes, organizados, isto também se daria uma força, ter representante vereadores também ao nível deles né, por isso foi um dos motivos me candidatei.

PA26: *Como sua formação acadêmica a ajudará em seu mandato?*

C5: Olha, eu sinto que isso é muito importante no trabalho na comunidade, mas também em campanhas se observa que o povo ainda esquece muito isso, ainda existe aquele político que tem um grande empresário por trás, né, pessoas líderes das comunidades que fazem o nome desses candidatos e, muitas vezes, sem ter até um grau de instrução, hoje estamos ainda bem na frente, bem frente, né. Sendo até bem vistos na política. Eu vejo, vi dessa forma, mas na política eu acho muito importante que a pessoa tenha né, um grau de instrução até por sinal, um curso superior, até se a lei fosse de outra forma que se fosse exigido que um candidato tivesse um nível, um segundo grau, né, no mínimo isso, seria muito importante. Até então, conhecimento, depois de uma Câmara, de uma representação de projetos, de uma visão, de, de representação de projetos que ele poderia, né, enfrentar e ajudar até o próprio município das necessidades. Eu acho muito importante até porque hoje o grau de instrução está sendo exigido em vários setores, né, então porque não na política também.

PA27: *Sobre a relação entre o poder executivo e o legislativo? Muitas vezes, nota-se um jogo de interesses na votação de determinadas leis. Como vê isso?*

C5: Infelizmente isso ainda acontece muito. É isso que também eu penso que, se os eleitores né, vissem que o candidato seria muito importante nesse momento porque é aquele candidato consciente, aquele candidato que realmente pensa na população, pensa em benefício, pensa em crescimento do município, ele não vai pensar na individualidade, em benefícios próprios, ele vai, sim, pensar num todo. Então, por isso eu acho muito importante que o vereador, ele seja aquele consciente das necessidades da do município.

PA28: *Qual o verdadeiro papel do vereador?*

C5: Olha. Eu penso que pelo que eu observo, né, pelo que a gente já leu e agora na preparação também pra campanha e de conhecimento que a gente tem, ele a princípio, ele tem que estar, ele tem que aprovar os projetos né, ter conhecimento dos projetos, aquilo que for de importante pro município, pra população, fiscalizar as verbas, vindas pra prefeitura, de uma certa forma fiscalizar assim toda o a prefeitura, os setores, de maneira geral, todos os setores, de que forma está sendo empregado as verbas, né, e antes mais, tudo também, a aprovação dos projetos, fiscalização e aprovação.

PA29: *A comunidade pode participar de que forma do processo?*

C5: É. Eu. Um dos outros motivos também que não havia citado, que me levou a me candidatar foi porque eu gostei do plano de governo do Fulano, por ser uma ação comunitária. Porque eu penso que enquanto a comunidade, ela participar, a, os interesses, as necessidades vão ser mais fáceis de ser resolvidas [...]. Desde do momento agora da eleição, ele foi na comunidade e sentiu as necessidades da comunidade, participou desses anseios que a comunidade colocou, isso aconteceu nas reuniões em comunidade, então, a partir dali, se caso for eleito, ele já sabe das necessidades de cada comunidade. Então, dali pra frente, caso eleito, ele só deverá procurar lembrar dessas necessidades e procurar atingir, juntamente com os projetos vindo do prefeito. Porque o prefeito, o prefeito, também participou dessas, dessas ansiedades, dessas necessidades, reivindicações que a comunidade fez.

PA30: *O que é pior num processo eleitoral?*

C5: Olha, o que eu sinto hoje o pior numa eleição é que as pessoas, os candidatos hoje com grande potencial de mostrar um grande trabalho né, pessoas responsáveis, pessoas honestas, pessoas preparadas pra desenvolver um grande trabalho no município. Muitas vezes deixam de ser eleitas porque não têm uma grande representação nas comunidades, cabos eleitorais, né, não ter forças de empresários, não ter até mesmo situação financeira, porque, aí, eu observei que há um gasto muito grande e a aquele candidato que de repente gastou bastante dinheiro em diversas propagandas e cabos eleitorais e até mesmo em ajuda financeira, né, e é em determinadas pessoas, isto leva essa pessoa até vir de repente se eleger, então eu senti pior coisa foi essas as pessoas muitas com bastante condições por não terem esses determinado itens, recursos, deixarem de ser eleitos. E até me senti assim, muito frustrada, também na política porque ainda encontramos pessoas que procuram vender seu voto, procuram trocar seu voto por determinadas objetos, determinadas coisas, ainda está existindo muito aqui em X. Eu pensei que já havia mudado, mas ainda está acontecendo e deixando, muitas vezes, de analisar o nível da cultura, o nível de desenvolvimento que a pessoa poderá depois caso eleita, poderá fazer. Ainda está a desejar em X.

PA31: *De que forma o município atenderá às reivindicações dos professores?*

C5: Oh. Em primeiro lugar eu acho, eu penso, né, que jamais um profissional deverá trabalhar com ânimo com o salário atrasado. Isso eu passei por situações no estado e acontece no município e eu penso que isso aí, é repercute muito mal. Até na vontade de trabalhar. E salários atrasados? Isso não acho, não concordo com isso. Se caso for eleita, eu cobrarei bastante. E em segundo lugar, o plano de carreira, o profissional tem que ter o plano de carreira, até pra se motivar, ter uma motivação e em terceiro lugar também ele, o, o magistério ele precisa ser levado em muita consideração, porque a educação hoje ela é um ponto muito importante no desenvolvimento do povo. Então, o professor ele é uma mola hoje muito importante na sociedade. Ele tem que ser valorizado, em cursos, na remuneração e acho, dessa forma é uma das primeiras experiências que eu sinto aqui em X, né. Eu talvez depois em contatos, depois com o pessoal, com as reivindicações, mas diretamente do magistério, até como vereador e por ser minha área, eu pretendo depois me reunir com essas, esse pessoal, pra ver as necessidades, o que eles acham que ainda precisa melhorar.

PA32: *Como vê o município no contexto estadual e nacional?*

C5: Olha, eu vejo que sim. Isso tudo depende de uma boa administração, o prefeito, os secretariados, a equipe de vereadores, pessoas responsáveis e preocupadas com o desenvolvimento do município. Isso é muito importante. Até mesmo o plano de governo, tudo isso aí é muito importante. Porque uma boa administração, vai mostrar o município a nível estadual, a nível até de Brasil, a mostrar recursos que o nosso município hoje tem. Realmente, X hoje ela é muito esquecida, mas eu vejo que uma boa administração ela poderá mudar.

ENTREVISTAS NO DEPOIS – 2ª FASE

Candidato 1

PD33: *Antes da eleição, você disse que gostaria de continuar o trabalho dos outros mandatos. Está sendo possível?*

C1: É, em parte está sendo possível, mas é, há uma situação que considero o trabalho de vereador é, um trabalho de participação para poder ele representar o povo e transmitir ao responsável direto, né, dependendo da área, o que realmente a gente tá pretendendo, a experiência política que a gente adquiriu durante ao longo do tempo faz com que muitas vezes, a gente consiga ter uma visão mais ampla, é dos trabalhos que pode atribuir dentro de uma secretaria, por exemplo, mais é no momento em que assume um novo secretário, assume pessoas novas, lideranças novas, cabeças novas, é o trabalho do vereador fica meio comprometido, porque, porque de repente, uma falta de paciência, às vezes da própria pessoa ou que está no poder naquele momento é o secretário, de repente não, não se sente afinado com o vereador, esquece que o vereador como pessoa é uma coisa e como representante do povo deve ser respeitado, e acaba sendo ignorado e a gente acaba se sentindo triste e frustrado porque o tempo nos ensinou algumas coisas, pelo fato, no meu caso que é uma reeleição. Então, eu senti essa dificuldade, secretários novos que se fecharam, foram só é, digamos assim, companheiros na campanha e após chegarem no cargo ignoraram qualquer idéia que a gente pudesse dar, pensando talvez, é, se a gente participasse, talvez a gente poderia ter uma elevação pessoal em nome da gente, mas, na verdade, o que a gente tinha dentro da gente é acima de tudo, era um compromisso com o povo até pra poder tu, corresponder aquilo que o eleitor te pediu na campanha, assim por diante. E acima de tudo uma satisfação pessoal e partidária, até porque a gente, tá num partido, que que o nosso partido faça o melhor, então, a gente acaba querendo ser voluntário em todas as secretaria e gostaria assim que tivesse a secretarias a visão de que o vereador, independentemente do partido, ele pode ser um carregador ou ele ter junto dele uma série de idéias que ele também cap..., capta no meio do povo, então, às vezes até serve como, isso serve até como, defesa pra própria secretária ou secretário, né, usar. Por exemplo assim: ah! Essa idéia de repente foi, ela pode ser, deve ser acatada e ... e veio de um vereador, então, por mais que vá alguém beneficiada, que seja, próximo essa secretaria ou algo parecido. Ela, na verdade, se isenta, então, a minha referência essa. Então o meu, o meu trabalho como vereador, ele ficou muito assim, achei que como fui secretário da administração, e como já fui vereador da outra vez, tenho uma base de conhecimento das leis do município, e na, assim, por exemplo, poderia ser é um uma participação muito proveitosa em todos os setores da prefeitura, desde a administração, educação, saúde, e assim por diante. Até porque represento uma região que é distante da sede que tem pouca assistência, que tudo pra eles é mais difícil, que quem mora próximo ao posto de saúde tem mais assistência, quem mora perto da secretaria tem mais facilidade. Nós lá, não temos

nada, estamos no mínimo 26 a 30 km daqui da sede, toda a vez que a gente, precisa de qualquer coisa, qualquer solicitação, temos que pegar, quem tem carro, ir de carro, quem não tem, tem que vir de ônibus e perde no mínimo uma manhã inteira, aí atrás do pessoal que é responsável pelo setor. Então, eu sinto isso, foi uma das constantes reclamações da minha região [...] e a gente veio pra tenta melhorar isso daí, mas, não sei, acho que não melhorou.

PD34: *À educação, você disse ter dado bastante atenção nos mandatos anteriores, faltaria, então, saúde e agricultura. Já conseguiu concretizar algo nesse campo?*

C1: Eh, na parte da educação, eu vejo que se manteve, embora eu tenho, eu sinto assim, que há, ainda poderia melhorar muito mais na área da educação. Sou muito crítico nessa área, que acho que aqui tá um fator importantíssimo para o nosso futuro. Ali tá, nós podemos é, se houvesse, um investimento maior, e uma participação maior, com certeza, a gente poderia tá colhendo mais frutos, mas não considero um trabalho ruim, mas poderia ser melhor. Quanto à questão da, da, da agricultura é, eu ainda nesse campo sou muito crítico [...]. Agricultura como eu tive agora olhando deveria ser um espelho, e exemplo para os demais municípios, mas considero que só se está se fazendo a mesma coisa que sempre se fez. Não tá tendo nenhuma mudança, nenhuma melhora, não há um estímulo para quem é da agricultura, desde a nível nacional e inclusive o municipal. Então, há também, claro, não a culpa é só do prefeito, mas os próprios funcionários da área, né, onde quando se precisa de um veterinário, de, di, de um assistente, da, da área, da agricultura, hoje tá muito carente, não se tem técnicos à disposição, pra, de repente, lá junto do agricultor, que é um cidadão que, de repente, tem um pouco acesso às informações atuais e acaba achando que plantô o milho, o feijão à moda antiga é a melhor solução, e às vezes a gente acaba perdendo solo rico para outras plantações, pra outra cultura, e, no entanto, eu vejo que não só isso, mas como é uma classe desassistida, como a gente sabe que em nosso país, é a no campo do município, eu vejo que o nosso agricultor tem dificuldade até de tirar uma nota fiscal do produtor. Ele tem dificuldade de acesso, tem que se limitar a horário, então, eu, eu esperava muito mais da área da agricultura. Mas também não tive acesso tanto quanto na educação pra interferir e tentar pelo menos, é, levar algumas idéias novas, né.

PD35: *Sobre a área da saúde?*

C1: Na questão saúde, é, o caso é muito crítico. Porque a saúde na verdade, a nossa região tá muito carente, e nós acabávamos é que tudo trabalhava em torno de Florianópolis. Agora que pode haver uma mudança talvez, com o novo sistema de governo estadual, né, tentar descentralizar essa questão de saúde, mas no nosso município, em especial, de repente, faltou é falta, faltou iniciativa do próprio prefeito de não ficá só bancando apenas um plantão, deveríamos fazer com que a saúde fosse[...] discutida uma reabertura ou manutenção do hospital, deveria ter feito uma série de debates, conversações em torno da saúde do nosso município, o PSF, programa da saúde da família, ele foi instalado agora no final do mandato do Fernando Henrique, é, as pessoas, isso porque a gente como vereador ameaçou mais de ma vez, interferir nesse processo e achamos assim um pouco caso, é um fato de o nosso município não se adiantar enquanto todos os municípios já estão trabalhando certo [...], não deixa de ser melhora na saúde para o nosso pessoal que é mais carente, tem menos assistência, mas a saúde em X ela acaba, muitas vezes, sendo somente pra fazer política porque tu acabas percebendo que o pessoal que tem dependência na Secretaria da Saúde, acaba elogiando bastante o trabalho de um Secretário porque conseguiu um carro pra ser transportado até Florianópolis, porque de repente conseguir uma consulta de graça. Entende, há muita coisa obscura na saúde, não se sabe, não se conhece de fato, o que que o povo tem direito [...], consultas, oftalmos, enfim, tanto é que é, na verdade, assim se houvesse uma quantidade projetada programada, poderia se facilitar estimulando a venda pra cá dos médicos oftalmologistas, enfim, em todo as áreas, enquanto que o pessoal acaba, quem tem o poder de administrar a saúde, acaba simplesmente é mandando pra fora, estimula os outros municípios, o nosso pessoal acaba sofrendo pra ter assistência médica [...]. Um carnaval no hospital não se dá uma determinação, o prefeito não toma uma posição porque não quer ferir sentimentos e assim vai, na verdade, a responsabilidade da saúde é do município. O hospital não, mas a saúde sim, mas como o hospital significa, é o ponto hoje é fundamental pro nosso pessoal, deveria ter assumido pelo município, o prefeito poderia te assumido o hospital e acabado com a novela, do da administração lá que o hospital sempre teve lá, com a sociedade vitalícia e, assim, por diante como a gente sabia que existia e pensar num bem-comum, no geral, se fosse preciso levar um posto de saúde central pra dentro do hospital, unir as forças que ele já tivesse lá junto com o próprio hospital, posto de saúde e centralizava a princípio, até dava assistência a locais mais distantes e devido é de forma justa aquele que é do cidadão, quem mora próximo de X não pode ter assistência melhor do que quem mora em comunidades que é mais distante. E isso infelizmente acontece no dia de hoje e não sei se vai mudar nesse mandato.

PD36: *O trabalho fica preso a favores individuais?*

C1: Sim, fica muito preso, principalmente isso daí. Há um conselho também municipal da saúde, também é uma vergonha, não funciona. Tanto quanto não funciona o conselho alimentação que não se sabe direito quem é que faz o balanceamento, cardápio, quem é o responsável pela alimentação dessas crianças, entendeu, e assim por diante, eu vejo, que nesse processo poderia se dar mais é, é espaço, de repente até poder, aos conselhos pra que eles possam atuar mais.

PD37: *Uma promessa do atual governo foi trabalhar a liderança comunitária, lema, inclusive, da campanha. Essa conscientização houve? As comunidades estão atuando?*

C1: Na verdade, a expressão usada é reunião com as comunidades, foi o termo correto, e é o que deve acontecer nos dias de hoje até pra fazer uma assistência igualitária, não é de forma desequilibrada, ou seja, mais assistência quem mora no centro, que mora próximo da secretaria e menos pra quem mora longe, não pode então, essa questão comunitária ela, na, no caso assim, ela perdeu um pouco o ritmo e o sentido, a direção dela e acabou sendo assim um governo não comunitário, mas sim um governo de associação de Moradores se fosse registrado legalmente e tivesse afinidade com a [...], entende que tem um segmento que obedece a uma única pessoa que se chama Sicrano, então, na verdade, o prefeito devia fazer o quê? Hoje as comunidades, independentes de Associações de moradores ou não, o meu caso, na minha região [...] nós tivemos, na verdade, sempre na rabeira, e na ponta e na sobra dos outros, infelizmente lá não se consegue fazer Associação de Moradores [...], mas não se consegue criar porque divergências políticas e uma série de outras coisas, e aí na verdade não se tem caso, não se tem uma atenção especial e eu não considero governo comunitário, considero um governo que dá assistência pra quem tem uma Associação de Moradores registrada legalmente [...], um plano de governo de repente que simplesmente quem teve a condição de saber que existia a reunião e teve condição financeira de vim lá do sul, do norte do município até aqui na sede da cidade, foi onde aconteceu isso, deveria se fazer de repente encontros itinerantes, poderia se reunir a região sul, a região norte, porque são dois pólos distante se tem uma aglomeração grande de moradores, de cidadãos, deveria se pensar, naquele que não tem condição, naquele que não tem recurso de vir até aqui, e não só isso, mas que por uma questão de é... dignidade, também já que ia ser um governo comunitário e se desse a prioridade, no distrito faz uma reunião e se reúne lá e elege as prioridades da região sul, na região norte, a da região norte, depois, naturalmente, pode até finalizar uma no centro, onde que há de se abocanhar e agrupar aquelas que foram iguais e as diferentes pra gente acaba priorizando com, com, conforme com o lema da administrando do governo comunitário.

PD38: *Na primeira fase das entrevistas, você respondeu que o pior numa eleição era a falta de conscientização do povo, que às vezes não pensa no coletivo, mas no lucro individual. Isso continua sendo o pior?*

C1: Bem, pior é, na verdade, essa questão fala muito alto. Quem tá no poder, abafa quem não tá no poder e a gente acaba muitas vezes fazendo um bom trabalho e acaba se desfazendo por si só, por essa pressão, por esse tipo de consciência que ainda tem na cultura do nosso povo. Por de repente trocado a iluminação do campo, ver trecho de estrada, drenagem do valo, isso aí, faz com que a pessoa perca a consideração pelo trabalho do, o agente comunitário, do vereador lá que esteja fazendo ou o líder da comunidade e lá foi o bom, infelizmente já vimos como foi agora pra deputado, tem deputado que ninguém nunca viu passar pelo determinado bairro de X e nunca fez nada por aquele bairro e de repente aquele que fez, não levou nenhum voto, levou um, foi bastante, o outro levou, dez, quinze, vinte votos. Então, que é que fez votar naquele deputado desconhecido, simplesmente o trocado do dia, o favor, e assim vai.

PD39: *Você comentou que o município poderia crescer pela via do turismo. Como ficou essa área?*

C1: Algum avanço já até porque o aeroporto é uma das coisas principais, e eu penso assim, até porque através dele já tá se organizando melhor e pensando diferente na questão turismo. Porque o turismo, na verdade, foi a nível de X, se a gente for avaliar, é as melhores idéias ou as maiores na verdade, elas vêm das pessoas que vêm de fora, chegam aqui e trocam as idéias e passam esse conhecimento e, então, eu considero que até agora foi usado no turismo, mas para dizer que tem a secretaria, que tem mais efetivamente, né, daí a gente não consegue nem se quer finalizar os nossos pontos turísticos. Tu entra em X hoje, tu não sabe pra que lado tá indo, tá indo pro norte, pro sul, pra praia, pro morro, não tem uma placa indicando, não tem uma sinalização, não temos um portal turístico, já que nós sabemos que existe uma demanda, existia muito forte dos Argentinos e assim por diante, mas enfim, de outras regiões, dentro daqui do próprio país, é, tem que ter também a conscientização aí por isso que eu digo o trabalho do vereador, do líder político, ele vai muito além por quê? Porque a gente, é tem que participar lá na Secretaria de Turismo, incentivar eles, os líderes do turismo, a convencer e com como conseguir o espaço na educação pra ser incluído no currículo do município, né, aula sobre turismo, e vários outros setores a gente poderia estar engajado nisso daí. Então, na verdade, assim, há uma dependência entre as secretarias e assim por diante, mas na parte turística, eu penso assim, que ainda somos carentes acima de tudo,

peças que tem, né, ampla e evoluída idéia de turismo, e só que esbarra na questão política que a pessoa que vai ocupar o cargo, que ajudou o prefeito a ter voto e de repente, sabe-se lá que a pessoa tem afinidade ou né, ou até mesmo capacidade de setor que tá. Então, mistura-se muito e nesse aspecto, a gente vai perdendo espaço, de repente é atrapalhando o crescimento, se não deixar crescer, mas atrapalha, porque aí tu chega aí de repente, nós, às vezes, vimos lá um lanchão, lá com, com, com, sei lá, de, di [...], não existe condição de se ter um lanchão, porque não tem piso, não tem um banheiro decente, porque não é o ponto decente, não tem higiene, não tem nada, aí tu fica contente, porque nós aqui, se acostumou com esse tipo de vida agora, quem vem de fora acha uma naba, porcária. Então, na verdade, assim, temos um potencial turístico muito forte, mas precisamos mudar a cabeça das crianças [...] trazer, realmente, dar oportunidade pra gente de outra visão, de outros pensamentos, tentar trabalhar isso com a gente.

PD40: *Você falou, antes, que o vereador faz com que o prefeito trabalhe ou fique amarrado. Isso ainda incomoda o seu trabalho?*

C1: Na verdade, isso aí é a realidade de todos os municípios, e embora não foi a realidade deste, [...], mas esse poder, vereador tem né. Então, acaba-se, porque o vereador não pode aprovar uma lei que ele já não venha entender ela, e saber detalhes dela, então, isso pode levar muito tempo, que é onde amarra muito o prefeito e quando não há integração do prefeito com os vereadores, piora mais ainda. Porque aí o prefeito fica mandando pacote surpresa pra Câmara, até os vereadores lerem e entenderem, é, vira um tempo muito desgastante. O prefeito, às vezes, tem o prazo e aí quando eles vejam e vai-se enrolando cada vez mais, então, pra administrar a cidade, a pessoa tem que tê, acima de tudo, ela ter uma visão e não pode desperdiçar a vontade, a experiência e a ajuda de qualquer cidadão de X. Principalmente dos vereadores, ignorar o Poder Legislativo, porque lá não se tem maioria ou porque de repente tem vereador lá que o prefeito ou secretário não gostam, acho que isso acaba sendo realmente o que aconteceu em X, é o reflexo de X, nós podemos olhar a todo instante e vê que a gente considera X um município que dorme, agora talvez possa se acordar com o barulho dos motores das turbinas dos aviões, porque se dependesse da própria X se levantar ia ser sempre difícil [...], é quem paga o pato é o povo, mas quem gosta assim muitas vezes é o povo.

PD41: *Se a política gira em torno de anseios individuais, poderá ser via de benefício para o povo?*

C1: Penso que só vai mudar com o passar do tempo e tá inserido na nossa cultura, se nós realmente tivermos educadores que não vai pra sala de aula falar de partido e defendê que o militarismo, que era bom ou que a democracia e a esquerda que é o melhor e assim por diante, mas ter a responsabilidade de passar a visão correta e a criança aprenda de repente sem, é, puxar mais pro lado ou pro outro, a coisa pelo certo e nós tivermos, de repente, como falei uma mudança na nossa cultura, na nossa civilização, a gente deveria parar de vender votos, [...] trabalhar, e as pessoas valorizar e votar. Mas, no momento a minha visão da política é negativa, ela não tem condições de mudar já, né. E desestimula e afasta as pessoas que realmente de fato têm vontade política pelo nosso município. Fora isso, né, a gente entende também temos deixar registrado uma situação que a do trabalho político de um vereador, ele pode ser detonado também, simplesmente por impacto político dentro do partido político como foi o meu caso recentemente. Simplesmente, né, passei por um processo próprio pessoal do partido que já tava com mão nos trabalhos é fica botando, o político é, ele passa por essa etapa também, não é só o trabalho dele. É que tem pessoas que realmente fazem questão de detonar aquilo que tu faz, ou aquilo que tu não podes fazer por entendimento legal, pode ir ser levado pro outro lado e tu acaba tendo um desgaste violento. Isso é um processo, no campo político, na parte, eu ainda, no momento, hoje, hoje a minha visão ela é negativa. A política tem a porta que nos dá soluções, mas a politicagem ela acaba se sobrepondo e a gente quando vê, de repente, a pessoa que tinha condição não assumiu, quem acabou ganhando o cargo foi um cara lá que de repente não era o ideal e aí começa, é um trem.

CANDIDATO 2

PD42: *A população conseguiu se conscientizar do papel de participação ativa em seu governo comunitário?*

C2: Na minha avaliação sim. Claro que isso é um processo gradativo e evolutivo que precisa de um amadurecimento maior, mas pelas parcerias que têm surgido, pela vontade das organizações, pelo fortalecimento das organizações que quando nós assumimos, que estava desativada, nós conseguimos ativar ou criar oito novas entidades. [...], então na minha avaliação, a população está se conscientizando até de maneira muito rápida.

PD43: *Você, na época, falou da grande dificuldade que enfrenta o país na política agrícola. Qual a perspectiva em relação a isso hoje?*

C2: Continua no Brasil um grande êxito, uma grande saída pra agricultores, pra pequenas propriedades, principalmente, a agricultura familiar, para os centros urbanos, e com isso tem sido, tem tirado a familiarização e a marginalização na área urbana. Claro que, lentamente começa haver um processo de volta, mas como não existe uma política agrícola segura para que o agricultor tenha mais renda e uma vida mais digna. Nesse processo, ainda é muito crescente e o Brasil vive um drama muito grande, por causa disso, ele bate recorde na produção de grãos, mas, cada vez menos tem agricultores na agricultura. X não foge à regra, porque hoje poucos produtos são compensadores, quando as grande propriedades conseguem, consegue produzir em grande quantidade e diminuir o custo de produção. Agora, a família rural, propriedade familiar tem uma dificuldade muito grande, porque não temos a nível de país, não tínhamos, né, agora estamos acreditando que vão ter, um governo que centrasse mais recursos para a pequena propriedade. Então, o Brasil, que tem em Santa Catarina um modelo de agricultura um pouco diferenciado também, caiu nesses últimos 10 anos mais de 50 mil [...] e a previsão muito mais gente nos próximos 10 anos e é tão preocupante que hoje nós temos menos de 20% na agricultura em Santa Catarina já, estado em que era modelo agrícola no país, então é um processo difícil e que o Brasil tem que se preocupar muito, se não houver inversão de imediato nessa situação, nós vamos ter o empobrecimento muito grande na área rural e problema de violência muito grande [...]. Na verdade, não se investe na agricultura familiar, e, com isso aí [...] terras pequenas, e os pequenos não estão preparados para ir pra cidade. Eles pensam que isso aí não acontece aqui. Acontece em X também. Hoje X já tem cerca de 9.000 habitantes, na área urbana e 7.000 habitantes na área rural. Coisa que há 5 anos, atrás, não tinha.

PD44: *Na época, sobre o que seria pior numa eleição, você disse que era a politicagem. Continua elegendo isso como pior, ou outros entraves tornaram-se evidentes depois da vitória?*

C2: Eu acho que numa eleição ainda continua sendo a politicagem. Eu acho que o povo não conseguiu ainda diferenciar quem são os políticos que fazem a política correta e discriminar que não fazem, o povo elege ainda os que fazem a política correta como foi a eleição nossa, mas elege muita gente que faz a prática da politicagem, usa a política pra seu bem próprio, não defende o coletivo, não defende as entidades, não defende o povo. Eu acho que continua sendo o grande mal da política nossa. Isso X não foge à regra, Santa Catarina não foge à regra, o Brasil pior ainda.

PD45: *Há possibilidade de mudança?*

C2: É um entrave, por isso que criamos um governo comunitário, onde você fortalece unidades comunitárias, força cada bairro, cada comunidade a ter e sua Associação de Moradores. A associação, ela tem mais poder, além do poder, organizar a comunidade, tem o poder de reivindicação, de apresentação e uma administração que não tem medo da organização do povo, tem que organizar mesmo o povo, então, pra fugir da questão individual é fortalecer o movimento comunitário, onde hoje, X, quem comanda o hospital é o movimento comunitário, e quem vê fins nas prioridades de governo são as entidades comunitárias. Então, é realmente um entrave esse individualismo. Individualismo hoje, ele não agrega nada. Agora X, tá tendo uma consciência muito grande, uma inversão de valores muito grande. Eu acho até que no final do ano que vem, no final do nosso governo, X vai estar modificada e quem me suceder vai ter grandes dificuldades senão trabalhar coletivamente.

PD46: *Uma das propostas foi a geração de empregos, com incentivo à indústria, por exemplo. Tem conseguido satisfazer essa necessidade?*

C2: É claro que a geração de empregos, não depende exclusivamente somente da Prefeitura. A vinda do aeroporto regional, a gente sente um momento diferente também, uma vez que estamos atraindo investimentos. A curiosidade é muito grande e a esperança também. E o aeroporto regional é uma alavanca pro crescimento do município e da região. Porque um aeroporto, o passageiro fica, então ele tem sentido que muitos empresários estão ligando, mas também estamos intermediando a construção de uma empresa que fabrica componentes eletrônicos de motos, que exporta pra América Latina. Essa empresa adquiriu o terreno no ano passado na comunidade tal, às margens da BR-101, a prefeitura deverá fazer a terraplanagem e deverá começar a construção do pavilhão dela, em março/abril, já que tá operando no segundo semestre, vai gerar 70 empregos. E aí vai investir pesado, vai investir um milhão e meio de reais, temos agora também a construção de um posto de combustível credenciado pela Petrobrás, [...], posto onde vai funcionar 24 horas, depois pede um padrão excelente pra área turística. Também nós estamos negociando a construção da fábrica de tintas, já com sua área, uma empresa que também beneficia fumo, está também intermediando negociações com a Prefeitura Municipal. Estamos avaliando se é benefício ou não, não decidimos ainda, enfim, na área turística, nós temos duas empresas, na área turística, duas agências de viagens, que deverão se instalar em X, e eu sinto que o comércio começou a se fortalecer, as praias, nunca houve tantas construções [...]. Esse pessoal investe é porque acredita. E acreditando vai gerar emprego, tudo isso tá gerando emprego, também a construção civil. Eu falei que se você

atrai o investimento por causa do aeroporto ou da área turística, as praias começam a construir e hoje tem emprego direto na praia inverno e verão. Empregos que a gente não sabe quantificar, mas sabemos que ultrapassa 150 empregos, gerados pela construção civil de forma permanente. Investimento interessante. Mas não temos uma carência muito grande e vamos buscar mais investidores. [...] Sem falar, nas agro-indústrias, né. Agro-indústrias, eu fiz um desafio, eu quero que um grupo de agricultores se reúna, forme a primeira cooperativa e a Prefeitura deve investir num bom recurso para motivar o, a forma associativa de negócios da área rural.

PD47: *O país está muito longe de uma verdadeira política, disse você na época. Hoje, acha que está perto?*

C2: Eu entendo com a eleição do Lula, o nosso Governador Luiz Henrique, o povo mostrou que sabe diferenciar as práticas políticas, onde principalmente a nível federal houve uma vitória esmagadora do Lula, onde um operário passou assumir o maior cargo do país. Eu acho que é uma forma dura de votar e uma esperança também. E na minha avaliação até que está mudando, esses conceitos, mas também sentiu-se ainda muita prática, muita coisa errada, muita politicagem, mas eu entendo que é um processo de mudança que começou há uns 10 anos e, se o governo Lula conseguir exatamente cumprir as metas que estabeleceu, o povo vai continuar sabendo votar.

PD48: *Como é a relação do Poder Legislativo com a Prefeitura em seu município?*

C2: É eu entendo o seguinte, tive todos os projetos aprovados e eu não misturo as coisas, eu acho que o Legislativo é um poder independente, ele elabora as leis, ele fiscaliza o executivo. Nós temos que entender que essa é a função de cada vereador e eu entendo que a Câmara tem se comportado bem nesse sentido, claro que algumas exceções de alguns vereadores, muitas vezes, age de forma individual, mas são dois ou três vereadores que consegue levar a política para, para este caminho. Mas no geral, eu tenho que ainda agradecer à Câmara de Vereadores porque eu tive mais de 40 projetos aprovados no ano passado e tem dificuldades, existe. Só que a gente trabalhando de forma comunitária, você não esconde nada, presta conta pra cidade comunitária, prestando contas pras entidades e a Câmara tá prestando conta pro povo. Eu acho que esse diferencial fez com que a Câmara também entendesse que não existe só a relação de força entre vereador e prefeito, existe um prefeito, um vice-prefeito, secretários e diretores para organizar, para comandar o município, mas tem que ter o apoio deles. Então, eu chamo a todos a responsabilidade sempre. E nunca gostei de nenhuma proposta indecente, então ninguém me faz, nenhum vereador me faz proposta indecente, sou muito respeitado, só tenho a agradecer aos vereadores.

CANDIDATO 3

PD49: *Você conseguiu dar andamento aos projetos anteriores à eleição?*

C3: É. Com certeza, o que nós começamos, nós demos seqüência, mas é evidente que de um ano pra outro, é, surge situações que acabam levando as necessidades de uma adequação, ou até mesmo de uma inadequação. E, essas situações que vão surgindo, é obviamente interessante, porque permite que a gente aprofunde e amplie a visão, o que permite também trabalhar com mais consistência aquilo que já vinha trabalhando.

PD50: *A educação, como você disse na época, era seu carro-chefe, pano de fundo do seu trabalho. De que forma tem sido atendida?*

C3: Com certeza. Nós continuamos vigilantes e proponentes. Nós vigiamos aquilo que nas medidas que nós entendemos que não atende à Legislação e, principalmente, a melhoria da qualidade de ensino e onde há possibilidade e até a necessidade de propor outras formas, outros caminhos, nós também fazemos a proposição.

PD51: *Em suas palavras, você demonstrou preocupação com a falta de prestígio da própria democracia, que nessas duas décadas não contribuiu para o crescimento do país. Essa preocupação ainda existe?*

C3: Cada vez mais. E, isso se constata no Brasil e mais profundamente na América Latina. Onde quase todo o continente passou pelo processo de democratização, [...] vindos de uma ditadura militar e no entanto, nós não temos vistos crescimento econômico no sentido de melhor distribuição de renda, ou seja, o povo latino-americano está mais democrático, mas não está com melhor qualidade de vida, pelo contrário, as medidas chamadas neoliberais, elas acabaram para acarretar um grande empobrecimento da população. Haja vista a crise que e atravessou a Argentina e as crises também, tanto no Uruguai, quanto no Paraguai e a própria crise brasileira, que embora nos fale de diminuição de níveis de pobreza, mas o próprio novo Presidente da República

tem como bandeira principal a erradicação da fome do nosso país. Então, há a necessidade de continuar aprofundando a democracia, mas paralelamente, fazer uma melhor distribuição de renda pra que o, a vida democrática resume também numa vida de melhor qualidade.

PD52: *Em relação ao município, você acha que o povo continua ainda esperando de um vereador, ou de um prefeito, a solução de problemas individuais ou já está mais esclarecido, pensando no coletivo?*

C3: Não. Infelizmente, é preciso fazer ainda um trabalho muito grande. Pra começar, não há um entendimento claro da população do que que seja a democracia-participativa, ainda é do entendimento das pessoas que ela elege o prefeito e o vereador e aí o prefeito vai pra Prefeitura e vereador vai pra Câmara e lá eles têm que resolver tudo, é um entendimento, infelizmente, de que a partir dali, as pessoas não precisam se envolver mais, e outras também não se envolvem porque não conhecem os caminhos, não é. Também não sabem que estão investindo nesse poder, é de estar interferindo, nós temos agora uma administração do Luiz Henrique, uma oportunidade de através dos Conselhos do Desenvolvimento Regional, é, começar uma fase de discussão onde as pessoas participem, é, na discussão daquilo que é prioritário pra sua cidade, daquilo que é prioritário pro seu bairro. Mas isso, essa prática está longe, é como disse antes, há uma tentativa ainda de ser apenas a democracia representativa, onde o representante é, tem que fazer tudo aquilo que a população precisa. Então, há necessidade do povo brasileiro como um todo é ter a chamada de educação política, é ter, de fato, prerrogativa da participação, da participação diária, da participação constante. Eu tenho dito que o povo não cumpre o seu papel elegendo os seus representantes, depois de elegê-los, ele tem de acompanhá-lo, de acompanhar suas decisões, ele tem que estar junto, ele tem que tá cobrando e ele tem que comparecer quando o chamado pra discutir os assuntos da comunidade, mas isso ainda está distante, isso ainda está longe. É preciso, como eu disse, que se retome a educação política no nosso país, talvez voltar às comunidades eclesiais de base, como na época do Paulo Freire, como na época de uma participação mais expressiva da igreja.

PD53: *Sobre o jogo de interesses dentro da própria Câmara de Vereadores no que diz respeito à votação de projetos?*

C3: Ainda, infelizmente existe, mas há uma consciência muito grande da necessidade que todos estará atuando, no sentido de representar a coletividade. Há um policiamento individual, maior, né, de cada vereador, é no sentido de estar tomando aquelas decisões que de fato representem a comunidade. Aqui na Câmara de Y, é, através de um projeto de lei da minha autoria, nós temos fato importante nisso, que foi a supressão de qualquer deliberação, é, secreta. Então, nós acabamos com o instituto do voto secreto. Tudo aqui é deliberado às claras. É tudo por voto nominal, cada um tem que mostrar qual é a sua posição, qual é o seu voto, isso aí ajuda muito, [...]. E há como eu disse antes, uma, uma, uma consciência maior da dessa necessidade de fato ser um representante é da coletividade, é da, da, é dos interesses coletivos. Agora, tem um outro lado também, é que muitos eleitores, também eles só procuram o político quando ele tem uma decisão pessoal pra ser resolvida. É dificilmente procura é quando a decisão é de interesse coletivo, quando é de interesse da sua comunidade. Na Câmara, nós enxergamos uma situação muito clara, há pessoas no plenário, quando está se discutindo uma situação que é do interesse daquelas pessoas. Quando a discussão não mexe no interesse dessas, daquela pessoa, ela acaba não participando, e nós temos feito um apelo pra que as pessoas acompanhe as pessoas da Câmara. Elas são públicas, que estejam todas lá e pra conferir a posição de cada um, o que que está se discutindo é, e a que nível se faz essa esse tipo de discussão, mas ainda, é uma coisa também que precisa ser aprendida pela população. Seja aprendida pra ser praticado.

PD54: *A política pode desempenhar um papel de mudança apesar desse individualismo?*

C3: Eu vejo assim, quando se tem uma idéia e se quer que ela se torne prática, tem duas maneiras, né. Primeiro lugar, tem que estar no poder pra isso, não adianta ficar de fora, apenas sugerindo, ou apenas criticando, tem que tá lá pra fazer. Tem duas maneiras; tem a maneira violenta que é o golpe, onde você chega ao poder a força e tem a maneira democrática que é através do voto. Então, eu estou é tomando uma posição através da maneira democrática, através do voto, não vejo outra, não vejo outra saída, a não ser através do sufrágio, sufrágio popular, eu acredito que a política, aliás, se olharmos no dicionário, política é a ciência que administrar bem a polis, né, que é a cidade, que é a coisa pública. E, eu acredito que é através da política que se dá grandes, as grandes transformações, é através da discussão política. Agora, se a política não for discutida no coletivo, aí vira politicagem, aí vira de fato, um jogo de interesse pessoal.

PD55: *Qual o pior numa eleição no antes e no depois dela?*

C3: O que é pior numa eleição, é justamente o jogo de interesse particular. O eleitor, por exemplo, que vota se o interesse é particular meu, tiver sendo atendido, se eu estiver uma perspectiva de ser atendido, ser uma promessa de ser atendido acho que isso é o pior, que possa existir numa eleição, não é? E a partir daí, o voto passa a ter preço, né. A partir daí o voto vale um botijão de gás, o voto vale a galinha [...], o voto vale o interesse particular pessoal, né, das pessoas. Na medida que o voto faz isso aí, o voto valeu também o silêncio daquela pessoa, é a partir do momento que ele recebe um valor pessoal, ele já tem sua necessidade primeira satisfeita, ele mesmo sente que não tem que ir lá cobrar de ninguém, não é? E se ele for cobrar, alguém vai dizer pra ele que já pagou. Que estão, devidamente conversados. Então, no meu ponto de vista, isto ainda é o pior numa eleição, mas também é preciso ressaltar que esse pior ocorre também por causa de tal deficiência que esse povo vive. Se o povo tivesse, a base da população tivesse, né, um nível de vida melhor, se não tivesse essas querelas primárias, né, vale muito pra eles, pagamento de água, da luz, etc., etc. Estaria brigando por outras, estaria brigando por outras coisas, né. Tá dando que é nas regiões mais pobres que o voto tem preço, que tem um preço marcado, quando se trabalha com pessoas mais esclarecidas, são pessoas que estão votando pela postura, pela conduta, é pela bandeira de luta ou pela perspectiva que o candidato está representando, não é? Essa discussão de postura, de conduta e de projetos coletivos, isso não é, isso, essa discussão não passa por essas pessoas que querem satisfazer suas necessidades imediatas, ele quer mesmo é saber se vai ter água, luz, gás, etc., etc., que ele possa sobreviver.

CANDIDATO 4

PD56: *O magistério tem sido atendido como você gostaria pelo atual governo?*

C4: Em partes sim. Em parte sim. Eu digo que em parte porque eu ainda vejo muito o interesse próprio, o discurso é uma coisa, mas a prática acontece de forma diferente. Na parte do magistério ainda tem falta na no legislativo a desejar uma grande representação nesta área.

PD57: *Na época, você falou da necessidade de um candidato possuir algum grau de instrução. Isso tem interferido nos trabalhos do Legislativo?*

C4: Bastante. A gente que tem, eu passei a acompanhar mais de perto, ah, o legislativo, inclusive até levando os projetos da área da educação e, muitas vezes, tem que explicar de forma minuciosa e vendo que muitos não conseguiam entender. Muitas vezes, tendo que estar, hum, mais conhecedor e explicando pra eles pra que pudessem me entender. Então, isso aí me chamou muito a atenção, porque como vão aprovar um projeto se não têm grande conhecimento.

PD58: *Você condenou o jogo de interesses que ronda as votações na Câmara. Sente que isso acontece e a população está consciente ou não se manifesta a esse respeito?*

C4: Eu acho que até a população já começou a sentir, principalmente aquele que participa das reuniões da Câmara, aquele que tem maior participação, ele sente muito isso aí, observa, ele vê que realmente acontece, mas eu ainda acho que a população cobra pouco e participa pouco da... do... da... do acompanhamento do Legislativo.

PD59: *A comunidade está cumprindo a sua parte na participação?*

C4: Quanto ao Legislativo não. Há uma participação muito grande da comunidade com o executivo, eles até participam muito, eles cobram muito, exigem, né, o que a comunidade tem falta, mas quanto ao legislativo, eu senti assim, aqueles que participam se frustram é e não aceitam determinadas coisas que eles vêem, então se afastam. Ou, muitas vezes, muitos observam, vejam o que tá acontecendo, mas não criticam, porque, muitas vezes, numa outra oportunidade possam precisar de algum dos vereadores, então, acham melhor ficar omissos ao opinar.

PD60: *Você valorizou bastante a questão do governo participativo. Como vê a comunidade nesse compromisso?*

C4: Eu acho muito importante, muito positivo, nesta parte, porque a comunidade participando, ela vai realmente reivindicar aquilo que tá precisando, que está necessitando, né. Hoje, eu, eu ainda vejo algumas falhas nessas reivindicações, porque logo no início da administração foi feito um fórum, né, onde umas comunidades deveriam participar e colocar as suas prioridades, trazer das comunidades, as prioridades, as reivindicações, para que fosse traçado as metas, pra administração. As principais metas e as outras metas que ficariam, né, pra administração executar. E o que me chamou muito atenção é que não veio reivindicação das comunidades em relação à

educação, apenas uma comunidade, a Comunidade Tal, trouxe o pedido da, do ensino superior, e uma comunidade o pré-escolar, então isso me frustrou muito porque, até que ponto está o nível, né, de reivindicações das comunidades onde não reivindica a educação, porque hoje tem que ser prioridade na no governo.

PD61: *Você disse que se entristecia em ver eleitores que ainda procuram candidatos para vender o voto. Isso continua sendo o pior numa eleição, depois de ter passado por ela?*

C4: Ainda continua. Ainda continua. A gente, pre, presenciei mais uma eleição agora, próxima, pra governo e o povo ainda muito vem com esse propósito, de dar o voto em troca de alguma coisa. E o que hoje eu sinto muito na administração é o peso do voto. As pessoas olham muito o valor do voto que deu, cobram, os benefícios próprios, em relação, em virtude daquele voto que ela deu. E isso aí, assusta muita gente que está na administração, porque vê o quanto a população precisa, o quanto o município precisa, o quanto a, o coletivo tem que ganhar e muitas vezes tem que atender o individual.

PD62: *Plano de carreira para o magistério, cursos, eram palavras ligadas à sua preocupação na campanha. Mesmo não tendo sido eleita, você, como integrante do governo nessa área, vê mudanças?*

C4: Eu acredito assim, pelo o que a gente tá fazendo, realmente, nós estamos conseguindo alcançar nossos objetivos, no mesmo lugar. Nosso primeiro passo, foi um concurso público, trabalhar com o pessoal habilitando na área da educação. A prefeitura vinha trabalhando com alto número de ACTs, é, pessoal não habilitado nas áreas, então, o nosso principal, o primeiro objetivo foi fazer um concurso público, e foi o que a gente tentou, então estar procurando, então (só um minutinho, tá!), então a gente tá procurando atender na parte do concurso público o maior número de habilitados, onde agora estamos fazendo a segunda chamada, né, mas ainda temos falta de pessoal habilitado em muitas áreas, inclusive não preenchendo as vagas no concurso. E quanto ao Plano de Carreira, em primeiro lugar, nós tínhamos, o concurso, procurar ocupar os cargos com o pessoal habilitado e segundo lugar, o salário em dia, porque isso aí, as folhas estavam atrasadas três meses, então era uma reivindicação forte do pessoal, do pedido, de ter seu salário em dia. Segundo, terceiro tem o aumento de salário, que está previsto para este ano, né, porque o pessoal realmente precisa de uma, aumento de salário e depois então, ter um quadro praticamente completo de habilitados, o aumento de salário, né. Ainda há de sentar e repensar o Plano de carreira. Apesar que hoje o funcionário da área da educação, a partir do momento que ele se forma, ele entra com, o processo, ele tem 30 dias pra receber já como habilitado. Ele tem uma mudança de nível automática, mas ainda falta muito que melhorar na área do magistério.

PD63: *Com todos esses impedimentos a respeito da prática política, como analisa o papel da política no desenvolvimento social?*

C4: Eu acho. A política tem seu lado positivo, eu ainda vejo que o povo tem que mudar muito a sua mentalidade, sua maneira de pensar, né. O povo tem seu lado crítico, já bem desenvolvido, mas eu ainda vejo que é, ainda, parte ainda individual, os benefícios próprios. Eles deixam de pensar num todo, no bem do município, na, no crescimento do município, mas estando bom pra ele, o restante não importa. Essa é a grande preocupação da gente que hoje está, participando de um cargo, principalmente na educação.

CANDIDATO 5

PD64: *Como você vê o antes e o depois numa eleição?*

C5: O antes é danado. É uma correria, é uma busca de votos. Ih! Eu vi na televisão a ignorância de muitas pessoas. É a troca de votos, por exemplo, né. Que não é uma coisa de responsabilidade de cada cidadão. E eles acham que nessa, nas eleições tem que ser aquela troca de votos, por qualquer coisa. Então, eu me decepcionei muito na busca de votos, foi, foi, e o depois não ter me eleito, ter sido eleita é, o que eu poderia fazer? Por essas pessoas eu não consegui, porque eu não fui, né, nessa, nessa de compra de votos. Então eu perdi muito voto por causa dessa, nesse obstáculo, nessa barreira que eu encontrei, eu não aceitei.

PD65: *Na época, você falou sobre a importância da participação da mulher na Câmara de Vereadores. A Câmara perdeu em não ter uma representação feminina maior?*

C5: Eles até conseguem fazer um bom trabalho, com uma vereadora só, né, que foi eleita [...], no discurso dela, que ela como sendo mulher, ela está sendo muito discriminada, então de repente, mas uma mulher devia, faria a diferença, mas eles estão fazendo um bom trabalho.

PD66: *Que desencantos surgem após uma eleição na qual você não alcançou o resultado esperado?*

C5: Eu até não me decepcionei tanto, porque como sendo a primeira vez que eu entrei na política, eu como eu te disse, eu encontrei muitos obstáculos, nesse negócio de troca de votos, então eu freei um pouco. Cheguei a desistir várias vezes, né, durante a campanha, e quando eu vi o resultado que eu perdi por um voto, não foi tanta decepção, porque eu levei, olha a quantidade de voto que eu levei, foi assim surpreendente. Por eu não ter ido buscar este voto, então quem votou em mim, são pessoas que me conhecem, que achavam que eu merecia. Então, eu não me decepcionei por isso.

PD67: *Você disse na época que o município estava meio desaparecido, isso mudou de alguma forma?*

C5: Sim, mudou bastante. X agora, tá sendo, sendo evidência nesse novo governo. Fulano tá fazendo um bom trabalho sobre o turismo, principalmente e também nessa busca, que ele lutou muito pelo aeroporto, que já foi do governo anterior, mas ele também batalhou um monte, então eu acho que já que X tá começando aparecer bastante.

PD68: *O pior numa eleição continua sendo a troca de votos?*

C5: É isso mesmo.

PD69: *Isso pode mudar?*

C5: Olha, as pessoas, elas ainda não sabem qual é o objetivo, aliás, elas não sabem o que que um vereador pode fazer, não pelo indivíduo, mas pela comunidade. Então, a hora que essas pessoas descobrirem que um vereador pode fazer muito, talvez mude essa idéia. Então eles têm que divulgar mais o trabalho deles. Não é pra ficar ali dentro da Câmara e falar de rua esburacada e não buscá uma coisa boa, né, pra comunidade. Tem que buscar o que a comunidade tá precisando, tem que correr atrás. Então, eu acho que a hora, né, que o cidadão descobrir que ele pode ser útil, né, em vez de trocar o voto por qualquer coisa, eu acho que vai mudá bastante coisa.

PD70: *Você disse que não aceitaria jogo de interesses na hora de votar projetos, caso fosse eleita. Hoje, você acha que isso ainda acontece?*

C5: Ah! Acontece muito. Eu acho que na hora de di aprovar projetos ou fazer projetos não tem que pensar na no partido, né. A gente tem que pensar no bem comum, bem pra todos. Então, eu ainda continuo nessa opinião, não é porque é do meu partido que vou aprovar uma coisa injusta, que é ilegal. Então eu ainda continuo tentando a mesma coisa.

PD71: *E a política atual do país, as pessoas votaram num presidente de esquerda. O que pensa a respeito?*

C5: Não. Interferir, acho que não vai interferir. Eu acho que tem muita coisa a ver até com umas profecias bíblicas, né. Que o país está caminhando assim, claro que vai melhorar. Tende a melhorar alguma coisa. Só que não vai, né, não vai ter um, né. O Presidente não vai ser o salvador da Pátria, né. Então são coisas que tem que acontecer, vai ser dias ruins e são coisas que vão ter que acontecer. Só que tem pessoas que só vejam, né, acham assim, a não ele ganhou da esquerda, vai melhorar. Claro que vai. Vai melhorar, o povo está cheio de esperança e, com isso, também ajuda a melhorar, né. Só que é assim, né, vai ser vai ser temporal. Depois vai ser tudo igual, na minha opinião.

Este trabalho foi digitado conforme o
Modelo de Dissertação do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem
da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL
desenvolvido pelo Prof. Dr. Fábio José Rauen.